



CONTRATO PARA A GESTÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC)

DO

GRUPO DE AÇÃO LOCAL (GAL) - Urbano

**Rede DLBC Lisboa - Associação Para o Desenvolvimento Local de Base
Comunitária de Lisboa**

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, potenciar a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz *bottom-up*, promovidas pelas comunidades locais, com especial destaque para a abordagem LEADER, através da mobilização do instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).
- v. Ainda segundo o Acordo de Parceria, o instrumento DLBC pretende dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de

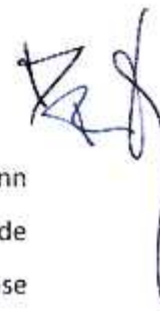
exclusão social em territórios desfavorecidos em contexto urbano e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.

- vi. O instrumento DLBC, nos termos definidos no artigo 66.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, corresponde à materialização das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) que se pretendem integradas e multisetoriais para a promoção do desenvolvimento local e que se destina a responder aos objetivos e necessidades de um determinado território, sendo concebidas e executadas pelas comunidades locais organizadas em Grupos de Ação Local (GAL).
- vii. O processo de lançamento do instrumento DLBC envolveu duas fases, organizadas através de concurso e convite conjuntos das Autoridades de Gestão envolvidas no financiamento deste instrumento, que integraram a respetiva Comissão de Avaliação: a primeira fase, através de concurso, relativa à pré-qualificação das parcerias e a segunda fase, através de convite, relativa à seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL).
- viii. A seleção da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e o reconhecimento do GAL “Rede DLBC Lisboa - Associação para o desenvolvimento local de base comunitária de Lisboa”, foi concluído em 23 de novembro de 2015, por decisão da Comissão de Avaliação constituída para o efeito.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa 2020, neste ato representada por João Pereira Teixeira, que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, por inerência do cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, nos termos previstos no nº 2 do mapa VIII da Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro e no Despacho n.º 6755/2014, de 19 de maio, do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional e do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, publicado no Diário da República, 2ª série, nº N.º 99, de 23 de maio de 2014.

e,



Grupo de Ação Local – Rede DLBC Lisboa, neste ato representado por Rui Neves Bochmann Franco, e por Maria José Pinto Ribeiro Domingos, que outorgam na qualidade de representantes legais da Rede DLBC Lisboa - Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa.

O presente contrato rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

Objeto

O contrato para a gestão da estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), adiante designado de contrato, é celebrado ao abrigo do artigo 66º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores apoiam a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), nos termos do Anexo 1, acordada com a Rede DLBC Lisboa – Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa (adiante designada por Rede DLBC Lisboa) e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar no território constante do Anexo 2.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

1. Para o financiamento da Estratégia de Desenvolvimento Local, as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores asseguram para o período de vigência dos Programas um apoio global de Fundo que totaliza **2 464 021,22 euros**.
2. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa (Lisboa 2020) assegura um apoio de 1 028 581,10 euros de FEDER e de 1 435 440,12 euros de FSE, que totalizam um montante de 2 464 021,22 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas tipologias de ação das prioridades de investimento previstas no Anexo 3.

Cláusula 3ª**Metas, resultados, acompanhamento e avaliação**

1. A Rede DLBC Lisboa, compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos Programas financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às medidas e tipologias de operações/prioridades de investimento contratualizadas previstas no Anexo 3.
2. Nos termos do n.º 9 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o contrato é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas.
3. A Rede DLBC Lisboa, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos Programas financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
4. De forma autónoma à avaliação referida no número 2 da presente cláusula, a Rede DLBC Lisboa, compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do contrato, a concluir até ao final do primeiro trimestre de 2019, com referência a 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª**Vigência**

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas financiadores e não for denunciado por algum dos subscritores, nos termos acordados na adenda ao contrato ou no protocolo de articulação funcional referidos na cláusula seguinte.

Cláusula 5ª**Elementos integrantes do contrato**

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da Rede DLBC Lisboa, serão objeto de adenda ao presente contrato ou de protocolo de articulação funcional, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos Programas financiadores, até 31/03/2016.
2. No caso da delegação de competências, enquanto organismo intermédio, pela Autoridade de Gestão de Lisboa 2020, a mesma terá lugar, após a homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.
3. Fazem ainda parte integrante do contrato, os seguintes anexos:

Anexo 1: EDL aprovada pela Comissão de Avaliação

Anexo 2: Território de intervenção

Anexo 3: Quadro de financiamento por Fundo e Prioridade de Investimento/ Medida e Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023.

Vila do Conde , 15 de Fevereiro de 2016

O presente contrato é feito em triplicado, sendo assinado pelas partes, valendo estes exemplares como originais.

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional de Lisboa (Lisboa 2020)



João Pereira Teixeira

Os representantes legais da Rede DLBC Lisboa - Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa:

Rui Neves Bochmann Franco



Maria José Pinto Ribeiro Domingos



Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-047**Caracterização do Promotor****Aviso**

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 23/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico**Identificação do Promotor**

NIF	Nome ou Designação Social
513417010	REDE DLBC LISBOA - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA DE LISBOA
Morada (Sede Social)	FORUM LISBOA, AVENIDA DE ROMA Nº 14 P
Código Postal	Localidade
1000-265	LISBOA
NUT III	NUT II
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa
Telefone	E-mail
919399060	rededlbclisboa@gmail.com
Telefax	

URL**Tipologia de Beneficiário**

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação**Nome Responsável**

Rui Neves Bochmann Franco

Cargo Responsável

Presidente (representante da CML)

Serviço/Departamento

Direcção da Rede DLBC Lisboa

Telefone Responsável

919399060

Telemóvel Responsável

919399060

Email Responsável

desenvolvimentolocal@cm-lisboa.pt

Email Alternativo

rui.franco@cm-lisboa.pt

Experiência da Parceria**Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento**

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]



A Rede DLBC Lisboa é constituída por entidades com missões e intervenções diversificadas cuja atuação responde a necessidades transdisciplinares e transversais no tecido social de Lisboa. Articulando este conjunto de competências e recursos complementares converge no interesse comum de promover o desenvolvimento local e comunitário da cidade de Lisboa. A sua organização formal em modelo associativo reflete o espírito de entreajuda e partilha de responsabilidades, são membros associações locais (51%), autarquias (10%), organizações de âmbito nacional (24%), fundações (3%) organizações de âmbito regional ou concelhio (6%) e estabelecimentos de ensino superior ou relacionados com a investigação (6%). A diversidade das organizações associadas demonstra a abrangência das temáticas e as suas práticas dirigidas a: empresas, microempresários e desempregados, às crianças, jovens e às pessoas mais velhas, aos moradores, suas famílias e restante comunidade, às pessoas com deficiência, aos emigrantes e de diferentes etnias, à comunidade escolar, desportiva e cultural, aos consumidores de substâncias aditivas, aos sem teto e sem abrigo, às vítimas de discriminação e abuso, e outras situações promotoras de discriminação e marginalização social. A inovação social desenvolvida pelos diversos associados nos últimos anos, constitui um autêntico capital social mobilizável para orientar futuras ações de intervenção nos territórios BIP/ZIP de Lisboa. Em documento anexo é realizado um breve resumo de algumas das experiências demonstrativas da capacidade de execução e inovação dos associados da Rede DLBC Lisboa comprovando o elevado sentido de eficácia e de eficiência nas ações levadas a efeito. A Rede DLBC Lisboa reúne várias dimensões organizacionais. Um elevado número de associados têm estatuto e perfil institucional reconhecido pelas entidades gestoras de fundos públicos e revelam experiência de gestão e de otimização de recursos, quer na vertente estratégica e operacional, quer na dimensão mais financeira. São várias as entidades: Câmara Municipal de Lisboa, Juntas de Freguesia dos territórios a abranger nesta candidatura, AIP, SCMLisboa, a Fundação Aga Khan, a EAPN Portugal, a TESE, a Animar, entre outras, que assumiram a gestão de programas de âmbito ou nacional ou sectorial e que implicaram uma atuação de monitorização e de acompanhamento a projetos locais dinamizados por entidades das suas áreas de influência. Outras entidades como a Fundação Gulbenkian são também parceiros formais da Rede DLBC Lisboa refletindo a capacidade de mobilização que esta Rede assumiu. A experiência das parcerias BIP/ZIP - além do capital de experiência e conhecimento das organizações associadas da Rede DLBC Lisboa em matéria de desenvolvimento comunitário, que resulta, entre outros fatores, da presença em diferentes contextos da cidade de Lisboa, importa relevar - na perspetiva da dinamização de parcerias - os processos de interação que se estabeleceram entre tecidos institucionais locais e as próprias comunidades, no âmbito do Programa BIP/ZIP. Com efeito, para a concretização da Estratégia BIP/ZIP de Desenvolvimento Local foi constituída no município uma equipa BIP/ZIP, que assumiu a missão de monitorizar e articular, nos territórios, as diversas estratégias, programas, planos, projetos e ações, desenvolvidas pelos diferentes pelouros municipais, serviços e empresas municipais. Esta estratégia assentou em dois eixos fundamentais. Por um lado, no fomento da participação comunitária, incentivando a auto-organização e potenciando o empreendedorismo e a iniciativa local. Por outro, na criação de uma estrutura de coordenação local, os Gabinetes Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária (GABIP), que assumiram a de coordenar o planeamento e a gestão urbanística do território a partir de uma metodologia "bottom-up", empenhada em incluir nos processos de todos os intervenientes (entidades autárquicas, atores locais e populações). Nestes processos, a CML promoveu e financiou fóruns de participação, mobilizando os moradores, promovendo reuniões e incentivando a criação de grupos de trabalho e a formação de parcerias, prestando apoio técnico aos projetos. O programa foi apresentado e divulgado em sessões e workshops, procurando envolver e capacitar as entidades que trabalham ou que pudessem vir a trabalhar nos territórios BIP/ZIP, favorecendo a constituição de parcerias locais e a apresentação e execução de projetos. Em termos orçamentais nas primeiras 4 edições, foi investido um montante a rondar os 6 milhões €, num total de 152 projetos em 67 territórios BIP/ZIP, 742 atividades promovidas localmente por 342 entidades. Deve ainda salientar-se que as 4 edições do programa contaram com um total de 437 candidaturas, que solicitavam um apoio superior a 16 milhões €, proposto no seu conjunto por cerca de 940 organizações.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
500032335	ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA (AIP-CCI)	28/01/1837	01/01/1900	94110	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
500051070	MUNICIPIO DE LISBOA	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
500259518	SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E BENEFICENCIA A VOZ DO OPERÁRIO	12/02/1926	13/02/1883	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500331049	CERCI - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados CRL			87302	Cooperativa
500335940	Chebadol-Cooperativa de Habitação e Construção Económica do Bairro Dona Leonor CRL			41100	Cooperativa
500745471	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA	15/08/1498	15/08/1498	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500745684	FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN	05/07/1956	18/07/1956	94991	Fundações Privadas
500745749	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	24/11/1947	24/11/1947	87902	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500825840	CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS	19/05/1978	01/01/1989	72200	Associação empresarial (sem fins lucrativos)



500852006	ASSOCIAÇÃO DE JARDINS-ESCOLAS JOÃO DE DEUS	16/08/1882	01/01/1882 85100	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500927693	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR-DECO	12/02/1974	12/02/1974 94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500929041	MOVIMENTO DE DEFESA DA VIDA (MDV)	02/11/1977	14/01/1988 94993	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500989575	ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA	24/07/1967	24/07/1967 94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501056246	UMAR-UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA	18/10/1977	18/10/1977 88990	ONG - Organização Não Governamental
501313672	ISPA - Instituto Superior de Psicologia Aplicada		85420	Faculdade
501377662	INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA	14/03/1983	14/03/1983 88990	Entidade equiparada a pessoa coletiva
501390642	CASA PIA DE LISBOA	06/12/1948	06/12/1948 87901	Institutos Públicos
501399003	Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa		85420	Faculdade
501436677	Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes		94995	

501601163	ASSOCIAÇÃO DIANOVA PORTUGAL - INTERVENÇÃO EM TOXICODPENDÊNCIAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	18/07/1984	18/07/1984 94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501684115	TC - Teatro De Carnide - Sociedade Dramática		94991	
501716610	GEOTA - GRUPO DE ESTUDOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE	31/07/1986	31/07/1986 94995	ONG - Organização Não Governamenta
501717773	ATLA - Associação de Tempos Livres de Alfama		88990	Associação
501784730	CON.PRO-CONSULTORIA E PROJECTOS LDA	30/10/1986	30/10/1986 70220	Sociedades Comerciais
501808272	ASSOCIAÇÃO GUINEENSE DE SOLIDARIEDADE SOCIAL - AGUINENSO	17/02/1987	14/07/1987 94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501914625	ASSOCIAÇÃO PARA O ESTUDO E INTEGRAÇÃO PSICOSOCIAL	09/10/1987	09/10/1987 87200	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
502121637	O COMPANHEIRO- ASSOCIAÇÃO DE FRATERNIDADE CRISTÃ	27/12/1988	02/05/1989 88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
502309210	Clube de Rugby São Miguel		93192	Associação
502326930	Fundação Cidade de Lisboa		94991	Fundação
502507764	ADM ESTRELA - ASSOCIAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO	04/12/1989	04/12/1989 87301	ONG - Organização Não Governamenta



502557648	Associação Desportiva e Cultural Encarnação Olivais (Centro Popular)			94991	Associação Desportiva e Cultural
502690020	ARIA - Associação de Reabilitação e Integração Ajuda			94995	Associação
502690453	Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária			94995	
502784083	Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa			85420	Faculdade
502826134	C.E.S.I.S.-CENTRO DE ESTUDOS PARA A INTERVENÇÃO SOCIAL	30/01/1992	12/06/1992	72200	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
502866896	EAPN - REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA/PORTUGAL, ASSOCIAÇÃO	17/12/1991	17/12/1991	94995	ONG - Organização Não Governamenta
502886412	APSI - Associação para a Promoção da Segurança Infantil			94995	Associação
502909927	NUCLISOL-JEAN PIAGET-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA, A INTEGRAÇÃO E A SOLIDARIEDADE	17/11/1992	01/01/1993	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503007676	CENTRO PADRE ALVES CORREIA	13/10/1992	14/10/1992	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503013862	CONSELHO PORTUGUES PARA OS REFUGIADOS - CPR	20/09/1991	20/09/1991	88990	ONG - Organização Não Governamenta
503019410	G.E.I.C - Grupo Experimental de Intervenção Cultural			94995	

503166650	ARISCO - INSTITUIÇÃO PARA A PROMOÇÃO SOCIAL E DA SAÚDE	16/11/1993	28/10/2009 94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503169030	ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	17/09/1993	01/01/1994 94995	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
503170151	ABRAÇO, Associação de apoio a pessoas com VIH/SIDA		94995	Associação
503205966	Movimento Português de Intervenção Artística e Educação pela Arte		94995	Associação
503226408	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CONTRA A VIOLENCIA	11/08/1993	11/08/1993 94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503335401	FUNDAÇÃO PORTUGUESA "A COMUNIDADE CONTRA A SIDA"	29/12/1993	29/12/1993 94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503404756	CAIS - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	20/05/1994	22/06/2006 94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)

503483877	GRUPO DE ACÇÃO COMUNITARIA (G.A.C.)	22/05/1995	22/05/1995 88102	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503777331	Associação ILGA Portugal		94995	ONG - Organização Não Governamenta l
503841560	FUNDAÇÃO AGA KHAN PORTUGAL	30/03/1996	30/03/1996 88990	Fundações Privadas
503997463	FNERDM - Federação Nacional de Entidades de Reabilitação de Doentes Mentais		94995	
504024825	Casa das Cenas - Associação Juvenil		94995	Associação
504160150	ASSOCIAÇÃO HUMANIDADES	23/01/1998	21/03/2006 94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
504287311	MSV Movimento ao Serviço da Vida		94995	Associação
504298372	Associação Tempo de Mudar para o Desenvolvimento do Bairro dos Loios		94995	ONG - Organização Não Governamenta l
504469525	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Etnia Cigana - APODEC		94995	Associação
504479024	Projecto Alcantara - Associação de Luta Contra a Exclusão Social		94995	Associação
504491849	Rute - Associação de Solidariedade Social		88990	Associação
504669338	LINADEM Liga para o Estudo e Apoio à Inserção Social		88102	Associação
504772279	Associação dos Amigos da Fundação Internacional Yehudi Mehunin em Portuga		27/01/2000 94991	Associação

504883526	EPAR - DESENVOLVIMENTO, ENSINO, FORMAÇÃO E INSERÇÃO CRL	16/03/2000	16/03/2000	85593	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
504922548	PROSAUDESC - Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio-Cultural			88990	Associação
505007690	AGIR XXI - Associação para a Inclusão Social			94995	ONG - Organização Não Governamenta l
505023652	Os Filhos de Lumière - Associação Cultural			59110	Associação
505057042	Clube Internacional Europeu			94991	
505203731	Freguesia de São Domingos de Benfica			84113	Autarquias Locais
505205424	REDE PORTUGUESA DE JOVENS PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE MULHERES E HOMENS	27/10/2000	18/01/2001	94995	ONG - Organização Não Governamenta l
505207117	Freguesia de Carnide			84113	Autarquias Locais
505255693	Jovens Seguros - Associação para o Desenvolvimento Ocupacional			88990	Associação
505393956	PASSO A PASSO COM A CRIANÇA E A FAMÍLIA - ASSOCIAÇÃO DE AJUDA PSICOSSOCIAL	05/04/2001	20/12/2002	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
505483599	CRESCER NA MAIOR - ASSOCIAÇÃO DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA	24/07/2001	22/10/2001	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
505679361	Associação Azimute Radical			93192	Associação
505850117	Associação Auxílio e Amizade			88990	Associação





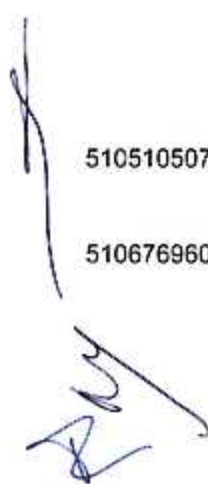
505954702	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	10/11/1977	10/11/1977	85420	Estabelecimen to de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Universitário
505985748	ACCL - Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa			94995	
505987236	Horas de Sonho Apoio à Criança e à Família, Crl.			88990	cooperativa
506007910	TESE - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PELA TECNOLOGIA, ENGENHARIA, SAÚDE E EDUCAÇÃO	28/10/2002	30/12/2002	94120	ONG - Organização Não Governamenta l
506320871	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ÉTICA EMPRESARIAL	15/11/2002	15/11/2002	94120	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
506596150	APSA - Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger			94995	Associação
506602222	FREGUESIA DE BENFICA		13/02/2015	84113	Estabelecimen to de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico
506743594	Associação para o Desenvolvimento do Desporto Jovem - ADDJ		14/07/2004	93192	Associação
506810496	FREGUESIA DE CAMPOLIDE	07/02/1959	07/02/1959	84113	Autarquias Locais
506844536	PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES - ASSOCIAÇÃO	12/11/2004	15/11/2004	94995	ONG - Organização Não Governamenta l
506847160	Freguesia de Alvalade			84113	Autarquia Local
507001460	Freguesia dos Olivais			84113	Autarquias Locais
507057406	Raízes - Associação de Apoio à Criança e ao Jovem			87901	Associação

507143841	INSTITUTO PADRE ANTÓNIO VIEIRA	13/12/2004	12/04/2005	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
507228537	Mil Pés, Cooperativa Cultural e de Solidariedade Social, CRL			94991	
507307925	Procur.Arte Associação Cultural e Social			94991	Associação
507330609	Freguesia de Marvila			84113	Autarquia Local
507401778	Freguesia do Beato			84113	Autarquia Local
507416520	PCI - Paramédicos de catástrofe Internacional - ONGD			94995	
507493400	Ateliernob - Arquitectura, Design e Urbanismo, Lda			71110	Empresa
507807987	FUNDAÇÃO S. JOÃO DE DEUS	27/12/2006	01/01/2007	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
507980506	Biosite.com, Crl.			47112	Cooperativa
508003822	Repetição e Diferença - Psicologia Clínica, Lda	18/01/2007		86906	Sociedade por Quotas
508045940	Team Mais Unipessoal, Lda.			85591	Empresa
508110980	Associação Lusofonia Cultura e Cidadania			94995	ONG - Organização Não Governamental
508128439	ASSOCIAÇÃO TERRA DOS SONHOS	01/06/2007	01/06/2007	94993	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)



508230217	SEACOOOP - SOCIAL ENTREPRENEURS AGENCY, CRL	22/08/2007	04/09/2007	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
508415110	Freguesia do Lumiar			84113	Autarquia Local
508438330	Associação Comunitária	15/01/2008		94995	associação
508519667	ASSOCIAÇÃO RENOVAR A MOURARIA	19/03/2008	19/03/2008	94995	ONG - Organização Não Governamenta
508579384	QUESTÃO DE IGUALDADE- ASSOCIAÇÃO PARA A INOVAÇÃO SOCIAL	24/09/2008	22/12/2008	94995	ONG - Organização Não Governamenta
508587352	Palco de Sombras Lda			59110	Empresa
508765404	Associação Casa da Achada - Centro Mário Dionísio			94991	Associação
508836956	Associação de Actividade Motora Adaptada (A.A.M.A)			94995	Associação
508967759	Associação Cultural, Artística e Educativa Cafivenções	26/04/2009		94991	
508969964	CulturFaceis - Associação Cultural para o Desenvolvimento			94991	Associação
509005276	Caixa de Mitos, Lda			82990	Empresa
509259740	FUNDAÇÃO BENFICA	27/01/2009	01/07/2009	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
509430350	ASSOCIAÇÃO "VIVER CAMPOLIDE"	02/06/2010	02/06/2010	86906	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
509656900	ACI - Associação Centro Interculturalidade			94995	Associação

509729843	Profundamente - Associação para a Promoção da Saúde e Condição Humana no Envelhecimento		10/02/2011	86906	Associação
509879098	A.A.D.R.N. - ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO DOMICÍLIO DO RECÉM-NASCIDO	21/06/2011	21/06/2011	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
509936245	ASCULP - Associação Cultura e Cidadania de Língua Portuguesa			94995	Associação
509959695	Associação Jorge Pina		27/07/2011	94995	
510124232	ASSOCIAÇÃO DRESS FOR SUCCESS LISBOA	02/01/2012	16/03/2012	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
510146104	ASSOCIAÇÃO SAPANA	20/01/2012	20/01/2012	88990	ONG - Organização Não Governamental
510191894	Wakeseed - Associação			94991	Associação
510204317	Associação de Moradores do Bairro 2 de Maio			85593	Associação
510245838	Sou Largo CRL			90010	Cooperativa
510341616	Associação Socio Cultural e Recreativa de Melhoramentos da Penha de França - Os Fidalgos da Penha			94991	Associação
510356931	FAMALIS - Federação das Associações de Moradores da Área Metropolitana de Lisboa			94995	Associação
510372643	Associação CLIPRD	04/10/2012		94995	Associação
510470599	BADL BAIRROS - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	11/12/2012	01/01/2013	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
510510507	Associação Viver Telheiras - Centro de Convergência de Telheiras			94995	Associação
510676960	Acesso Cultura, Associação Cultural		26/04/2013	94995	Associação



510703658	MILACESSOS - COOPERATIVA DE SERVIÇOS E SOLIDARIEDADE SOCIAL CRL	04/06/2013	12/06/2013	94995	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
510832890	Freguesia de Arroios			84113	Autarquia Local
510833632	Freguesia de São Vicente			84113	Autarquia Local
510854168	Boutique de Cultura - Associação Cultural sem fins lucrativos			90010	Associação Cultural
510856918	FREGUESIA DE ESTRELA	08/11/2012	30/09/2013	84113	Autarquias Locais
510857043	Freguesia de Santa Maria Maior			84113	Autarquia Local
510880991	FOS - Associação de Fotografia e Vídeo Participativo			94995	Associação
510910645	ASARSO - Associação de Arquitectura Social	28/11/2013	28/11/2013	94995	Associação
510919316	Menos 60 Mais - Associação de Desenvolvimento Social			94995	Associação
513188207	AMOV - ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO ORGANIZADO DE VITALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	18/07/2014	25/07/2014	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
513195769	Famílias Diferentes - Associação de Solidariedade Social		28/07/2014	88990	Associação
513285857	Associação Localsapproach			94995	Associação

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Área Metropolitana de Lisboa

Grupo Ação Local

Urbano

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Lisboa		100,00%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

A cidade de Lisboa caracteriza-se por uma diversidade de contextos socioeconómicos, que estabelecem, de um ponto de vista territorial, uma diferenciação relevante em diversos indicadores sociais, económicos, urbanísticos e ambientais, comprometendo os níveis de coesão social.

Como referido na primeira fase da candidatura, o mapeamento destes indicadores, pela CML, permitiu identificar um desnível que diferencia um conjunto de bairros – designados por Bairros e Territórios de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) – cuja situação social, em diversos indicadores analisados, é desfavorável face aos valores médios obtidos para a cidade de Lisboa.

Estes territórios representam cerca de 35% da população residente em Lisboa, o que significa que um em cada três habitantes da cidade mora em territórios BIP/ZIP. Trata-se de unidades cuja dimensão se situa entre a escala de um bairro e a de uma aglomeração de bairros, o que dificulta, na análise de indicadores, a caracterização fina exaustiva destas áreas urbanas. De facto, a maioria dos dados disponíveis não se encontra desagregada a escalas que permitam efectuar, com maior rigor, a caracterização destes territórios. A estratégia adoptada para ultrapassar este constrangimento, tendo em vista ilustrar a desvantagem socio-urbanística comparativa dos territórios BIP/ZIP, face aos valores médios obtidos para a cidade de Lisboa, passa por considerar duas opções de apuramento de dados. Por um lado, e sempre que possível, através do cálculo georeferenciado de áreas (delimitando o perímetro dos territórios BIP/ZIP); por outro, pela identificação de freguesias-tipo, ilustrativas da situação social que caracteriza os territórios BIP/ZIP. Isto é, freguesias em que prevalecem – pela superfície ocupada e pela população residente – os bairros e territórios de intervenção prioritária (como é o caso das freguesias de Marvila, Santa Clara e Santa Maria Maior). Assim, o exercício de diagnóstico procura evidenciar a natureza cumulativa da fractura sociourbanística na cidade de Lisboa ao nível do Emprego, Educação e Inclusão Social.

Emprego:

Em relação ao emprego e desemprego, os dados disponíveis (Censos 2011), permitem apurar com elevado rigor a situação no conjunto dos territórios BIP/ZIP e, desse modo, estabelecer a clivagem existente face ao conjunto da cidade.

No emprego regista-se uma taxa nos territórios BIP/ZIP situada em três pontos percentuais abaixo da observada em Lisboa. Mas é sobretudo ao nível do desemprego que a diferença é maior. Se na cidade de Lisboa se registava, em 2011, uma taxa de 11,8%, o desemprego nos territórios BIP/ZIP ascendia aos 16,0% (quase cinco pontos percentuais acima da taxa de desemprego observada na capital).

Esta diferença é reforçada pelo facto de a percentagem de desempregados residentes nos territórios BIP/ZIP rondar os 50% do total de desempregados da cidade, quando apenas 35% da população de Lisboa reside nestes territórios.

Educação:

Na Educação, um conjunto de indicadores traduz, de forma expressiva, a fractura social existente entre os territórios BIP/ZIP e a cidade de Lisboa no seu todo. Trata-se, sobretudo, de uma diferenciação nos níveis de escolaridade atingidos e, numa segunda linha, de dados relativos ao desempenho escolar.

A percentagem de população que não sabe ler nem escrever, por exemplo, é de 5,1% nos territórios BIP/ZIP, dois pontos percentuais acima do valor da cidade (3,0%). E considerando a população que apenas concluiu o 1º ciclo do ensino básico, esta diferença amplia-se significativamente: 46% nos territórios BIP/ZIP, ou seja, onze pontos percentuais acima do valor da cidade (35%). A percentagem de população que concluiu o ensino superior é de apenas 15%, enquanto em Lisboa representa 27% da população.

O défice social em termos de níveis de escolarização nas áreas urbanas desfavorecidas, por comparação com os valores que se obtêm para Lisboa no seu todo, são congruentes com as características das populações residentes nos territórios BIP/ZIP, nomeadamente nas zonas de realojamento. De facto, trata-se na maioria dos casos de comunidades realojadas (a residir anteriormente em bairros de barracas, alojamento clandestino ou habitação precária), em que as situações de analfabetismo, insucesso e abandono escolar precoce e desvalorização da escola assumem contornos culturais e geracionais, contribuindo para a reprodução dos ciclos de pobreza e exclusão.

Inclusão social:

No âmbito da pobreza e carência social, a comparação entre as freguesias ilustrativas dos territórios BIP/ZIP e a cidade de Lisboa pode ser feita através de três indicadores: Subsídio de Desemprego, Rendimento Social de Inserção (RSI) e Complemento Solidário para Idosos (CSI).

Os dados referentes ao Subsídio de Desemprego (4º Trim. 2014) revelam nas três freguesias pesos relativos na população residente inferiores aos registados na cidade de Lisboa: 3,3% em Santa Clara, 3,5% em Marvila e 3,1% em Santa Maria Maior, sendo o valor do concelho de 2,7%.

Quando cruzamos esta variável com a população activa desempregada, observa-se que as três freguesias apresentam um maior número de pessoas desempregadas em situação de desprotecção social



comparativamente com a cidade, o que revela a situação de debilidade em que se encontram.

Aliás, quando se procede à relação com os dados referentes ao peso percentual de beneficiários de RSI, confirma-se a ideia de que os mecanismos de protecção social se encontram já – nestes territórios – mais ao nível das medidas de combate à pobreza e não no patamar do apoio social no desemprego.

De facto, a proporção de beneficiários de RSI nas freguesias ilustrativas da situação social dos territórios BIP/ZIP, no conjunto da população residente, é superior em qualquer das situações analisadas ao valor obtido para a cidade de Lisboa. Em Santa Clara essa proporção situa-se em cerca de 10,6%, e nas freguesias de Marvila e Santa Maria Maior em cerca de 6,1%. Para Lisboa no seu conjunto, a proporção de beneficiários de RSI na população residente em 2012 é de 3,0%.

A fragilidade das famílias residentes nestas freguesias reflecte-se também quando analisamos os dados relativos aos beneficiários de RSI por idades, sendo a sua incidência maior em Marvila e Santa Clara, no escalão inferior aos 18 anos, com 37% e 44% respectivamente, revelando a enorme vulnerabilidade e risco de pobreza em que as crianças e jovens se encontram. Em Santa Maria Maior, devido à composição etária da população, a prevalência de beneficiários concentra-se sobretudo nas faixas etárias dos 40-59 anos. Reflectindo diferentes realidades sociodemográficas, registam-se contudo diferenças sintomáticas entre a freguesia de Santa Maria Maior e as freguesias de Santa Clara e Marvila. Se no primeiro caso estamos perante populações desfavorecidas que residem no centro da cidade, revelando níveis de envelhecimento demográfico e uma maior diversidade de situações socioeconómicas (é nesta freguesia que, em regra, os indicadores mais se aproximam dos resultados médios obtidos para a cidade de Lisboa), nos casos de Santa Clara e de Marvila, os traços que caracterizam a situação social reflectem fundamentalmente a especificidade socioeconómica de contextos de realojamento social. Trata-se, de facto, de populações comparativamente menos envelhecidas e simultaneamente mais homogéneas de um ponto de vista social e económico: os desníveis em termos de habilitações escolares, de prevalência e severidade de situações de pobreza, etc. são nestes casos mais pronunciados.

Contudo, e apesar destas diferenças em termos de estrutura etária, o cálculo da percentagem de beneficiários de Complemento Solidário para Idosos face ao total da população residente com 64 e mais anos é revelador, nas três freguesias aqui referidas, da fragilidade social em que se encontra a população mais envelhecida, aproximando-se a percentagem de beneficiários ao dobro do verificado no concelho. No caso de Marvila e Santa Maria Maior, 9% da população com 65 e mais anos é beneficiária do CSI, sendo que em Santa Clara o valor atinge mesmo os 10%.

Tendo sido identificadas as áreas urbanas desfavorecidas de Lisboa, que correspondem aos territórios BIP/ZIP e que confirmam a persistência de uma «fractura socio-urbanística» na cidade, importa situar este quadro de diagnóstico no contexto da recente evolução da situação social e económica de Lisboa.

Entre 2008 e 2013 verificou-se uma redução pronunciada da Taxa de Emprego na região de Lisboa, na ordem dos oito pontos percentuais (de 56,1% em 2008 para 47,9% em 2013). A taxa de desemprego evoluiu também de forma menos favorável na região de Lisboa, por comparação com o país. Em Lisboa, entre 2008 e 2013, a taxa de desemprego aumenta em dez pontos percentuais (de 8,2 para 18,5%), situando-se esse aumento à escala do país na ordem dos oito pontos percentuais (de 7,7 para 16,1%). Não surpreende assim que o número de desempregados inscritos nos centros de emprego da cidade de Lisboa tenha passado de cerca de 17 mil para mais de 30 mil entre 2008 e 2013, num aumento percentual próximo dos 93% (que compara com os 63% de acréscimo registados no continente).

Os últimos anos são igualmente marcados por uma reconfiguração ao nível das políticas e medidas de protecção social. No que diz respeito ao Abono de Família, por exemplo, a redução no número de beneficiários situa-se, entre 2008 e 2013, na ordem dos 34% na cidade de Lisboa, que compara com uma redução em cerca de 30% no país e na região. Os beneficiários do RSI, por seu turno, diminuem cerca de 24% entre 2012 e 2014 na cidade de Lisboa. No que diz respeito ao CSI, e comparando período homólogo, registou-se uma redução do número de beneficiários entre 2012 e 2014 de cerca 24 pontos percentuais. Em matéria de educação, no que respeita às taxas de retenção e desistência, regista-se uma redução no ensino básico desde o ano lectivo 2007/08 até 2010/11, invertida por um aumento no ano 2011/12, em cerca de dois pontos percentuais (fixando-se nos 10,7% em 2012/13). Comportamento semelhante foi registado no ensino secundário. Ao nível da Acção Social Escolar, metade das crianças inscritas no ensino pré-escolar, no ano lectivo 2013/14 beneficiava de apoio, naquele que é o valor mais elevado registado desde o ano 2007/08. No 1º ciclo do ensino básico, considerando um período análise de sete anos, 2013/14 corresponde ao ano com a percentagem mais elevada de crianças inscritas a beneficiar de apoio social escolar (48%).

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Desenvolvimento de respostas integradas no âmbito do emprego, educação e inclusão, associadas à cooperação entre organismos do sector público, do sector privado e do Terceiro Sector. A existência de territórios heterogêneos, em termos de contexto, escala e massa crítica, permite ainda considerar o potencial de processos de aprendizagem e partilha, replicabilidade e economia de escala

Principais Pontos Fortes

A diversidade de organizações nos territórios BIP/ZIP e as dinâmicas relacionais existentes, que os projectos permitirão reforçar e disseminar. A experiência BIP/ZIP enquanto instrumento inovador de desenvolvimento local, por combinar intervenções de base comunitária com uma visão de conjunto, estabelecendo sinergias entre as políticas municipais e o dinamismo das parcerias locais

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Principais Ameaças

Risco de ruptura social, reforçado pela actual conjuntura, que poderá limitar a plena consecução dos objectivos a atingir. A natureza estrutural das situações de carência e desfavorecimento que caracterizam os territórios BIP/ZIP, não só acentuam a dificuldade em ultrapassar problemas, como estão por vezes dependentes de questões críticas nas quais os projectos não intervêm, como por exemplo acessibilidades ou qualificação urbanística

Principais Pontos Fracos

A situação de profunda exclusão no conjunto de territórios BIP/ZIP, sobretudo em termos de níveis de escolarização e desemprego, que se diferenciam negativamente do conjunto da cidade. Ao que acresce a forte dependência de apoios sociais, denotativa de formas incrustadas de pobreza e exclusão. Isto é, contextos com desafios muito exigentes para as parcerias e projectos a desenvolver, que implicam grande empenho na concepção de respostas e sua implementação



Considerando o seu modelo conceptual, a presente candidatura permite assinalar elementos relevantes de convergência entre as oportunidades e os pontos fortes identificados. Ao nível, desde logo, das dinâmicas de integração propostas. Isto é, através: do reforço das iniciativas de base local que articulem o sector público, o sector privado e o Terceiro Sector; do fomento de respostas integradas nas áreas do emprego, educação e inclusão social; de um modelo de governação que interliga as iniciativas de base comunitária, nos territórios desfavorecidos, com uma visão de conjunto da cidade.

Esta estratégia confronta-se com as debilidades socio-territoriais em presença, importando identificar as questões críticas e sobre elas agir. Assim, releva-se a necessidade de: fomentar as sinergias entre as estruturas ligadas ao ensino e o tecido produtivo local; elevar os níveis de autonomia, promovendo respostas integradas, sustentáveis e emancipatórias; apoiar o fomento da economia local, reforçando os mecanismos de articulação entre diferentes sectores e circuitos económicos e apostando nos recursos e potencialidades locais; reforçar os níveis de cooperação institucional, de parceria e de participação; estimular o sentimento de pertença, tendo em vista valorizar e capacitar as comunidades por forma a que as mesmas sejam agentes activos da sua inclusão urbana, social e territorial.

Para que se seja possível enfrentar as ameaças, associadas ao acumular de défices ao nível da educação, do emprego e da inclusão social, é necessário que as comunidades valorizem as suas capacidades e as potencialidades existentes, garantindo: o adequado funcionamento dos mecanismos de governação local, de comunicação e de transparência, e fomentando a efectiva participação das populações nos processos de decisão; o alinhamento e compromisso das diferentes organizações com os recursos técnicos e financeiros necessários ao desenvolvimento de projectos; a participação activa dos agentes económicos e empregadores, bem como a sua inclusão na concepção e gestão das estruturas e iniciativas locais; os meios de capacitação e de acompanhamento técnico das parcerias locais e dos projectos, por parte da Rede DLBC, de modo a conceber e implementar respostas adequadas; que as iniciativas dirigidas aos jovens, designadamente nas áreas da educação e emprego, não se circunscrevem aos territórios onde residem, fomentando dinâmicas de mobilidade contrárias ao isolamento face ao tecido urbano envolvente.

O desfavorecimento dos territórios BIP/ZIP, aliado às dificuldades persistentes sentidas pelas comunidades (e reforçadas por um contexto adverso), obriga a agir sobre alguns riscos, evitando: a ausência de respostas e opções no desenvolvimento de projectos de vida, sobretudo ao nível da desistência de percursos educativos e da inexistência de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo; o predomínio das lógicas de mitigação da pobreza e dependência, fomentando lógicas de integração e emancipação; a clivagem entre agentes económicos e as populações, incentivando o encontro entre as iniciativas empresariais e a procura de emprego. Paralelamente, importa incentivar os projectos dirigidos à população jovem, reduzindo o risco de reprodução geracional da exclusão e apostando nas áreas do emprego, da educação e da inclusão por forma a contrariar – através da melhoria da situação social e económica – os défices de acessibilidade e de verdadeira inclusão urbana.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

A candidatura, cujo enfoque territorial aponta para o conjunto de Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP), tem como principal objetivo contribuir para a redução da fratura socio-urbanística identificada na cidade de Lisboa. Assim, tendo presentes os domínios de atuação estabelecidos no âmbito do «Desenvolvimento Local de Base Comunitária», enquadrado na implementação do «Portugal 2020» e que aponta para «a promoção da inclusão social, através do combate a problemas de pobreza, de exclusão social e de abandono escolar», assume-se que este objectivo essencial é alcançado através de três vertentes: a) aumento dos níveis de emprego e dinamização dos tecidos económicos locais; b) elevação dos níveis de qualificação escolar; e c) erradicação da pobreza. Dimensões que, face ao diagnóstico efetuado, se revelam centrais em qualquer estratégia a desenvolver nestes territórios e que tenha em vista o reforço das economias locais e da coesão social, assim fortalecendo a sua integração na cidade de Lisboa.

A estratégia a adotar assume um conjunto de princípios e pressupostos metodológicos, entre os quais relevam as dinâmicas de integração. De facto, ao incorporar um espectro diverso e numeroso de entidades, que inclui organizações da Administração Pública, do sector privado e do Terceiro Sector, a Rede DLBC está em condições de desenvolver projetos assentes em ações integradas, que potenciam complementaridades de natureza institucional, para além do cruzamento e articulação, sempre que possível, dos domínios setoriais em presença.

Por outro lado, a estratégia assenta numa articulação virtuosa entre as intervenções comunitárias específicas

e a sua inserção numa visão de conjunto, à escala da cidade. O que potencia os mecanismos de enquadramento técnico, metodológico e de recursos capazes de ampliar e reforçar as potencialidades dessas intervenções locais de base comunitária. Aliás, sublinhe-se igualmente neste sentido o potencial que decorre da articulação e enquadramento das estratégias de desenvolvimento local com as políticas públicas municipais, nos seus diferentes domínios.

Em termos de intervenção social, pretende-se que a estratégia da Rede DLBC Lisboa aposte em operações de recorte emancipatório, que promovam uma efectiva ruptura com a reprodução geracional dos ciclos de pobreza e exclusão. É por essa razão, aliás, que se valoriza de forma particular – no âmbito da programação das ações a desenvolver – a inserção pelo trabalho, considerada como a forma mais decisiva e sustentável de inclusão social e que não deve dispensar, na sua abordagem, a articulação com os processos de educação e formação e de capacitação de segmentos mais vulneráveis da população.

É igualmente neste âmbito, sublinhe-se, que a dinamização dos tecidos económicos locais se revela essencial para a candidatura, dados os seus efeitos e implicações no aumento do emprego, na elevação de competências e na melhoria dos níveis de inclusão social. Mesmo tratando-se de territórios que apresentam situações profundas e persistentes de vulnerabilidade social, importa intervir sem ser essencialmente numa ótica de remediação e de compensação, agindo ao invés nos factores estruturais de pobreza, nos quais a economia local desempenha um papel da maior relevância.

De facto, face ao período de crise que atravessamos, dificilmente se pode falar de emprego no caso de pessoas com baixos níveis de qualificação e com idades críticas se o associarmos a trabalho por conta de outrem. Neste plano, nestes contextos, deveremos falar mais em “atividades profissionais” e não só em emprego convencional. A meta a atingir na EDL de criação de emprego tem aqui que ser vinculada a uma estratégia de progressão e de transição entre um mundo de “multitatividades” e de “modalidades flexíveis de ocupação profissional”, com uma contratualização e formalização de ocupação de um posto de trabalho em resultado do desenvolvimento de experiência e de competências profissionais.

Para esta abordagem torna-se assim crucial a dinamização da economia local a partir dos factores exógenos e da combinação dos elementos identitários locais com a inovação social. De forma particular na economia local, que tem sofrido da redução do investimento público mas também privado, deverá ser trilhado um caminho de captação de capital (financiamento convencional, micro crédito e também financiamento solidário e alternativo) e de competências “green skills” que cimentem modalidades de economia verde e circular, que impulsionem a transição energética e que favoreçam abordagens mais sustentáveis no desenvolvimento destes territórios. É na medida que a economia local cria dinâmica de envolvimento das comunidades locais em torno de legítimas expectativas de aumento do rendimento pessoal e familiar, que as competências coletivas e locais melhoram e que a exclusão é estruturalmente posta em causa e reduzida.

Assim, no âmbito do aumento dos níveis de emprego, sublinhem-se entre outras as estratégias orientadas para a elevação dos níveis de qualificação profissional; para o reforço das competências pessoais e sociais; para a dinamização dos tecidos económicos locais; para a agilização de mecanismos que propiciem o encontro entre necessidades das entidades empregadoras e a procura de trabalho; ou para o fomento de condições favoráveis à criação de negócios e ao empreendedorismo. Linhas de orientação dos projectos a desenvolver que se relacionam igualmente com o objectivo de erradicação da pobreza, no âmbito do qual as ações deverão necessariamente ser orientadas para o desenvolvimento de processos de capacitação e emancipação de indivíduos, famílias, grupos e das próprias comunidades locais. A elevação dos níveis de qualificação escolar deve apontar igualmente para a definição de estratégias locais e em parceria que conduzam à diminuição do abandono escolar precoce e ao aumento das taxas de escolarização e do sucesso educativo.

As estratégias de desenvolvimento a prosseguir em cada território, consolidando parcerias e identificando metodologias, abordagens e recursos, deverão posteriormente ser objeto de partilha e análise no quadro da própria Rede DLBC, tendo em vista uma reflexão que identifique e partilhe boas práticas, conceba mecanismos de transversalidade e maximização de potencialidades, a par da articulação com a definição de políticas à escala municipal, e que proceda a uma apreciação de conjunto, tendente a reforçar a estratégia comum de resolução dos problemas diagnosticados e permitindo acrescidamente identificar e atuar sobre os factores estruturais que estão na base da génese e segregação de territórios de exclusão social e urbanística. Nas diferentes áreas de atuação (educação, emprego e pobreza e exclusão social), estabelecem-se metas e objetivos mensuráveis, relativos às diferentes intervenções e que, no seu conjunto, permitirão concretizar e estabelecer os compromissos de cumprimento da meta central do projecto, relativa ao seu contributo para a redução dos desníveis de desenvolvimento social, económico e urbanístico, face aos valores médios observados na cidade de Lisboa, registados nestes territórios.



Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

O conceito de comunidade(s) na Rede DLBC Lisboa é a expressão do conjunto das entidades composto (no local ou na cidade) por agentes públicos, privados empresariais, organizações do 3º setor e por cidadãos (indivíduo ou grupos).

No âmbito do 'instrumento DLBC', a Rede DLBC Lisboa - como estrutura associativa - regula formalmente a relação geral com os seus associados, e de modo particular, regulará o concurso de candidatura que abrirá para a realização de Operações e projetos nos territórios da "Carta BIP/ZIP". Neste âmbito específico, proporá que a participação da comunidade no desenvolvimento local urbano se operacionalize com recurso ao desenvolvimento de relações de proximidade que promovam efetivos espaços de interação e convivência entre os diferentes elementos da comunidade, e que progressivamente geram e cimentam 'a confiança' necessária à sustentabilidade dos processos e projetos em parceria. A esta atividade associa-se o desenvolvimento de estratégias de comunicação que informam em permanência '3 círculos' de atores-tipo na Comunidade – os implicados, os colaboradores e os ausentes.

A intencionalidade desta "anima" relacional local visa a capacidade das comunidades urbanas para co-gerir o desenvolvimento local, bem como para estabelecer relações multisetores e multiatores continuadas que espoletam e fomentam o exercício de mecanismos de co-responsabilização/decisão e de prestação de contas para compromissos formalmente assumidos pelo conjunto de protagonistas da comunidade local. Procuramos assim estimular/consagrar a participação efetiva das comunidades nos processos de desenvolvimento local de base comunitária, fomentando estruturas executivas locais (restritas ou alargadas) com representantes designados com a função de articular e integrar iniciativas a desenvolver no território, garantindo a concertação dos diferentes "interesses", e refletindo e avaliando o desenvolvimento dos processos on going.

Incentivaremos a utilização de modelos de participação democrática na forma de fóruns territoriais, por exemplo, e de modalidade diversa, nomeadamente, presenciais: assembleias comunitárias e/ou temáticas; consultivos: inquéritos e/ou outros métodos de apoio à decisão desenvolvidos particularmente por entidades chave na programação da cidade; plataformas online (Facebook); software de co-decisão - <http://liquidfeedback.org/>; ou outros em open-source que reduzam a clivagem entre decisores/cidadãos, representantes/representados e potenciadores do aumento da participação cidadã).

Localmente, este processo territorial pode orientar-se com o recurso a exemplo de algumas boas práticas que a cidade de Lisboa experimenta, nomeadamente, o modelo do Gabinete de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária (GABIP, CML) [1], o Plataforma de Ação Local de Marvila (PALM, Comissão Social de Freguesia) [2], os Projetos de Inovação Comunitária (PIC, AKF-PT e SCML) [3], as iniciativas sociais do "Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial" (GRACE) [4].

[1] <http://www.cm-lisboa.pt/viver/habitar/melhoria-da-qualidade-de-vida-urbana-e-coesao-social/gabips>

[2] <http://rededlbcslisboa.blogspot.pt/2015/07/marvila-apresentou-plataforma-de-accao.html>

[3] vide Anexo 'Rational PIC'

[4] <http://www.grace.pt/projetos>

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A estratégia de desenvolvimento local apresentada pela Rede DLBC Lisboa encontra-se estreitamente relacionada com as linhas orientadoras apresentadas nos diversos documentos que explanam as linhas de orientação da região de Lisboa para o período 2020, nomeadamente, de tornar a região competitiva, cosmopolita, coesa e conectada, conforme os princípios definidos na "Estratégia Regional Lisboa 2020". A escolha de um território de intervenção, composto pelo conjunto de Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa (BIP/ZIP) pretende seguir o objectivo de construir uma região coesa através do conhecimento da geografia dos factores de exclusão de modo a desencadear intervenções locais capazes de promover uma maior equidade social e territorial.

O desenho de intervenção local de implementação da EDL, fortemente ancorado em parcerias locais, de modo a reduzir fratura sócio-territorial da cidade de Lisboa através do desenvolvimento de acções locais, contribui, igualmente para o princípio de região conectada referido anteriormente.

Esta atuação será baseada na "inovação dos processos de gestão, na participação dos cidadãos, no controlo e avaliação dos resultados dos investimentos", apostando "na criação de mais-valias do funcionamento em rede" e na sinergia que estas trazem ao desenvolvimento local integrado e sustentável. As prioridades a que esta proposta de EDL dá resposta reforçam os princípios de "Qualificação Urbana", nas suas vertentes física, social e económica e dos "Recursos Humanos", através da qualificação de mão-de-obra e da promoção de um conjunto de capacidades culturais, técnicas e organizacionais, transversais a todas as atividades da vida

coletiva, fundamentais para o aumento da produtividade e da competitividade. No que diz respeito aos eixos estratégicos, é possível identificar importantes contributos da EDL no eixo da "Dinâmica Social - Uma Região centrada nas pessoas e na oferta de oportunidades que permitam processos de mobilidade social, de aumento de qualidade de vida e da equidade social" e da "Governabilidade - A governabilidade e a governança como uma nova cultura de governo e de administração da Região". Segundo o "Programa Operacional de Lisboa 2020" (PO Lisboa), "o aumento de famílias em situação de privação material é apontado pelas Redes Sociais da Região como um problema emergente. Esta situação é especialmente evidente no acréscimo, em cerca de 66%, do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), no período 2007/2011. Este aumento situou-se muito acima do registado à escala nacional (21%) e elevou o número de beneficiários deste apoio para 3,9% da população residente na Região de Lisboa."

Esta realidade encontra-se explicitada no diagnóstico desta EDL, onde é claro a incidência do desemprego e da presença das prestações sociais, nomeadamente, o RSI no conjunto da população reforçando o aumento da pobreza e da exclusão social dos grupos mais vulneráveis.

Neste seguimento, a implementação da EDL proposta identifica uma contribuição inequívoca para a prossecução da "Orientação Estratégica VII – Esbater a fragmentação do espaço metropolitano" onde se privilegia "o desenvolvimento de estratégias participativas e integradas, capazes de combater a elevada concentração de problemas ambientais, económicos e sociais que afetam as aglomerações urbanas". Nos eixos prioritários, a EDL contribui maioritariamente para a prossecução do "Eixo Prioritário III- Coesão Social", no princípio da "equidade e coesão sócio territorial", traduzindo-se na criação de medidas de discriminação positiva de garantia da coesão social e territorial, através de parcerias para a regeneração urbana e de apoios à criação e desenvolvimento de serviços de proximidade em parceria com a comunidade local, de forma a "promover a qualidade de vida e o bem-estar urbano". No que diz respeito ao Objetivo Geral n.º1, a EDL contribuirá para o Objetivo Específico "Reforçar a Governança Regional", especificamente na tomada de decisões em co-gestão com os agentes económicos, parceiros institucionais, locais e a própria comunidade no seio da dinâmica de parcerias locais já instaladas nos territórios BIP/ZIP.

A EDL proposta contribuirá igualmente para o cumprimento de um dos objetivos fundamentais do "Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML)", a "promoção da qualificação urbana, nomeadamente das áreas urbanas degradadas ou socialmente deprimidas". Este contributo é especificado na implementação do domínio da visão estratégica do PROTAML, o "Domínio D - Dinâmica de Qualificação do Território e Coesão Social", no subdomínio "D.2 – Estimular a vida de Proximidade / D.2.4 – Respostas Inovadoras e Integradas de Inclusão Social". A sua implementação prevê o desenho de "operações integradas de desenvolvimento urbano e comunitário em bairros com grande vulnerabilidade social, que contenham projetos inovadores, com impacto estrutural e de capacitação dos indivíduos e das suas associações, com forte participação dos atores locais e centrados na durabilidade dos resultados e dos efeitos" e o apoio às "organizações locais para que estas possam contribuir para a capacitação dos indivíduos e das famílias, para a dinamização sociocultural e para a promoção de uma cidadania participada".

Este aspecto encontra-se refletido no Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020 que refere que a fratura socio-territorial presente na realidade socioeconómica regional é uma das prioridades da Área Metropolitana de Lisboa, destacando o papel central das intervenções de base local nos processos de inclusão social, referindo "(...) uma nova abordagem ao desenvolvimento local que a CE põe ao dispor dos Estados-Membros e das Regiões para o período de programação 2014-2020 e que visa promover, em territórios específicos, a concertação estratégica entre parceiros (...) trabalhando em conjunto para desenvolver e implementar uma estratégia de desenvolvimento local que responda às necessidades e oportunidades locais".

Esta matéria deve ser analisada em complementaridade com a informação constante na candidatura da fase de pré-qualificação.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Face à dimensão e à natureza desta EDL, e à diversidade dos problemas identificados no território e referidos no diagnóstico, o GAL irá elaborar cadernos de encargos para a abertura de concursos específicos para validação da autoridade de gestão em todas as tipologias de acção e medidas previstas para os DLBC Urbanos no PDR 2020. Desta forma, pretende-se abranger todas as tipologias de acção nos diversos territórios que compõem a EDL.

Definição da estratégia de desenvolvimento local

Os objectivos subjacentes às acções do PDR elencadas consistem: a) No aumento dos níveis de emprego e dinamização dos tecidos económicos locais Mais especificamente: 1. Aumentar os níveis de empregabilidade 2. Fomentar do empreendedorismo e do auto-emprego 3. Criar postos de trabalho 4. Reforçar níveis de integração sectorial nos tecidos económicos locais b) Na elevação dos níveis de qualificação escolar Mais especificamente: 1. Combater o abandono e insucesso escolar 2. Promover a aprendizagem ao longo da vida 3. Reforçar respostas educativas profissionalizantes 4. Fomentar mecanismos de articulação entre as escolas e a comunidade c) Na erradicação da pobreza Mais especificamente: 1. Conceber respostas sociais inovadoras 2. Qualificar as respostas sociais existentes 3. Fomentar respostas sociais integradas 4. Criar respostas em áreas sociais deficitárias Globalmente, a distribuição do investimento por fontes de financiamento aponta para um valor de 58% Fundo Social Europeu (FSE) e 42% do Fundo Europeu Desenvolvimento Regional (FEDER). Relativamente a indicadores de resultados a atingir, consulte-se a tabela "Investimentos, Ações e Metas"

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Principais tipologias de acção do POR Lisboa na PI 09.10, alíneas: a), b), d), e), f), g), h), e i). (Ind. de Realização POR Lisboa: Estratégias DLBC apoiadas / Ind. de Resultado: Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado)	Empresas que beneficiam de apoio	14,00	14,00	Postos de trabalho criados	7,00	7,00	1 028 581,10€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Principais tipologias de acção do POR Lisboa na PI 09.06, alíneas: a), b), c), d), e), f) e h).	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	16,00	16,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	50,00	50,00	1 435 440,12€
---	-----	---	---	-------	-------	---	-------	-------	---------------

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEDER	1 028 581,10€
FSE	1 435 440,12€
Total	2 464 021,22€

Pressupostos



O diagnóstico apresentado, demonstra uma particular dimensão, concentração e persistência dos focos de pobreza deste contexto urbano (evidenciados pelos indicadores de emprego, educação e de exclusão), bem como a necessidade de investimento e de intervenção focalizada no território e no conhecimento das carências específicas de cada BIP/ZIP, bem como o extraordinário incremento da eficácia que decorre da participação das próprias comunidades. Esta EDL de cerca de 150.000 habitantes particularmente carenciados, aposta na totalidade da dotação proposta e decidida pelas Autoridades de Gestão para a candidatura da Rede DLBC Lisboa no valor total de 2.464.021,22€, calendarizando a sua total execução na primeira fase do programa até 2018, reivindicando a necessidade de reforço do programa após a avaliação intercalar. A experiência acumulada no programa municipal Parcerias locais BIP/ZIP com o mesmo território desta EDL, focado fundamentalmente na CAPACITAÇÃO das organizações locais com uma comparticipação municipal de 7,5M em 5 anos, permite demonstrar a validade do método mas também que a dimensão do investimento necessário para as exigentes metas ao nível do emprego e da educação ser muito além dos 18M, presentemente atribuídos nesta fase do programa para toda a região e para até 2022. A possibilidade de os objectivos serem atingidos dependerá da definição das regras que condicionam a gestão dos recursos financeiros, sobretudo da dinâmica concursal que o GAL deverá desenvolver que permita uma focalização em metas como a criação de emprego e a redução do abandono escolar. O bom funcionamento de ferramentas como o Balcão 2020 na apresentação das candidaturas, que facilite a avaliação e aprovação pelo GAL e das plataformas de interlocução operacional com os promotores e executores dos projectos locais serão essenciais para a celeridade e agilização de procedimentos necessárias para a execução dos projectos. O pressuposto de que se verificará a estabilidade do programa até 2023, bem como o desejável reforço do financiamento disponível aquando da avaliação intercalar, assegurando a manutenção do enfoque nos territórios particularmente vulneráveis, é essencial para o sucesso das metas a atingir. A mobilização dos atores locais é elevada e a motivação para o DLBC é significativa, mas importa que o programa disponha de meios para assegurar a concentração de esforços e a mobilização dos recursos necessários para atacar os problemas existentes, de forma a evitar a dispersão dos operadores locais. A persistência e firmeza na luta pelos objetivos, e a rejeição de processos "zigzagueantes" na definição das prioridades dependerão muito da estabilidade dos valores e dos fluxos financeiros a contratualizar. Notas: O quadro de Investimentos, Acções e Metas pressupõe (conforme esclarecimento do Balcão 2020) a afectação de 5% da dotação financeira a contratualizar para o "financiamento da equipa técnica da EDL/GAL", ou seja de 123.201,06€ da dotação proposta, mas também da elegibilidade do apoio a projectos de suporte transversal aos projectos de desenvolvimento local financiados.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

Não aplicável.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

A parceria constituída candidata a reconhecimento como Grupo de Ação Local (GAL), responsável pela elaboração e execução da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), assume a forma jurídica de associação composta pelo conjunto alargado de parceiros, 137 associados dos 3 sectores (público, privado e Terceiro Setor), segundo as regras do concurso/programa DLBC, pelos seus estatutos e obrigações que venha a contratuar com as autoridades de gestão dos programas de financiamento. Neste modelo de Parceria, será a própria associação "Rede DLBC Lisboa – Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa" e os seus órgãos sociais a assegurar a gestão da EDL contratualizada.

A estrutura central do GAL é exercida pelos Órgãos Sociais da "Rede DLBC Lisboa" que assumirão funções de promoção, gestão, monitorização e suporte aos projetos que, mediante procedimentos concursais, serão desenvolvidos por (sub)parcerias locais de entre os associados e outros eventuais beneficiários nos territórios da EDL.

A direção da "Rede DLBC Lisboa" é exercida desde a sua constituição em fevereiro de 2015 pela Comissão Instaladora eleita em Assembleia Geral e elegerá em outubro de 2015 os seus Órgãos Sociais para um primeiro mandato.

A Comissão Instaladora da "Rede DLBC de Lisboa", formalmente responsável pela submissão da candidatura DLBC (Fase I e II) e contratualização da EDL pela Associação, será substituída nas suas funções, após o ato eleitoral, pelos corpos dirigentes da "Rede DLBC de Lisboa" e respetivos titulares, enquanto "Órgão de Gestão" do GAL.

A futura "Estrutura Técnica Local" deverá ser composta por técnicos nas áreas do DLBC selecionados por concurso público e suportar o "Órgão de Gestão" nas funções de promoção, capacitação, formação, animação, monitorização, avaliação e suporte técnico aos projetos financiados no âmbito da prossecução da EDL.

Neste modelo organizacional, a avaliação dos projetos a financiar terá que ser sempre efetuada por um "Júri de peritos independentes" do Órgão de Gestão para cada concurso no âmbito da prossecução da EDL. A Comissão Instaladora opta pelo preenchimento da tabela referente à "Estrutura Técnica Local" apenas com carácter de demonstração da capacidade instalada (recursos técnicos e de gestão) nesta rede associativa para o desenvolvimento social urbano liderado pelas comunidades.

Em anexo a esta candidatura constam as tabelas solicitadas, os estatutos da Rede DLBC Lisboa que suportam o modelo de governação da associação.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

O acompanhamento de projetos, tendo em vista uma monitorização e ajustamento que assegure o cumprimento das metas e objetivos da EDL contratualizados, explora e beneficia da dimensão e natureza particular da Rede DLBC Lisboa. Isto é, só numa EDL com esta dimensão territorial e com este número de parceiros se verifica uma capacidade crítica e colaborativa, quer no território, quer no número de projetos financiados, quer na extensão temporal da execução da EDL, permitindo a correção dos projetos em curso através do suporte técnico e da troca de experiências entre projetos idênticos, mas também a correção dos «cadernos de encargos» de concursos no mesmo domínio de intervenção, em edições subsequentes.

Procura-se garantir, desta forma, uma completa monitorização dos projetos financiados, através da triangulação de três abordagens complementares:

1. A Monitorização Interna, realizada pela equipa técnica da rede, no acompanhamento permanente dos projetos em curso;
2. A Monitorização Externa Independente, efetuada pelo mesmo júri que avalia as candidaturas e que é composto por peritos/representantes de entidades não beneficiárias da EDL da Rede DLBC Lisboa, incluindo organizações congêneres de outros territórios e entidades públicas com responsabilidades nas áreas de Ação da EDL (vide exemplo de funcionamento do júri dos programas BIP/ZIP do município de Lisboa).
3. A Monitorização Comunitária, realizada nos territórios abrangidos pela EDL através de inquérito regular de satisfação aos cidadãos/comunidades locais, por exemplo, em plataforma eletrónica associada a serviço gratuito de acesso à internet.

Estas três formas complementares de monitorização permitirão ao GAL o atempado conhecimento e alerta sobre o grau de cumprimento dos objetivos e metas de cada projeto financiado. Assim, será possível verificar permanentemente o grau de cumprimento do cronograma de execução de cada projeto, das suas metas e objetivos, definidos no respetivo caderno de encargos do concurso e que possa fundamentar eventuais



intervenções de reajustamento à EDL.

O Órgão de Gestão ficará dotado de conhecimento que lhe permita promover as intervenções que possam assegurar as correções necessárias aos projetos em curso, tendo em vista o cumprimento dos resultados contratualizados por três formas complementares:

1. Promover a troca de experiências entre os promotores de projetos semelhantes, designadamente entre projetos bem sucedidos e projetos deficitários;
2. Ajustar o foco e a dimensão do suporte técnico da Rede aos projetos com dificuldades de implementação;
3. Permitir à Rede DLBC Lisboa corrigir e melhorar o desenho dos cadernos de encargo para edições subsequentes de concursos, tendo em conta a experiência e avaliação dos projetos anteriores.

A Rede DLBC Lisboa considera a monitorização de diversos parâmetros de forma transversal às diferentes temáticas para verificar os resultados contratualizados em candidatura, sem prejuízo da inclusão de diferentes metodologias de acompanhamento e avaliação das operações.

Na composição dos seus Órgãos Sociais, a Rede criará dois organismos – a Estrutura Técnica Local e o Conselho Consultivo Estratégico – para apoiar os atores (das comunidades de intervenção, dos associados), no exercício da facilitação e mediação de práticas de cogovernança, privilegiando práticas de gestão adequadas a estratégias e resultados comuns no território.

Estes organismos da "Rede DLBC Lisboa" acompanham a execução das operações aprovadas, estabelecendo a interação com as iniciativas de base local (equipa localmente constituídas) para apoiar, supervisionar, formar e capacitar as equipas de parceria na prossecução dos objetivos, metas e resultados da EDL.

Para assegurar as atividades de animação e acompanhamento da EDL, serão realizados processos de diálogo estruturado com as parcerias promotoras de projetos. As propostas de atividades de animação serão adaptadas às realidades locais, facilitando a relação e as interações de proximidade entre múltiplos e diferentes atores/sectores da comunidade.

A dinâmica de monitorização das operações aprovadas, e do seu compromisso com objetivos e metas, possibilita a ponderação de ações e instrumentos úteis ao acompanhamento da EDL. Para garantir que as propostas cumprem os objetivos e metas, será definido um calendário com metas e objetivos intercalares a atingir e que serão verificados pela estrutura técnica da Rede, que poderá: propor alterações para atingir os resultados contratualizados, bem como mecanismos de reajustamento; Desenvolver uma bateria de indicadores associados às componentes desenvolvidas pelas iniciativas de base local; Implementar um Sistema de Monitorização e Avaliação.

Para além destas ações, pretende-se associar-lhes o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação (local, comunitária) que divulgue ações (presentes ou futuras); que mobilize, envolva, implique a Comunidade nas operações de iniciativa local; que informe todos periodicamente, sobretudo os que se encontram mais distantes/ausentes dos processos colaborativos associados a dinâmicas na comunidade.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Protocolo de parceria	DeclaracoesParceiros41a70.zip	27/07/2015 07:10	212472216
Protocolo de parceria	DeclaracoesParceiros71a133.zip	27/07/2015 07:10	212472216
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-047.pdf	30/09/2015 13:34	
Protocolo de parceria	Estatutos&ActaAG.zip	27/07/2015 07:09	212472216
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	MODELO DE GESTÃO pdf	27/07/2015 05:32	212472216
Outros	Anexo à tabela Investimentos Ações e Metas.pdf	27/07/2015 08:15	212472216
Protocolo de parceria	DeclaracoesParceiros1a40.zip	27/07/2015 07:10	212472216
Outros	RATIONAL PIC.pdf	30/09/2015 13:22	212472216
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-047.pdf	15/12/2015 15:19	
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-047.pdf	27/07/2015 09:49	212472216
Outros	EXPERIENCIA DA REDE.pdf	27/07/2015 05:35	212472216

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	REDE DLBC LISBOA - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA DE LISBOA	NIF	513417010
Submetido por	Rui Neves Bochmann Franco	NIF	212472216
Data de Submissão	15-12-2015		

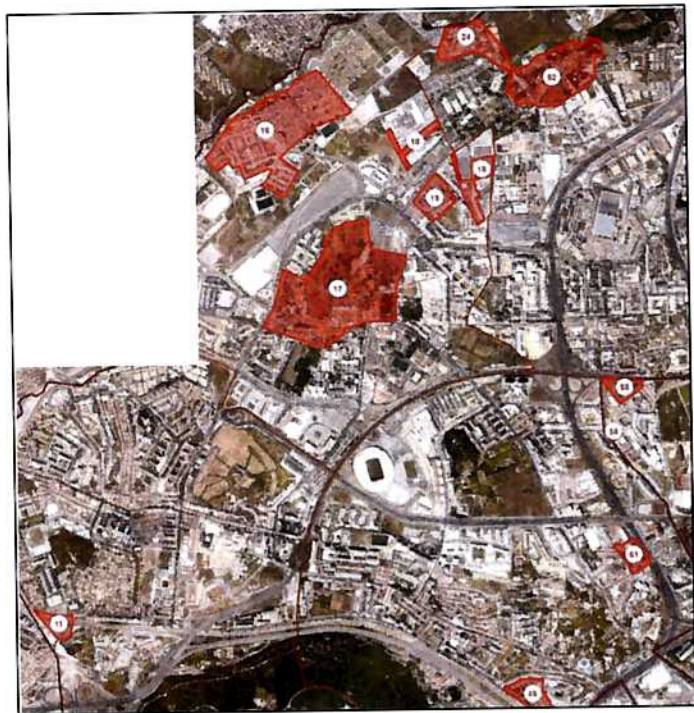


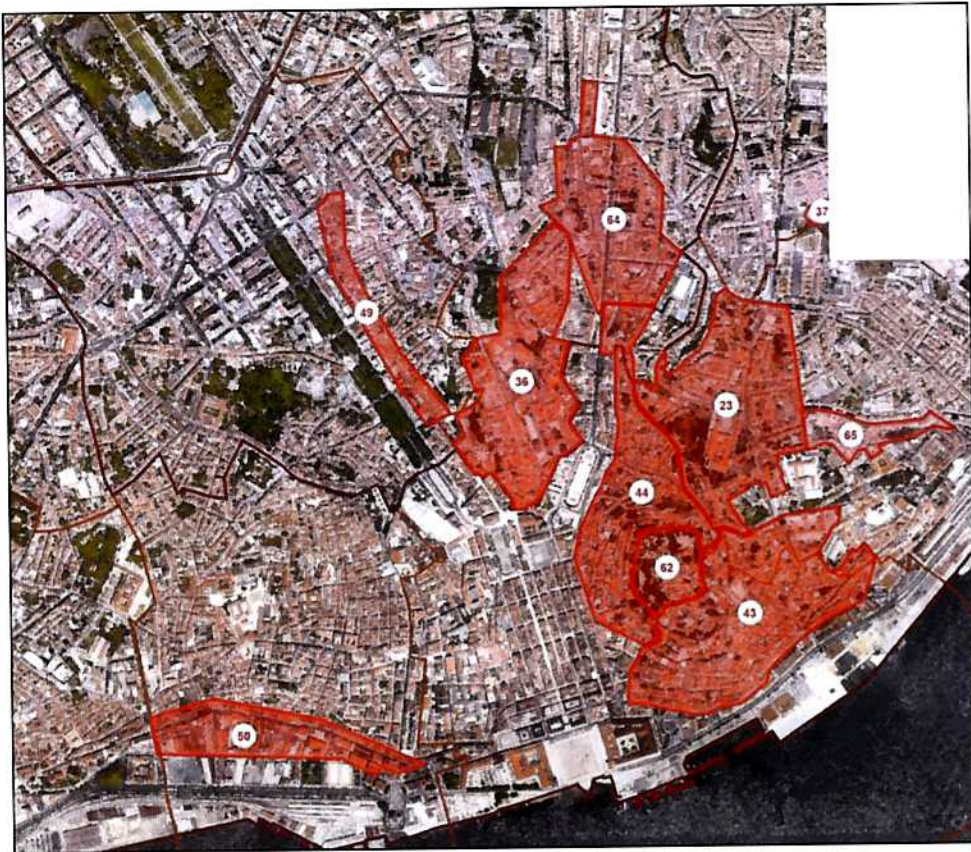
ANEXO 2

Territórios de intervenção do Grupo de Ação Local – Rede DLBC Lisboa

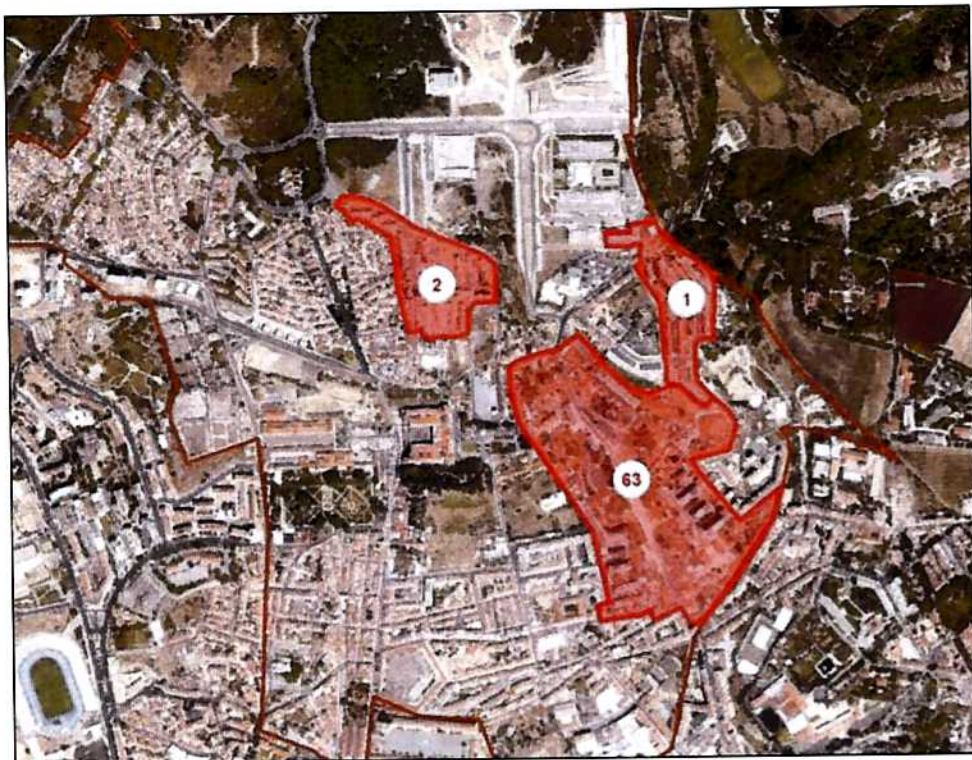


Handwritten signature or initials in blue ink.



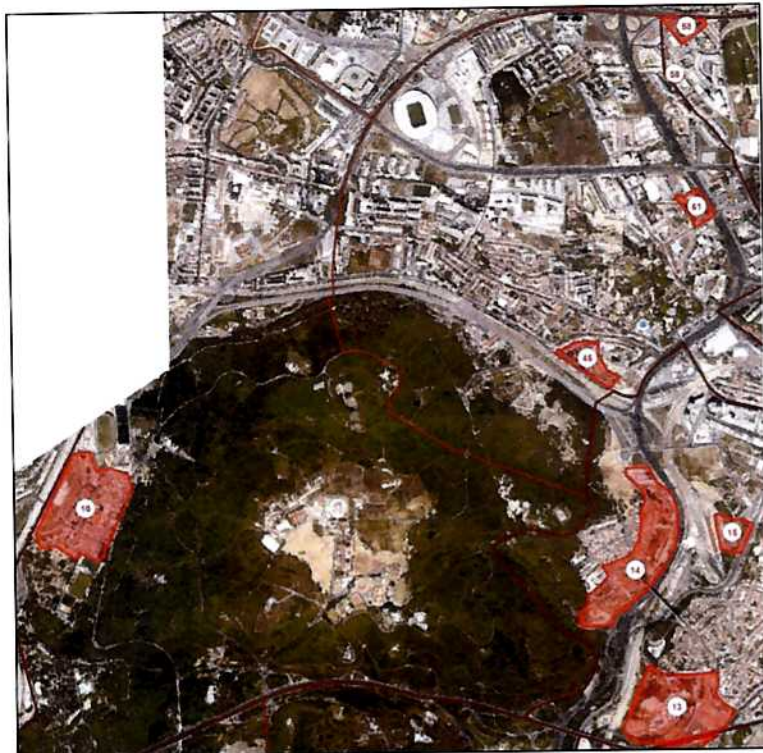


Handwritten signature or initials in blue ink.





Handwritten signature or initials in blue ink.



Legenda:

1	Casalinho da Ajuda
2	Dois de Maio
3	Quinta do Cabrinha /Quinta do Loureiro /Av. de Ceuta
4	Portugal Novo
5	Grafanil
6	Quinta da Torrinha
7	Quinta da Mourisca
8	Ameixoeira (PER)
9	Ourives / Estrada de Chelas
10	Boavista
11	Bom Pastor / Issan Sartawi
12	Murtas
13	Bela Flor
14	Liberdade
15	Quinta do Tarujo
16	Padre Cruz
17	Centro Histórico de Carnide
18	Azinhaga dos Lameiros / Azinhaga da Torre do Fato
19	Horta Nova
20	Sete Céus
21	Galinheiras - a) Ameixoeira b) Charneca
22	Alta de Lisboa Sul
23	Graça / Sapadores
24	Quinta do Olival
25	Cruz Vermelha
26	Pedro Queiróz Pereira
27	Lóios
28	Amendoeiras
29	Flamenga
30	Condado
31	Armador
32	Quinta das Salgadas /Alfinetes
33	Marquês de Abrantes

34	PRODAC
35	Rego (Bairro de Santos e PER)
36	Pena
37	Alto da Eira
38	Quinta do Morgado
39	Quinta das Laranjeiras
40	Casal dos Machados
41	Sete Moinhos
42	Casal Ventoso
43	Alfama
44	Mouraria
45	Furnas
46	Quinta do Lavrado
47	Horizonte
48	Bairro São João de Brito / Pote de Água
49	São José / Santa Marta (Eixo)
50	Rua de São Paulo (Eixo)
51	Cascalheira / Alvito Velho
52	Paço do Lumiar
53	Marvila Velha
54	Rua Possidónio da Silva
55	Pampilha
56	Alfredo Bensaude
57	Empreendimento Municipal - Rua João Nascimento Costa
58	Cooperativas 25 de Abril e Unidade do Povo
59	Empreendimento Municipal - Rua Carlos Botelho
60	Cooperativas - Rua João Nascimento / Carlos Botelho
61	Rua Direita da Palma
62	Castelo
63	Rio Seco
64	Anjos
65	Quinta do Ferro
66	Charneca do Lumiar
67	Alta de Lisboa Centro

ANEXO 3

Metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado

DLBC: Rede DLBC Lisboa

Fundo	Eixo/ medida	Indicador de realização	Meta 2018	Meta 2023	Indicador de resultado	Meta 2018	Meta 2023	Dotação FUNDO a contratar
FEDER	Principais tipologias de ação do POR Lisboa na PI 09.10, alíneas: a), b), d), e), f), g), h), e i). (Ind. De Realização POR Lisboa: Estratégias DLBC apoiadas / Ind. De Resultado: Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado).	Empresas que beneficiam de apoio.	14	14	Postos de trabalho criados	7	7	1.028.581,10€
FSE	Principais tipologias de ação do POR Lisboa na PI 09.06, alíneas: a), b), c), d), e), f) e h).	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego.	16	16	(%) Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	50	50	1.435.440,12€




REDE DLBC LISBOA

Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária

CANDIDATURA A PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA

Concurso n.º 02/2014, de 16 de Novembro de 2014

**1ª Fase
Pré-qualificação de parcerias**

Fevereiro de 2015

Índice da Candidatura DLBC Lisboa

A. VERTENTE DLBC DA CANDIDATURA	4
B. TIPOLOGIA E LIMITES DO TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO	4
1. Listagem das freguesias que compõem a sua proposta de território de atuação	4
2. Caracterização do território de atuação	4
3. Justificação para a tipologia e limites apresentados	7
A fractura socio-urbanística de Lisboa: os territórios BIP/ZIP	7
4. Justificação para a inclusão de territórios de diferentes NUTS II	9
C. CARATERIZAÇÃO DA PARCERIA E MODELO ORGANIZACIONAL	10
1. Denominação	10
2. Entidades que constituem a parceria	10
3. Descrição funcional do modelo organizacional.....	14
4. Descrição das atividades realizadas pela parceria ou pelo seu responsável	17
5. Capacidade financeira, técnica e material para ser considerada organismo intermédio de gestão	21
D. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INCIDÊNCIA.....	22
1. Enquadramento e conceito.....	22
2. A evolução recente da situação socioeconómica nos territórios de intervenção	34
<i>Educação</i>	36
<i>Desemprego</i>	37
<i>Pobreza e exclusão social</i>	38
3. A evolução recente da situação socioeconómica da cidade de Lisboa	39
4. Diagnóstico estratégico EDL – análise SWOT	41
E. PROPOSTA DE ESTRATÉGIA E RESULTADOS ESPERADOS.....	45
1. Enquadramento da candidatura em instrumentos de políticas e estratégias nacionais, regionais e sub-regionais	45
2. Estratégia de intervenção e resultados esperados	48
F. PROCESSO DE ENVOLVIMENTO COM AS COMUNIDADES LOCAIS.	51
ANEXOS.....	55

A. VERTENTE DLBC DA CANDIDATURA

Esta parceria candidata-se à vertente **DLBC Urbano** deste concurso.

B. TIPOLOGIA E LIMITES DO TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO

1. Listagem das freguesias que compõem a sua proposta de território de atuação

Concelho	Freguesia	População (2011)	Rural (S/N)	Litorâneo (S/N)
Lisboa	Ajuda (BIP/ZIP)	7.578	N	N
Lisboa	Alcântara (BIP/ZIP)	1.044	N	N
Lisboa	Alvalade (BIP/ZIP)	2.704	N	N
Lisboa	Areeiro (BIP/ZIP)	2.329	N	N
Lisboa	Arroios (BIP/ZIP)	6.229	N	N
Lisboa	Avenidas Novas (BIP/ZIP)	4.505	N	N
Lisboa	Beato (BIP/ZIP)	4.623	N	N
Lisboa	Belém (BIP/ZIP)	0	N	N
Lisboa	Benfica (BIP/ZIP)	4.662	N	N
Lisboa	Campo de Ourique (BIP/ZIP)	4.760	N	N
Lisboa	Campolide (BIP/ZIP)	5.887	N	N
Lisboa	Carnide (BIP/ZIP)	10.436	N	N
Lisboa	Estrela (BIP/ZIP)	3.213	N	N
Lisboa	Lumiar (BIP/ZIP)	4.669	N	N
Lisboa	Marvila (BIP/ZIP)	34.474	N	N
Lisboa	Misericórdia (BIP/ZIP)	1.762	N	N
Lisboa	Olivais (BIP/ZIP)	4.447	N	N
Lisboa	Parque das Nações (BIP/ZIP)	4.718	N	N
Lisboa	Penha de França (BIP/ZIP)	1.360	N	N
Lisboa	Santa Clara (BIP/ZIP)	13.899	N	N
Lisboa	Santa Maria Maior (BIP/ZIP)	9.919	N	N
Lisboa	Santo António (BIP/ZIP)	2.045	N	N
Lisboa	São Domingos de Benfica (BIP/ZIP)	2.334	N	N
Lisboa	São Vicente (BIP/ZIP)	5.850	N	N

População total da DLBC: 143.447

2. Caracterização do território de atuação

A cidade de Lisboa caracteriza-se por uma significativa diversidade de contextos socioeconómicos, que estabelecem, de um ponto de vista territorial, a existência de uma fractura socio-urbanística relevante, que compromete os níveis de coesão social.

Com efeito, é possível reconhecer no tecido urbano da capital um conjunto de territórios que, pela sua génese e características, revelam a existência de processos de segregação urbana de formação de bolsas de pobreza e de desfavorecimento social, económico e urbanístico.

Na maior parte dos casos, estes territórios associam-se a áreas de alojamento social, reflectindo as consequências resultantes de um modelo de política habitacional pública que privilegiou, durante décadas, a construção de bairros sociais destinados a famílias carenciadas, concentrando privações, problemas e dificuldades em áreas da cidade situadas sobretudo na periferia e, portanto, já de si desfavorecidas em termos urbanísticos.

Ou seja, as manchas de pobreza e desfavorecimento urbano da cidade de Lisboa associam-se a territórios cuja génese decorre, em regra, de processos de mobilidade de populações desfavorecidas, que acabam por se concentrar num conjunto de áreas dispersas por certas zonas da cidade e cuja visibilidade se acentua quando se procede ao mapeamento de diferentes indicadores de carência (social, económica, urbanística e ambiental).

No seu conjunto, estas áreas urbanas configuram o universo de bairros e territórios de intervenção prioritária, os territórios BIP/ZIP que a Câmara Municipal de Lisboa identificou e mapeou em 2010. E é justamente sobre esse conjunto de territórios que a presente candidatura ¹ no âmbito dos projectos de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) ² se focaliza, procurando enquadrar, numa visão coerente e de conjunto, as respostas aos problemas e desafios que cada bairro e cada território de intervenção comunitária suscitam.

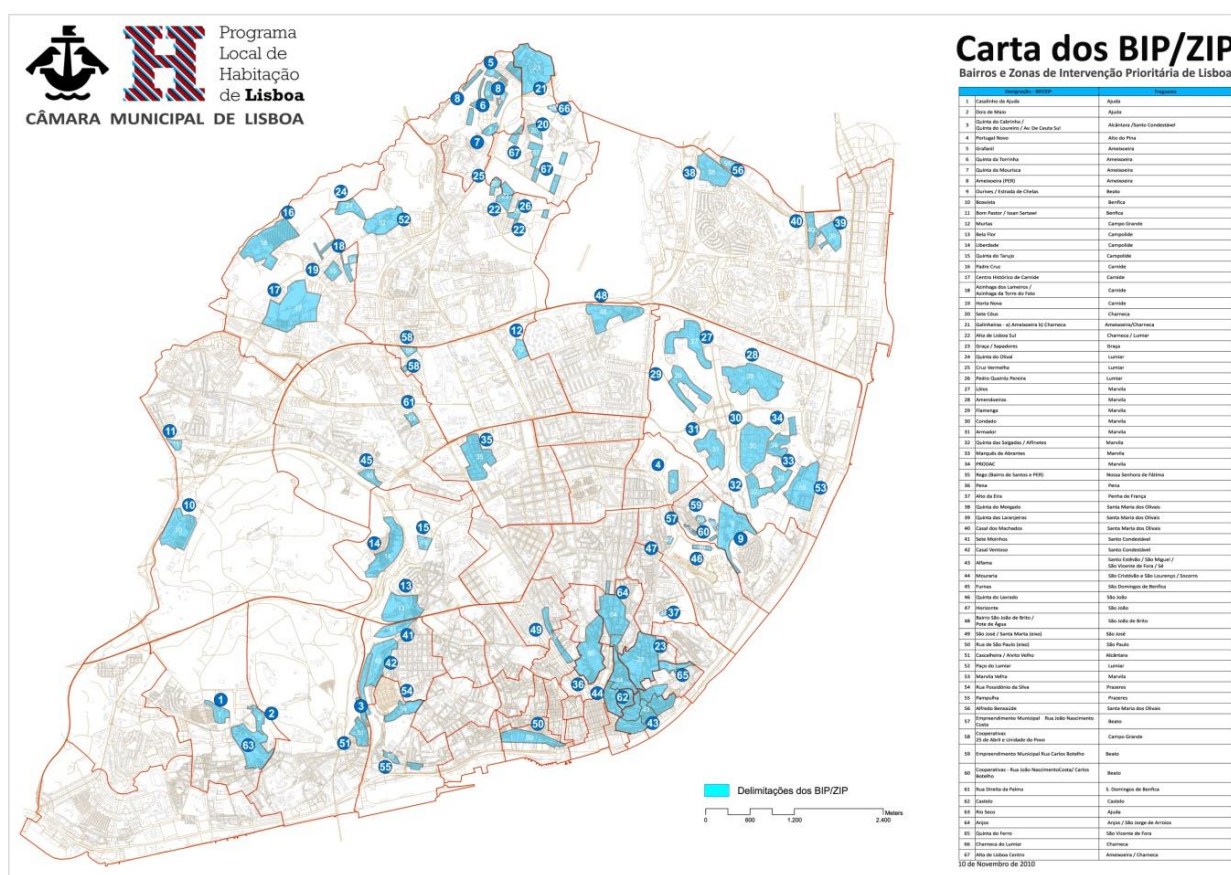
Importa sublinhar, por último, que a constituição de uma rede de parceiros, de uma plataforma plural de organizações, orientada para pensar em conjunto os processos de desenvolvimento local de base comunitária, encontra nas recentes transformações de natureza administrativa (a nova malha de divisão das freguesias, que estabeleceu novos patamares, adequados, de massa crítica institucional local e de dimensão territorial) as condições para o desenvolvimento de novas formas de intervenção social, marcadas pelo reforço do trabalho em parceria, pelo aprofundamento da consciência dos contextos e do território e pela actuação numa lógica de proximidade. A presente rede DLBC de Lisboa combina, de um ponto de vista metodológico e estratégico, a perspectiva de base local (de acordo com um princípio de «desenvolvimento participado ascendente»), com a perspectiva de nível intermédio (relativas à visão de conjunto e à identificação de forças e dinâmicas comuns, assentes num princípio de «planeamento descendente» e sensível às especificidades territoriais).

O Programa Local de Habitação (PLH), aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Assembleia Municipal em finais de 2009, estabeleceu entre os seus objectivos a «melhoria da qualidade de vida urbana e da coesão territorial», suscitando desse modo a necessidade de identificar os territórios mais

carenciados da capital, tendo em vista o desenvolvimento de intervenções prioritárias, enquadradas por processos de «regeneração e requalificação urbana»

Nesse âmbito, assumiram-se como «Bairros de Intervenção Prioritária (BIP)», os bairros onde se concentram carências sociais, alojamentos degradados ou défice de equipamentos e transportes e que, por essa razão, necessitam de intervenção por parte do município. O mesmo pressuposto foi assumido relativamente às «Zonas de Intervenção Prioritária (ZIP)», que não podendo ser caracterizadas como «bairros», evidenciavam contudo características e problemáticas de natureza socio-urbanística semelhante.¹

Carta BIP/ZIP – Bairros ou Zonas de Intervenção prioritária de Lisboa



Deliberação 616/2010, CM de 17 de Novembro e AM de 1 de Março de 2011

¹ A definição conceptual de territórios de intervenção prioritária socorreu-se também do conceito de «Bairros Críticos», (nos termos da Resolução de Conselho de Ministros nº 143/2005, de 2 de Agosto), entendidos como «espaços urbanos que, pela concentração de problemas sociais, pelo desfavorecimento e menor capacitação das suas populações, pela concentração de grupos mais vulneráveis às diferentes formas de discriminação, pelo estigma social que lhes anda associado e pelo bloqueio de desenvolvimento económico e social».

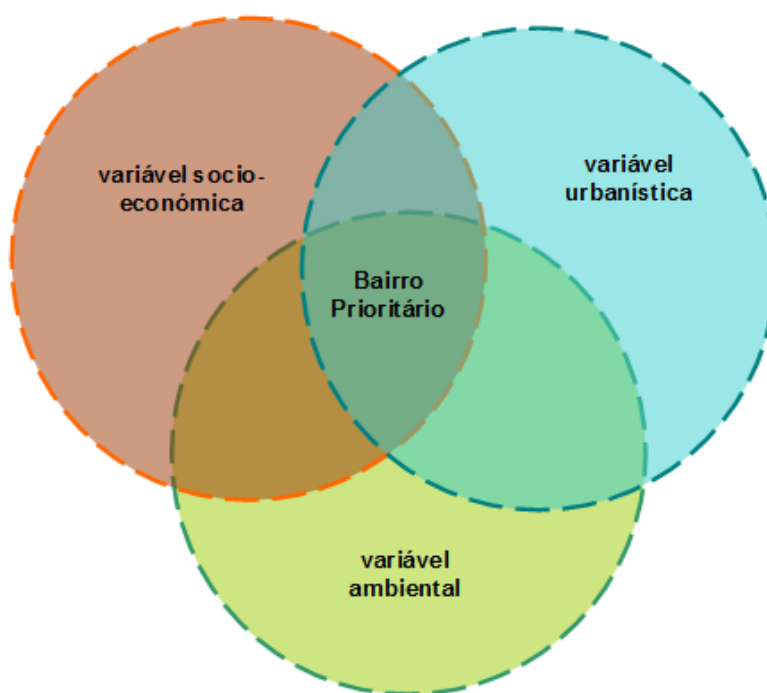
3. Justificação para a tipologia e limites apresentados

A fractura socio-urbanística de Lisboa: os territórios BIP/ZIP

A identificação de territórios BIP/ZIP na malha urbana de Lisboa foi efectuada a partir de três vertentes de análise, relativas à situação socioeconómica, urbanística e ambiental, sendo cada uma destas dimensões avaliada a partir de diferentes indicadores (figura e quadro seguintes).

Assim, em matéria de **indicadores socioeconómicos**, procedeu-se uma análise comparativa que privilegiou, entre outros, o peso relativo da população não empregada e da população com menores níveis de habilitações escolares ou a avaliação dos níveis de rendimento. No âmbito de **indicadores urbanísticos**, considerou-se por exemplo o estado de conservação do edificado, a cobertura da rede de transportes públicos ou de equipamentos sociais (creches e jardins de infância). Na vertente dos **indicadores ambientais**, foi considerado, entre outros, o grau de cobertura da rede de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos ou o estado de conservação do espaço público.

Variáveis de análise na identificação de territórios de intervenção prioritária (BIP/ZIP)



Tendo em conta a análise territorial destes indicadores, foram mapeados índices de carência social e urbana. A sobreposição analítica destes índices permitiu a delimitação de um índice composto que

Este processo contou ainda com a integração das delimitações municipais susceptíveis de serem consideradas como territórios de intervenção prioritária, por serem áreas com concentração de

carências (sociais e urbanas) já referenciadas no relatório de diagnóstico do Plano Local de Habitação,² considerou: a) as Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbana (ACRRU); b) as Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AGI); c) os Bairros Municipais sob gestão da CML, onde existem maiores problemas sociais, económicos e urbanísticos; d) as zonas remanescentes dos Programas de Realojamento PIMP e PEP; e) os bairros onde se realizaram Operações SAAL, a seguir ao 25 de Abril (mas que não viram os seus processos concluídos); f) a zona de intervenção da SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana Ocidental; g) a zona da freguesia de Marvila onde se situam os bairros dos Lóios, Amendoeiras, Condado, Flamengo e Armador, para os quais existe um protocolo entre a CML e o IHRU no âmbito do PRRADAP.

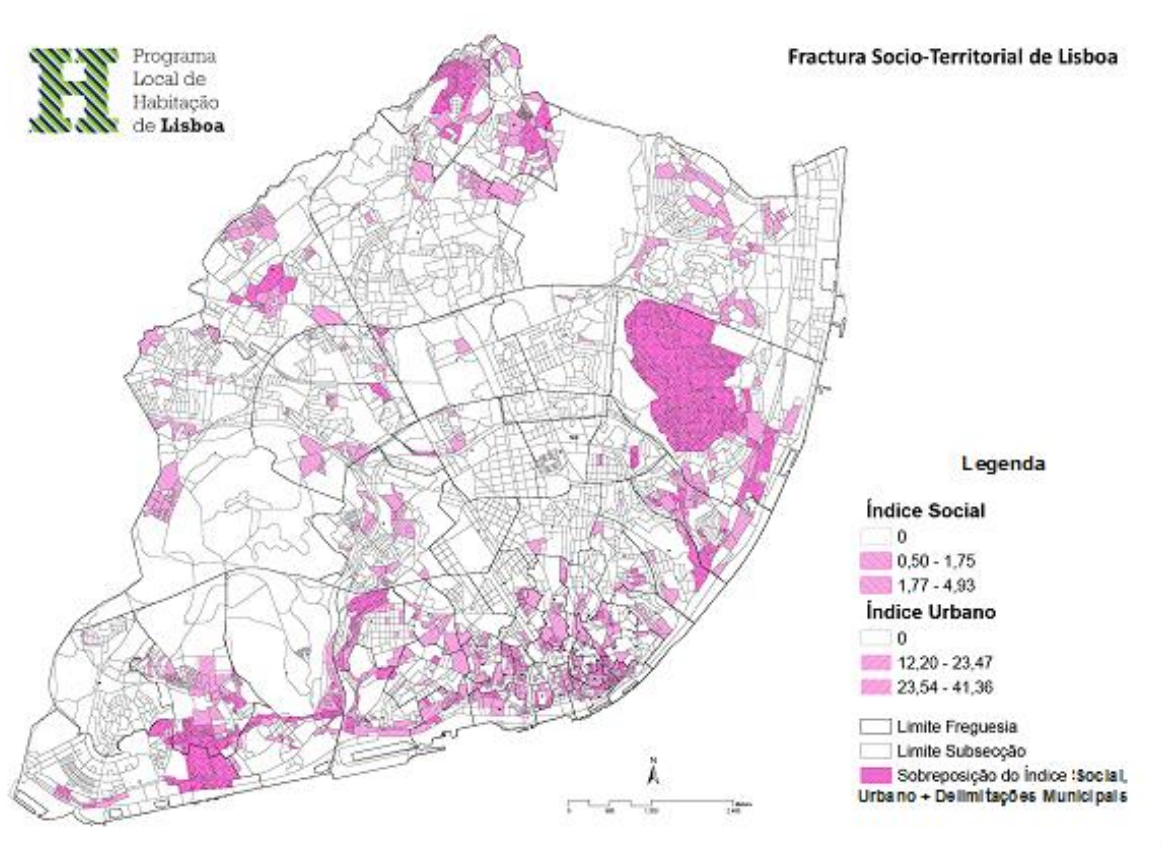
Indicadores sociais e económicos, urbanísticos e ambientais (territórios BIP/ZIP)

Indicadores Sociais e Económicos	<ul style="list-style-type: none"> • População não empregada • População com baixas qualificações • População imigrante • Índice de Envelhecimento • Prestações sociais (RSI, CSI e SD) • Sentimento de Segurança (zonas urbanas sensíveis) • Áreas com falta de segurança • Níveis de rendimento (escalões de IRS) • Valor patrimonial das fracções • Emprego / Balanço Social das Empresas
Indicadores Urbanísticos	<ul style="list-style-type: none"> • Estado de conservação do edificado • Alojamentos vagos • Idade dos edifícios • Cobertura da rede de transportes públicos • Níveis de rendimento (escalões de IRS) • Cobertura da rede pública de creches • Cobertura da rede pública de jardins de infância
Indicadores Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura da rede de recolha selectiva de RSU • Estado de conservação do espaço público • Áreas com iluminação insuficiente

Z • μ o š • •] u] v š] (p-dpppp) ^ & E expressa a concentração de carências sociais e urbanas.

² Relatório da 1ª Fase do PLH [<http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=401000100239,014>].

Fractura Sócio-Territorial de Lisboa



forma preliminar um conjunto de Territórios Prioritários, formando a primeira versão da Carta BIP/ZIP. Com base na Deliberação Municipal XX de XX, esta carta e todo o processo de identificação dos BIP/ZIP foi submetido a Consulta Pública.

Esta Consulta Pública, para além da sua abrangência universal no que diz respeito à participação dos cidadãos, teve também como estratégia a activação de participação directa das organizações e comunidades locais nos territórios BIP/ZIP preliminarmente identificados. Promoveu também um inquérito para a identificação na primeira pessoa das temáticas que representam maior relevância para os cidadãos nos seus territórios tendo sido recebidos inúmeros contributos individuais e de organizações.

Deste processo resultou a identificação e delimitação de 67 bairros ou Zonas de Intervenção prioritária de Lisboa, que configuram a Carta BIP/ZIP.

4. Justificação para a inclusão de territórios de diferentes NUTS II

Todos os territórios abrangidos por esta candidatura DLBC pertencem ao conselho de Lisboa, pelo não existirem territórios de diferentes NUTS II.

C. CARATERIZAÇÃO DA PARCERIA E MODELO ORGANIZACIONAL

1. Denominação

REDE DLBC LISBOA - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA DE LISBOA

Parceria constituída com personalidade jurídica associativa pelas 98 entidades identificadas na tabela abaixo, designadamente sessenta e nove associações, onze autarquias, cinco cooperativas, cinco empresas, três fundações, três instituições de ensino superior público, uma instituição de ensino superior particular e uma pessoa colectiva de direito privado e utilidade pública administrativa.

2. Entidades que constituem a parceria

Designação	NIF/ NIPC	Sector de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social
Projecto Alcantara - Associação de Luta Contra a Exclusão Social	504479024			Associação	
Município de Lisboa (*)	500051070			Autarquia	
Jovens Seguros - Associação para o Desenvolvimento Ocupacional	505255693			Associação	
Freguesia de Alvalade (*)	506847160			Autarquia	
ASARSO - Associação de Arquitectura Social	510910645			Associação	
Fundação Aga Khan Portugal (*)	503841560			Fundação	
Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa	501399003			Instituição de Ensino Superior Público	
Freguesia de Santa Maria Maior (*)	510857043			Autarquia	
Associação Desportiva e Cultural Encarnação Olivais (Centro Popular)	502557648			Associação	
Associação Portuguesa de Ética Empresarial	506320871			Associação	
Crescer na Maior - Associação de Intervenção Comunitária	505483599			Associação	
Freguesia do Lumiar (*)	508415110			Autarquia	
Instituto de Apoio à Criança	501377662			Associação	
Associação par o Estudo e Integração Psicosocial	501914625			Associação	

(continuação)

Designação	NIF/ NIPC	Sector de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (*)	500745471			Pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa	
Questão de Igualdade - Associação para a Inovação Social	508579384			Associação	
Associação Auxílio e Amizade	505850117			Associação	
Associação REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza - Portugal	502866896			Associação	
Conselho Português para os Refugiados (CPR)	503013862			Associação	
Sou Largo CRL	510245838			Cooperativa	
Ateliernob - Arquitectura, Design e Urbanismo, Lda	507493400			Empresa	
Dress for Sucess Lisboa	510124232			Associação	
GEOTA - Grupo Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente	501716610			Associação	
Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres	506844536			Associação	
Associação Mulheres contra a Violência	503226408			Associação	
CESIS - Centro de Estudos para Intervenção Social	502826134			Associação	
APSI - Associação para a Promoção da Segurança Infantil	502886412			Associação	
FOS - Associação de Fotografia e Video Participativo	510880991			Associação	
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa	502784083	85420		Instituição de Ensino Superior Público	
ACI - Associação Centro Interculturalidade	509656900			Associação	
ISPA - Instituto Superior de Psicologia Aplicada	501313672			Instituição de Ensino Superior Particular	
Rute - Associação de Solidariedade Social	504491849			Associação	
Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes	501436677			Associação	
Clube Internacional Europeu	505057042			Associação	

(continuação)

Designação	NIF/ NIPC	Sector de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social
Nuclisol - Jean Piaget - Associação para o desenvolvimento da criança, a integração e a solidariedade	502909927			Associação	
Fundação Benfica	509259740			Fundação	
Boutique de Cultura - Associação Cultural sem fins lucrativos	510854168			Associação	
ACCL - Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa	505985748			Associação	
UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta	501056246			Associação	
Palco de Sombras Lda	508587352			Empresa	
Movimento de Defesa da Vida MDV	500929041			Associação	
Freguesia de Marvila	507330609			Autarquia	
Freguesia do Beato	507401778			Autarquia	
Freguesia de Campolide	506810496			Autarquia	
CON.PRO Consultoria e Projectos Lda	501784730			Empresa	
AGIR XXI - Associação para a Inclusão Social	505007690			Associação	
Associação Lusofonia Cultura e Cidadania	508110980			Associação	
Associação ILGA Portugal	503777331			Associação	
Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local	503169030			Associação	
Seacoop - Social Entrepreneurs Agency, C.R.L.	508230217			Cooperativa	
PROSAUDESC - Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio-Cultural	504922548			Associação	
Associação Tempo de Mudar para o Desenvolvimento do Bairro dos Loios	504298372			Associação	
CEPAC - Centro Padre Alves Correia	503007676			Associação	
O Companheiro associação de fraternidade cristã	502121637			Associação	
Associação Dianova Portugal - Intervenção em Toxicodependências e Desenvolvimento Social	501601163			Associação	
Associação Industrial Portuguesa - Câmara de Comércio e Indústria (AIP-CCI)	500032335			Associação	

(continuação)

Designação	NIF/ NIPC	Sector de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social
Associação Guineense de Solidariedade Social - Aguienso	501808272			Associação	
Clube de Rugby São Miguel	502309210			Associação	
TESE - Associação para o Desenvolvimento pela Tecnologia, Engenharia, Saúde e Educação	506007910			Associação	
A.D.M. Estrela - Associação de Desenvolvimento e Melhoramentos	502507764			Associação	
Associação Localsapproach	513285857			Associação	
Mil Pés, Cooperativa Cultural e de Solidariedade Social, CRL	507228537			Cooperativa	
Associação de Moradores do Bairro 2 de Maio	510204317			Associação	
EPAR - Desenvolvimento, Ensino e Formação, CRL	504883526			Cooperativa	
Passo a Passo com a criança e a família - Associação de ajuda psicossocial	505393956			Associação	
Associação CLIPRD	510372643			Associação	
Associação Socio Cultural e Recreativa de Melhoramentos da Penha de França - Os Fidalgos da Penha	510341616			Associação	
CulturFaceis - Associação Cultural para o Desenvolvimento	508969964			Associação	
Caixa de Mitos, Lda	509005276			Empresa	
Associação de Jardins Escolas João de Deus	508852006			Associação	
Milacessos - Cooperativa de Serviços e Solidariedade Social, CRL	510703658			Cooperativa	
Freguesia da Estrela (*)	510856918			Autarquia	
Procur.Arte Associação Cultural e Social	507307925			Associação	
Arisco - Instituição para a Promoção Social e da Saúde	503166650			Associação	
Associação Viver Telheiras - Centro de Convergência de Telheiras	510510507			Associação	
Grupo de Acção Comunitária - GAC	503483877			Associação	
Instituto Padre António Vieira - IPAV	507143841			Associação	
Menos 60 Mais - Associação de Desenvolvimento Social	510919310			Associação	
BADL Bairros - Associação de Desenvolvimento Local	510470599			Associação	

(continuação)

Designação	NIF/ NIPC	Sector de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social
Os Filhos de Lumière - Associação Cultural	505023652			Associação	
Associação SAPANA	510146104			Associação	
Freguesia de Benfica	506602222			Autarquia	
ARIA - Associação de Reabilitação e Integração Ajuda	502690020			Associação	
ATLA - Associação de Tempos Livres de Alfama	501717773			Associação	
Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária	502690453			Associação	
Associação Humanidades	504160150			Associação	
G.E.I.C - Grupo Experimental de Intervenção Cultural	503019410			Associação	
Casa das Cenas - Associação Juvenil	504024825			Associação	
Freguesia de São Domingos de Benfica	505203731			Autarquia	
ABRAÇO, Associação de apoio a pessoas com VIH/SIDA	503170151			Associação	
Fundação Portuguesa "A Comunidade contra a Sida"	503335401			Fundação	
Associação Casa da Achada - Centro Mário Dionísio	508765404			Associação	
Team Mais Unipessoal, Lda.	508045940			Empresa	
Freguesia de Carnide	505207117			Autarquia	
Wakeseed - Associação	510191894			Associação	
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa	505954702			Instituição de Ensino Superior Público	
FAMALIS - Federação das Associações de Moradores da Área Metropolitana de Lisboa	510356931			Associação	
Centro de Estudos Sociais, Laboratório Associado, Universidade de Coimbra	500825840			Associação	

(*) Aguarda conclusão dos procedimentos a que está obrigada, para formalização da adesão.

3. Descrição funcional do modelo organizacional

como conceito de Comunidade o conjunto de atores constituído por residentes, profissionais/técnicos, organizações de base local, administração pública e agentes económicos, que se pretende organizada

com a co-presença destes diferentes atores sociais para agir recíproca e colaborativamente na busca de resultados sustentados em relações/interações de médio e longo prazo.

Estas relações (da Comunidade) caracterizam-se por isto é, assentam na capacidade de envolvimento dos seus atores em parcerias locais, caracterizadas por relações cooperativas baseadas na confiança e na identificação coletiva do bem comum. A relação de entreajuda entre parceiros, a par da confiança interpessoal que gera, faz da Comunidade um ambiente privilegiado para a inovação social. Associado à parceria de proximidade relacional estará a promoção da aprendizagem colaborativa entre operações da DLBC pela partilha de experiência (do processo) e que sirva de referência para comunicar, desenvolver e disseminar a governação do desenvolvimento de base comunitária em meio urbano.

Neste enquadramento, a DLBC pretende fomentar a colaboração em pé de igualdade e equitativa entre organizações de base local, da sociedade civil, da administração pública e do sector privado, fundada em relações de reciprocidade, nas quais recursos, capacidades e riscos são partilhados na prossecução de ações multidimensionais não alcançáveis por entidades isoladamente.

Para o desenvolvimento da parceria e envolvimento da Comunidade em sistemas de co-governação para combate à pobreza e exclusão social, considera-se fundamental a prática ativa dos seguintes princípios:

1. Reconhecimento recíproco de interdependência entre os parceiros. Os parceiros reconhecem que não age autonomamente no contexto da parceria constituída, antes colabora com outros atores e sectores para alcançar um objetivo partilhado. Sem este reconhecimento, o trabalho da parceria e os acordos formais que o regulam correm o risco de se tornarem vazios de sentido.
2. Um certo grau de confiança entre os parceiros como base para uma colaboração recíproca. Qualquer tipo de acordo, mesmo os mais formais, dificilmente se transformará num processo colaborativo de sucesso. As parcerias que pretendem pôr em relação agentes públicos, organizações de base local ou da sociedade civil, representantes locais, agentes económicos e residentes como parceiros devem estabelecer compromissos partilhados, pactos territoriais para o desenvolvimento de projetos comuns, formas de entendimento que adotem não só compromissos contratuais mas também modalidades de consulta e de participação pública, tendo em vista a melhoria do processo de tomada de decisão. O envolvimento dos parceiros pode ocorrer de várias formas desde que respeite os acordos relativos a objetivos e resultados específicos.
3. Criação e desenvolvimento de equipas de trabalho interinstitucionais e intersectoriais, incluídas em estruturas de trabalho comunitário, que

facilitam as relações de proximidade e confiança, entre os atores e sectores da comunidade, e garantam que as necessidades locais são consideradas e/ou integradas nos planos de desenvolvimento local.

4. Integrar organizações e cidadãos locais nos processos de diagnóstico e promoção de respostas às necessidades das zonas de intervenção. Melhorar a compreensão das necessidades locais envolvendo ativamente as organizações de base local e cidadãos no desenho de políticas, estratégias e projetos mais ajustados à especificidade de cada contexto.

5. Envolver a Comunidade em processos de governação para fortalecer o desenvolvimento local, o processo democrático e a sustentabilidade das relações. Promover a transparência na prestação de contas, a tomada de iniciativa nos processos de desenvolvimento, a monitorização e avaliação dos projetos.

6. Envolver a Comunidade aproximando-se e trabalhando em parceria, entre as autarquias e as comunidades, para enfrentar os desafios do desenvolvimento local.

Os GABIP são instrumentos de governação local o modelo base dos GABIP), experimentado e em funcionamento em várias áreas da cidade de Lisboa. Constituídos por despacho municipal, os GABIP são integrados por entidades públicas, privadas e do Terceiro Sector. Dada a especificidade das componentes DLBC, o GABIP, enquanto grupo de trabalho local, promoverá respostas no âmbito do Emprego e empreendedorismo, Educação, Coesão e inclusão social, entre outros domínios.

Para a estrutura local técnica e operacional, os GABIP estabelecerão uma Comissão através do Conselho Consultivo Económico (CCE), uma estrutura a criar e que será composta por atores estratégicos, eleitos em assembleia geral, com influência e em representação de setores chave para o desenvolvimento geral e local da cidade. Cabe a este conselho garantir que as atividades desenvolvidas estejam alinhadas com as prioridades da cidade.

As equipas técnicas de animação socio-territorial, aprovada em assembleia constituinte. É sua função dar apoio às equipas técnicas de animação socio-territorial a constituir pelas várias operações organizadas pelas comunidades das zonas de intervenção prioritária da cidade de Lisboa. As entidades eleitas para o CCE indicarão os técnicos que o integram, em sua representação.

Estas equipas técnicas de supervisão e acompanhamento das iniciativas de base local serão constituídas por técnicos da administração pública, agentes económicos, profissionais/ técnicos, organizações de base local, ou outros, em apoio ao diagnóstico, execução e avaliação de operações locais das EDL e nos resultados alcançados. As equipas técnicas de supervisão e acompanhamento terão também

como principais funções: a) a supervisão e o acompanhamento das atividades socio-territorial, na produção de diagnósticos comunitários com recurso a metodologias participativas, e na facilitação e

mediação de relações de proximidade e confiança comunitária. Deste modo, a Comunidade materializa um sistema que actua nas componentes DLBC (emprego/empreendedorismo, educação, inclusão/coesão).

Financeiramente, a rede tem a competência e recursos técnicos para gerir os fundos públicos que lhe vierem a ser confiados. Sublinhe-se, neste sentido, que a Rede DLBC Lisboa integra instituições de grande relevância e dimensão, como a Câmara Municipal de Lisboa e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que dispõem de recursos, capacidade e experiência suficientes para garantir a boa gestão técnica e financeira das atividades da rede. Desejavelmente, deverá ser possível contratualizar, com as intervenções locais - e caso as regras definidas pela entidade gestora central da DLBC o venham a permitir - a gestão financeira autónoma das ações e projetos de iniciativa local, supervisionados pela plataforma associativa da rede, enquanto entidade gestora da DLBC.

4. Descrição das atividades realizadas pela parceria ou pelo seu responsável

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Enquadrado no Plano de Ação dos Direitos Sociais 2014-2017, o trabalho que tem sido desenvolvido pela autarquia, assenta numa estrutura que, por um lado, permite dar respostas sociais urgentes, por outro, estabelece estratégias de intervenção de médio e longo-prazo, promovendo e protegendo os direitos dos mais excluídos e daqueles que se encontram em situação desigualdade. Este trabalho assume uma lógica de fortalecimento, autonomização e capacitação para o reconhecimento e salvaguarda dos Direitos Sociais e Direitos Humanos, de políticas e programas para o ciclo de vida, com reflexo ao nível da estrutura orgânica e dos diversos níveis de atuação do Município, assim como do envolvimento com a sociedade. Assume o princípio do trabalho colaborativo e responsabilidade partilhada no âmbito da CML, procurando as sinergias existentes entre serviços, para a plena promoção dos Direitos Sociais.

O trabalho desenvolvido no âmbito do pelouro dos Direitos Sociais tem como áreas temáticas: Cidadania; Direitos Humanos; Economia Social; Qualidade de Vida e Saúde; Gestão, Planeamento e Cooperação Transversal; Juventude; Deficiência; Diálogo Intercultural e Inter-religioso; Orientação Sexual e Identidade de Género; Igualdade de Género; Envelhecimento Ativo; Infância; Famílias; Pessoas sem-abrigo; Acessibilidade Pedonal.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

A SCML prossegue fins de ação social, prestação de cuidados de saúde, de educação, cultura e promoção da qualidade de vida, sobretudo em proveito dos mais desprotegidos.

A SCML orienta toda a sua atividade em benefício de crianças e jovens, adultos, famílias, comunidades étnicas, idosos, indivíduos em risco de exclusão, toxicodependentes, pessoas com deficiência e pessoas portadoras de VIH/SIDA.

A SCML visa prevenir situações de desigualdade socioeconómica, vulnerabilidade social, e promover o desenvolvimento pessoal, a inclusão social, de forma direta e coordenada com as outras entidades públicas e privadas.

A Santa Casa certifica e qualifica, escolar e profissionalmente, jovens com dificuldades de adaptação escolar e social, bem como adultos ativos e desempregados.

A SCML dispõe de unidades de saúde nas zonas de maior pobreza e/ou exclusão social de Lisboa com as valências Materno-Infantil e Saúde Adulto/Idoso, além de consultas de especialidade. Dispõe de duas unidades móveis, de um programa vocacionado para os jovens, de dois hospitais - o Hospital Ortopédico de Sant'Ana e o Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão e de uma Escola Superior de Saúde.

FUNDAÇÃO AGA KHAN PORTUGAL

A intervenção da Fundação Aga Khan Portugal abrange as áreas da Educação de Infância; Interculturalidade, Diversidade e Pluralismo; Inclusão Económica e Coesão Social; Capacitação, Participação e Fortalecimento (de grupos formais e/ou informais) da Sociedade Civil; Desenvolvimento Local de Base Comunitária e Intervenção Territorial Direta.

O público-alvo dos seus projetos e atividades inclui crianças, jovens, adultos, famílias, imigrantes, técnicos e profissionais, organizações de base local, grupos (in)formais.

~~Em 2017, a Fundação Aga Khan Portugal~~

~~em parceria com~~

promovido pela AKF-PT na Grande Área Metropolitana de Lisboa, tem como parceiro estratégico de desenvolvimento a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e, ao longo da última década tem tido como parceiros de ação entidades e organismos públicos nacionais (Câmaras e Juntas de Freguesia dos municípios da Amadora, de Cascais, Lisboa, Loures, Oeiras e Sintra; Alto Comissariado para as Migrações; Programa Escolhas; Agrupamentos de Escolas; Centros de Emprego; Centros de Saúde; ~~hospitais, escolas, associações, etc.~~

~~hospitais, escolas, associações, etc.~~ Universidad Autonoma de Madrid, Development Education Centre South Yorkshire, Sheffield City Council (Early Years, Minorities and Travelling Communities Service), privados (Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial e GRACE; Fundação EDP, Rumo, etc.) e da sociedade civil ou local (Patriarcado de Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian; Associação Criança; Associações de Moradores, Recreativas, Desportivas e Culturais, Grupos de

A Fundação Aga Khan Portugal tem beneficiado e gerido fundos nacionais e comunitários ao longo dos últimos 10 anos, nomeadamente, da EQUAL, POPH, CLDS e CLDS+, intervindo como parceiro implementador de várias ações e projetos nas áreas da educação, inclusão económica e coesão social em contexto de desenvolvimento comunitário urbano, regendo-se pela aplicação e desenvolvimento dos princípios da “participação”, do “empowerment”, “networking”, da “sustentabilidade” e “monitorização e avaliação” nas suas ações, projetos e processos locais.

A experiência das parcerias BIP/ZIP

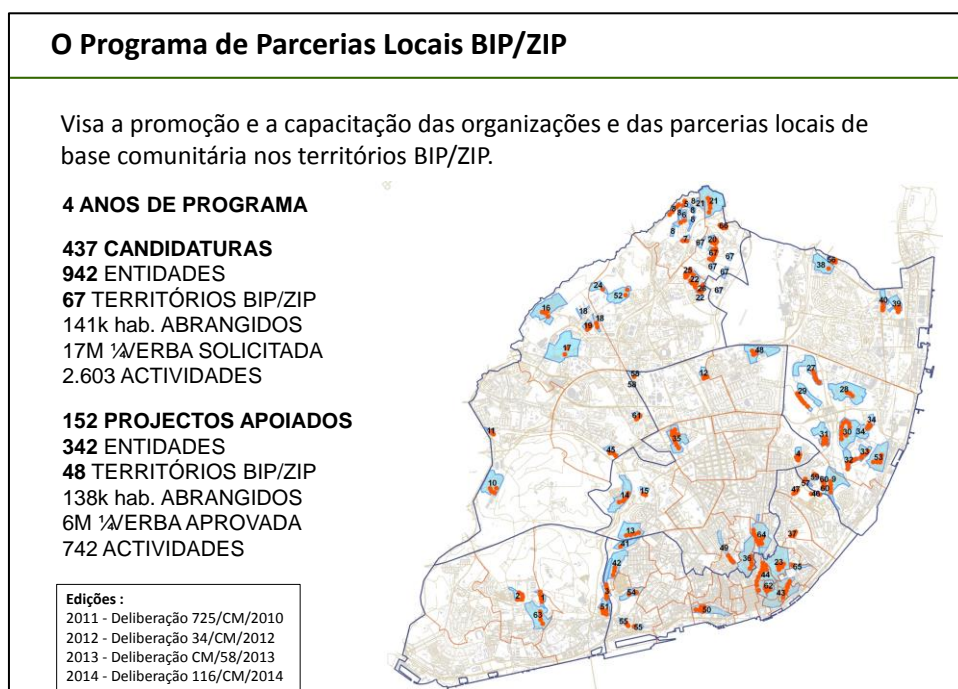
Para lá do capital de experiência e conhecimento destas três organizações (Câmara Municipal de Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Fundação Aga Khan Portugal), em matéria de desenvolvimento comunitário, que resulta, entre outros factores, da presença em diferentes contextos da cidade de Lisboa, importa relevar “na perspectiva da dinamização de parcerias” os processos de interação que se estabeleceram entre tecidos institucionais locais e as próprias comunidades, no âmbito do Programa BIP/ZIP.

Com efeito, para a concretização da Estratégia BIP/ZIP de Desenvolvimento Local foi constituída no município uma equipa BIP/ZIP, que assumiu a missão de monitorizar e articular, nos territórios, as diversas estratégias, programas, planos, projectos e acções, desenvolvidas pelos diferentes pelouros municipais, serviços e empresas municipais. Esta estratégia assentou em dois eixos fundamentais. Por um lado, no fomento da participação comunitária, incentivando a auto-organização e potenciando o empreendedorismo e a iniciativa local. Por outro, na criação de uma estrutura de coordenação local, os Gabinetes Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária (GABIP), que assumiram a de coordenar o planeamento e a gestão urbanística do território a partir de uma metodologia “bottomup” e “enhanced” em incluir nos processos de todos os intervenientes (entidades autárquicas, actores locais e populações).

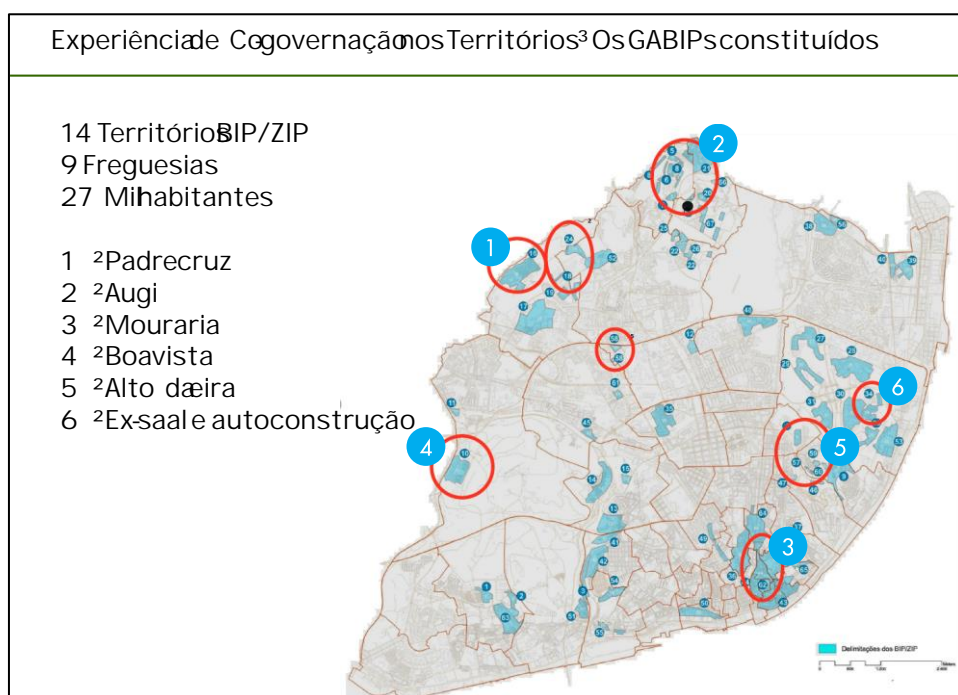
Nestes processos, a CML promoveu e financiou fóruns de participação, mobilizando os moradores, promovendo reuniões e incentivando a criação de grupos de trabalho e a formação de parcerias, prestando apoio técnico aos projectos. O programa foi apresentado e divulgado em sessões e workshops procurando envolver e capacitar as entidades que trabalham ou que pudessem vir a trabalhar nos territórios BIP/ZIP, favorecendo a constituição de parcerias locais e a apresentação e execução de projectos.

Em termos orçamentais, foi atribuída ao Programa BIP/ZIP uma dotação base de cerca de um milhão de euros por ano. Nas primeiras quatro edições, foi investido um montante a rondar os 6 milhões de euros, que permitiu apoiar 152 projectos em 67 territórios BIP/ZIP, num total de 742 actividades promovidas localmente por 342 entidades. E deve ainda salientar-se que as quatro edições do programa contaram

com um total de 437 candidaturas, que solicitavam um apoio superior a dezasseis milhões de euros, proposto no seu conjunto por cerca de 940 organizações.



Os actuais seis Gabinetes Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária são já uma realidade de co-governança na cidade de hoje, abrangendo 19 territórios da cidade situados em 9 freguesias, a que corresponde uma cobertura populacional, no território BIP/ZIP, de cerca 27 mil habitantes.



5. Capacidade financeira, técnica e material para ser considerada organismo intermédio de gestão

A «Rede DLBC Lisboa – Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa» é actualmente composta por mais de uma centena de organizações, integrando entidades públicas, do sector privado e do Terceiro Sector. Para lá da diversidade em termos de natureza jurídica, deve sublinhar-se que este conjunto de organizações actua em diferentes áreas de intervenção (educação, saúde, protecção e acção social, entre outros), sendo igualmente relevante o facto de muitas delas desenvolverem trabalho de base territorial e comunitária. Por fim, releve-se o capital de conhecimento e experiência dos associados da Rede DLBC Lisboa em matéria de concepção, adesão e implementação de projectos financiados por fundos comunitários, bem como no âmbito da dinamização e constituição de parcerias.

Pela sua composição em termos de associados, tanto quantitativa como qualitativa, a Rede DLBC Lisboa encontra-se portanto em condições de assegurar a necessária capacidade financeira, técnica e material para o desenvolvimento de projectos no âmbito das candidaturas DLBC. Nestes termos, e considerando que a Rede DLBC Lisboa se encontra na fase inicial da sua constituição, pode considerar-se que duas das organizações que a enformam, designadamente a Câmara Municipal de Lisboa e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pela sua dimensão, recursos humanos, financeiros e técnicos instalados, a que acresce a presença em todos os territórios urbanos de Lisboa, asseguram a necessária capacidade de que se deve revestir a Rede DLBC Lisboa.

D. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INCIDÊNCIA

1. Enquadramento e conceito

A delimitação dos territórios de intervenção fundamenta-se numa dupla abordagem. Numa primeira abordagem, procedeu-se ao mapeamento de todas as delimitações municipais referenciadas no relatório de diagnóstico do Plano Local de Habitação, que identificou as áreas urbanas que requeriam uma abordagem específica, relativamente ao conjunto da cidade.

Numa segunda abordagem, procedeu-se à selecção de variáveis e indicadores estatísticos georreferenciáveis que permitissem uma análise cartográfica e a construção de índices compostos, assentando nas três dimensões anteriormente identificadas: socioeconómica, urbanística e ambiental.



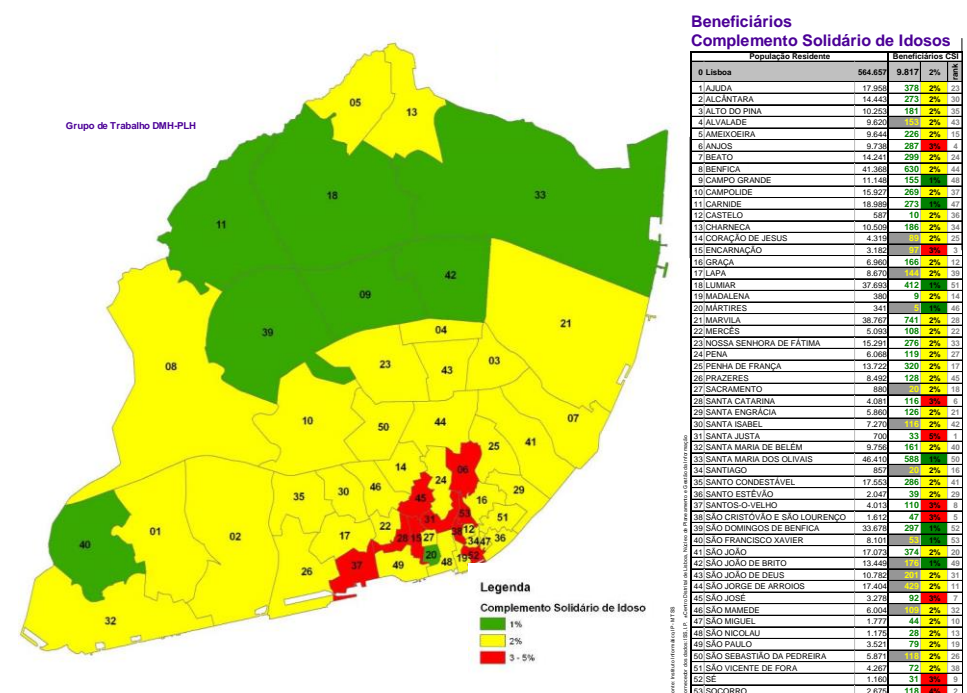
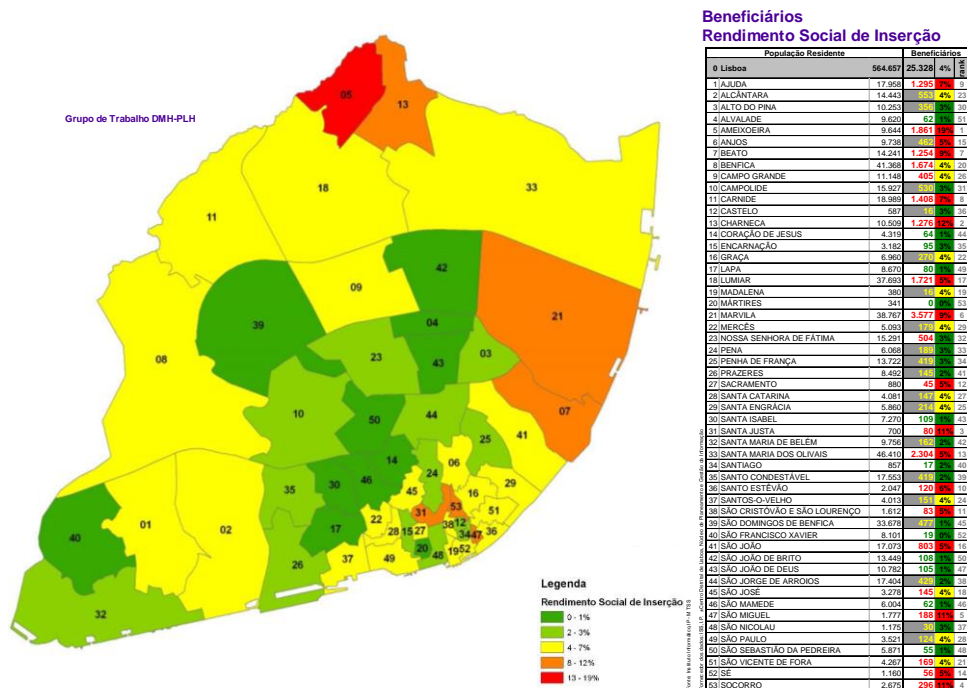
A escolha dos indicadores sociais e económicos, alguns dos quais já recolhidos e cartografados durante a 1ª fase de Diagnóstico do PLH, foi completada com dados de 2009 relativos às prestações sociais ao nível de freguesia: o Rendimento Social de Inserção (RSI), o Complemento Solidário de Idosos (CSI) e os diferentes Subsídios de Desemprego.

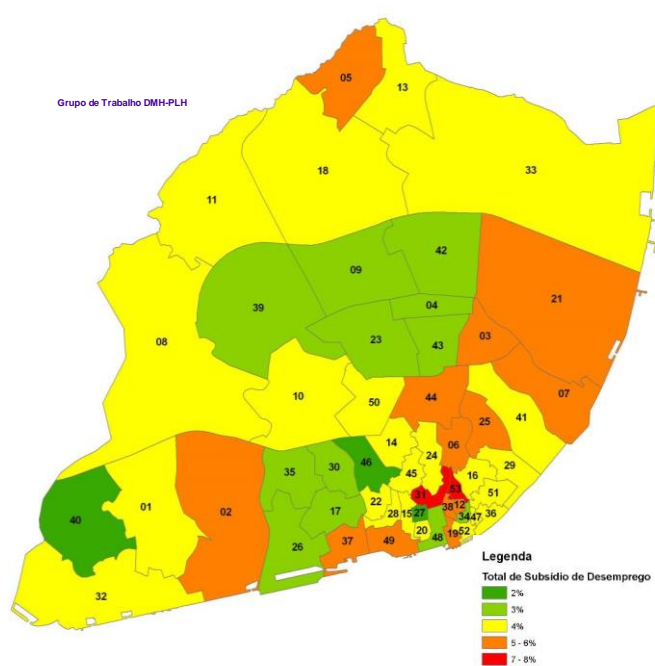
Foi ainda tido em consideração um mapeamento ~~em 2009~~ maior concentração de episódios de insegurança e criminalidade.

Os dados sobre prestações sociais permitiram cartografar a sua concentração por freguesia. As freguesias que surgem a vermelho nos mapas seguintes são as que apresentavam, em Dezembro de 2009, uma concentração mais forte. No que respeita ao RSI, a Ameixoeira surge com uma concentração mais elevada, seguida da Charneca, Marvila e Beato, bem como de freguesias mais pequenas da área histórica, como Santa Justa, Socorro e São Miguel. Em relação ao Complemento Solidário de Idosos, as

maiores concentrações verificavam-se nas freguesias históricas envelhecidas, como Santos o Velho, S. Catarina, Encarnação, S.José, Anjos, S. Cristóvão e S. Lourenço, Sé e, de novo, Santa Justa e Socorro, que são também as freguesias com maior concentração de subsídios de desemprego.

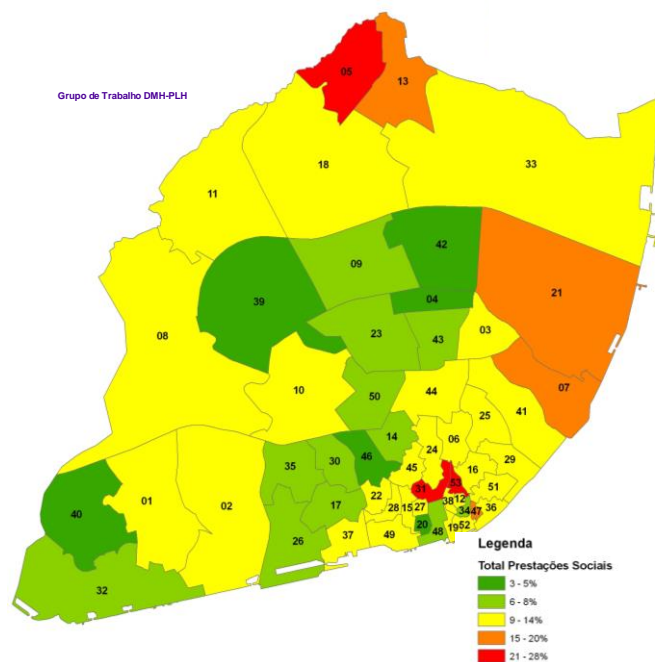
Somando a totalidade das prestações sociais por freguesia, verifica-se ainda que era nas freguesias da Ameixoeira, Santa Justa e Socorro que se verificavam as maiores concentrações: enquanto a concentração média de população dependente das prestações sociais é de 10% na cidade, naquelas freguesias atinge os valores de 28, 24 e 23%, respectivamente.





Subsídios de Desemprego

	População Residente	Nº total de	%
0 Lisboa	564.657	22.304	4%
1 AJUDA	17.958	670	4%
2 ALCANTARA	14.443	670	5%
3 ALTO DO PINA	10.253	470	5%
4 ALVALADE	9.620	288	3%
5 AMEIXOIRA	9.644	470	5%
6 ANJOS	9.738	556	6%
7 BEATO	14.241	556	5%
8 BENFICA	41.368	1.614	4%
9 CAMPO GRANDE	11.148	688	6%
10 CAMPO DE	15.927	688	4%
11 CARNIDE	18.989	714	4%
12 CASTELO	587	27	5%
13 CHARNECA	10.558	462	4%
14 CORAÇÃO DE JESUS	4.318	187	4%
15 ENCARNÇÃO	3.182	134	4%
16 GRAÇA	6.960	301	4%
17 LAPA	8.070	253	3%
18 LUMAR	37.893	1.753	4%
19 MADALENA	380	20	5%
20 MARTIRES	341	13	4%
21 MARVILA	38.707	1.711	4%
22 MERCES	6.093	219	4%
23 NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	15.291	571	4%
24 PENHA	6.098	271	4%
25 PENHA DE FRANÇA	13.722	628	5%
26 PRAZERES	6.492	255	4%
27 SACRAMENTO	880	14	3%
28 SANTA CATARINA	4.081	159	4%
29 SANTA ENGRÁCIA	5.890	250	4%
30 SANTA ISABEL	7.270	204	3%
31 SANTA JUSTA	705	168	24%
32 SANTA MARIA DE BELEM	9.758	347	4%
33 SANTA MARIA DOS OLIVEIS	46.410	1.611	4%
34 SANTIAGO	857	27	3%
35 SANTO CONDESTAVEL	17.653	674	4%
36 SANTO ESTEVO	2.047	11	4%
37 SANTOS-O-VELHO	4.013	186	5%
38 SÃO CRISTOVÃO E SÃO LOURENÇO	1.612	211	13%
39 SÃO DOMINGOS DE BENFICA	33.678	961	3%
40 SÃO FRANCISCO XAVIER	6.101	200	3%
41 SÃO JOÃO	17.073	529	4%
42 SÃO JOÃO DE BRITO	13.448	643	5%
43 SÃO JOÃO DE DEUS	10.762	295	3%
44 SÃO JORGE DE ARROIOS	17.404	810	5%
45 SÃO JOSÉ	3.278	377	12%
46 SÃO MAMEDE	6.094	140	2%
47 SÃO MIGUEL	1.777	11	4%
48 SÃO NICOLAU	1.176	41	3%
49 SÃO PAULO	3.521	169	5%
50 SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA	5.871	233	4%
51 SÃO VICENTE DE FORA	4.267	111	4%
52 SE	1.160	18	4%
53 SOCORRO	2.873	101	3%



Total Prestações Sociais

	População Residente	Nº total de	%
0 Lisboa	564.657	57.449	10%
1 AJUDA	17.958	2.372	13%
2 ALCANTARA	14.443	1.496	10%
3 ALTO DO PINA	10.253	1.007	10%
4 ALVALADE	9.620	503	5%
5 AMEIXOIRA	9.644	2.692	28%
6 ANJOS	9.738	1.385	14%
7 BEATO	14.241	2.230	16%
8 BENFICA	41.368	3.930	10%
9 CAMPO GRANDE	11.148	913	8%
10 CAMPO DE	15.927	1.487	9%
11 CARNIDE	18.989	2.363	12%
12 CASTELO	587	53	9%
13 CHARNECA	10.558	1.805	18%
14 CORAÇÃO DE JESUS	4.318	340	8%
15 ENCARNÇÃO	3.182	326	10%
16 GRAÇA	6.960	737	11%
17 LAPA	8.070	482	6%
18 LUMAR	37.893	3.466	9%
19 MADALENA	380	45	12%
20 MARTIRES	341	18	5%
21 MARVILA	38.707	6.344	16%
22 MERCES	6.093	506	10%
23 NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	15.291	1.251	8%
24 PENHA	6.098	579	10%
25 PENHA DE FRANÇA	13.722	1.397	10%
26 PRAZERES	6.492	528	8%
27 SACRAMENTO	880	79	9%
28 SANTA CATARINA	4.081	422	10%
29 SANTA ENGRÁCIA	5.890	590	10%
30 SANTA ISABEL	7.270	429	6%
31 SANTA JUSTA	705	168	24%
32 SANTA MARIA DE BELEM	9.758	370	4%
33 SANTA MARIA DOS OLIVEIS	46.410	4.806	10%
34 SANTIAGO	857	64	7%
35 SANTO CONDESTAVEL	17.653	1.285	7%
36 SANTO ESTEVO	2.047	238	12%
37 SANTOS-O-VELHO	4.013	447	11%
38 SÃO CRISTOVÃO E SÃO LOURENÇO	1.612	211	13%
39 SÃO DOMINGOS DE BENFICA	33.678	1.753	5%
40 SÃO FRANCISCO XAVIER	6.101	272	4%
41 SÃO JOÃO	17.073	1.887	11%
42 SÃO JOÃO DE BRITO	13.448	643	5%
43 SÃO JOÃO DE DEUS	10.762	691	6%
44 SÃO JORGE DE ARROIOS	17.404	1.668	10%
45 SÃO JOSÉ	3.278	377	12%
46 SÃO MAMEDE	6.094	311	5%
47 SÃO MIGUEL	1.777	310	17%
48 SÃO NICOLAU	1.176	99	8%
49 SÃO PAULO	3.521	369	10%
50 SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA	5.871	406	7%
51 SÃO VICENTE DE FORA	4.267	392	9%
52 SE	1.160	133	11%
53 SOCORRO	2.873	612	21%

Para melhor percepção da variável socioeconómica no tecido da cidade, procurou-se construir um **índice social** a partir dos dados dos Censos 2001, desagregados por subsecção estatística (equivalente ao quarteirão) que se consideraram mais significativos. Recaindo a escolha na concentração de população não empregada e na concentração de população menos qualificada. Não estando acessíveis para cálculo, os dados estatísticos relativos ao rendimento da população, as duas concentrações analisadas são sempre sintomáticas de populações com rendimentos muito baixos.

Indicadores considerados

Concentração da População não Empregada

$$= \frac{\text{População Residente} - \text{Indivíduos Residentes Empregados}}{\text{Total de População Residente}}$$

Concentração de População Residente menos Qualificada

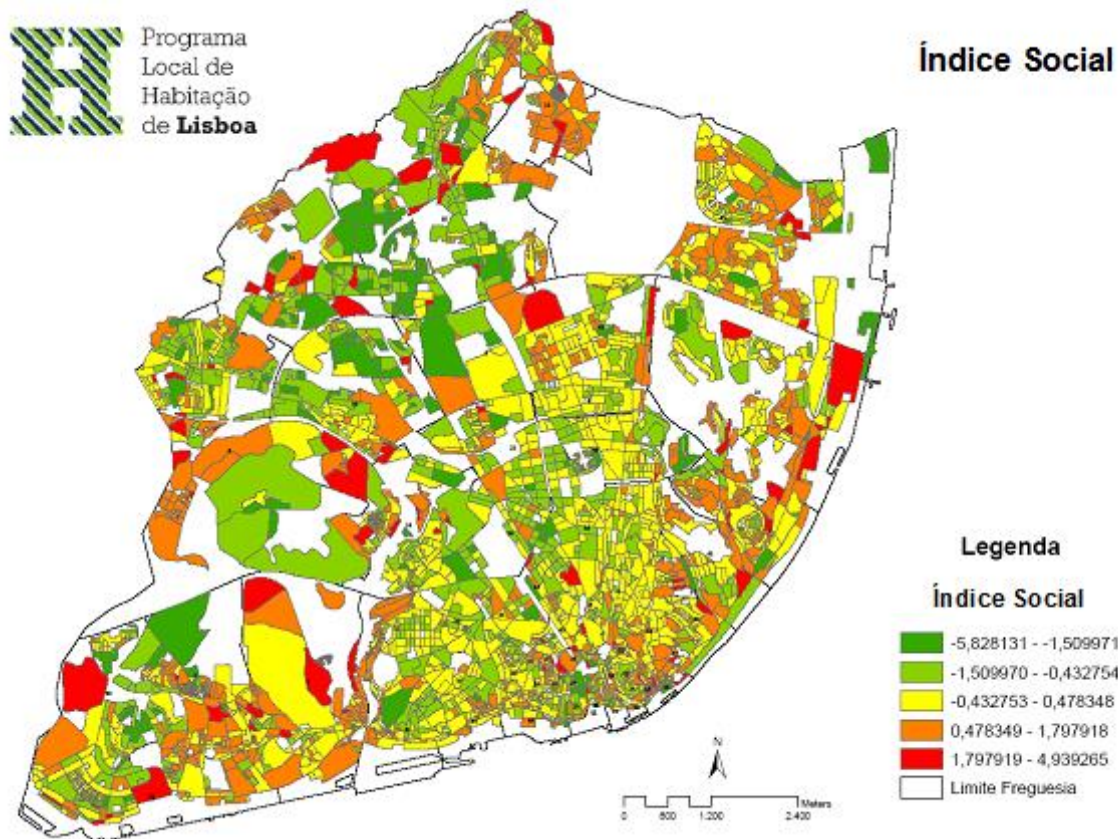
$$= \frac{\text{População Residente com estudos até ao 9º ano}}{\text{Total de População Residente}}$$

A partir destas fórmulas, calculou-se o índice social do seguinte modo:

Construção do Índice social

Concentração da População não Empregada + Concentração de População Residente menos Qualificada

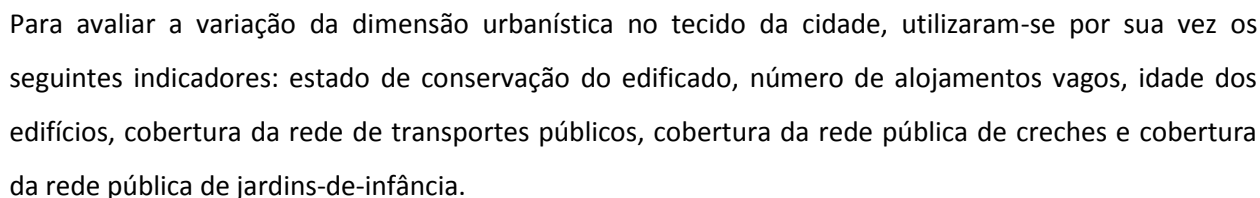
Para evitar distorções, eliminaram-se as subsecções estatísticas cujo total de edifícios fosse menor ou igual a dois e cuja população residente fosse menor ou igual a cinco. O resultado final do índice social por subsecção estatística é representado no mapa seguinte.



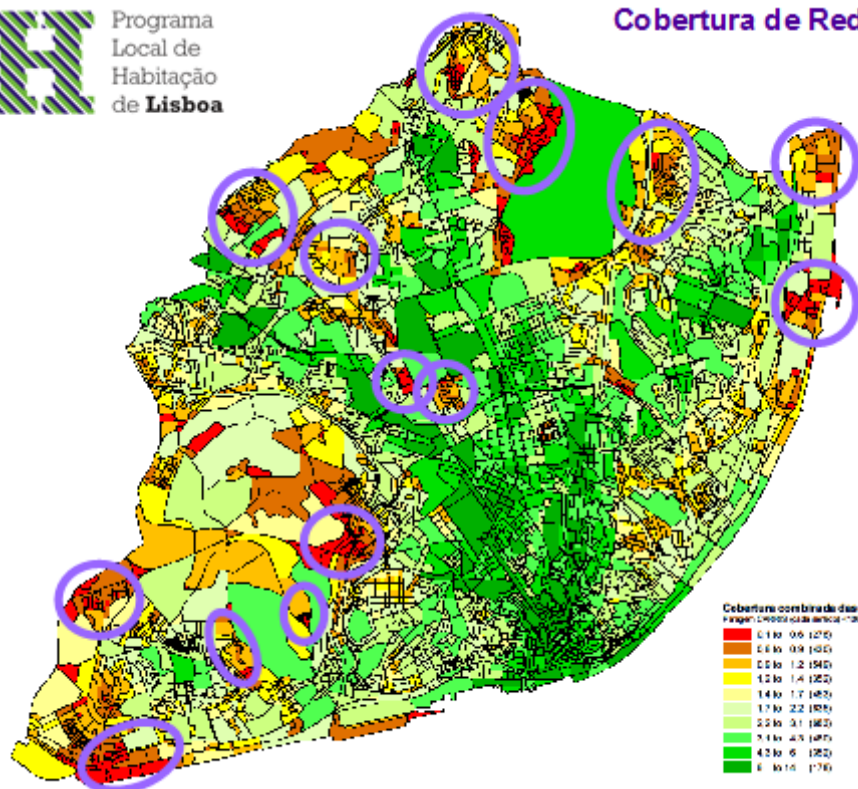
Na dimensão ambiental, devido à dificuldade sentida na obtenção dos dados, não foi possível a concretização de uma representação cartográfica, a nível dos territórios BIP/ZIP. Assim, dados estes



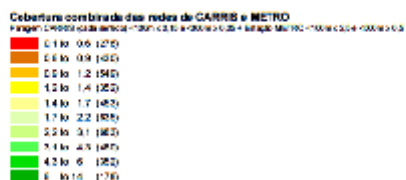
Programa
Local de
Habitação
de **Lisboa**



Cobertura de Rede de Transportes Públicos

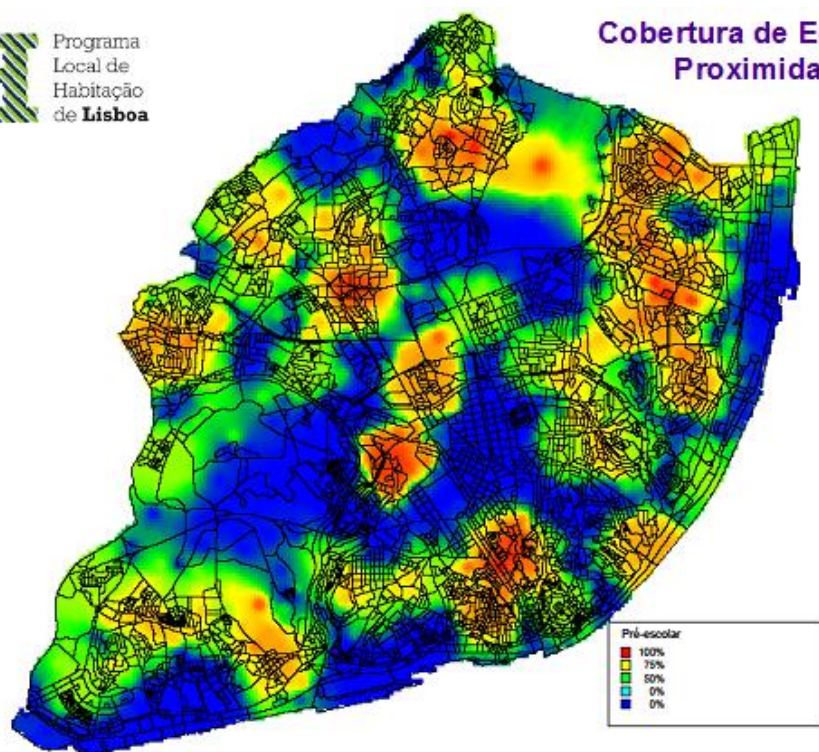


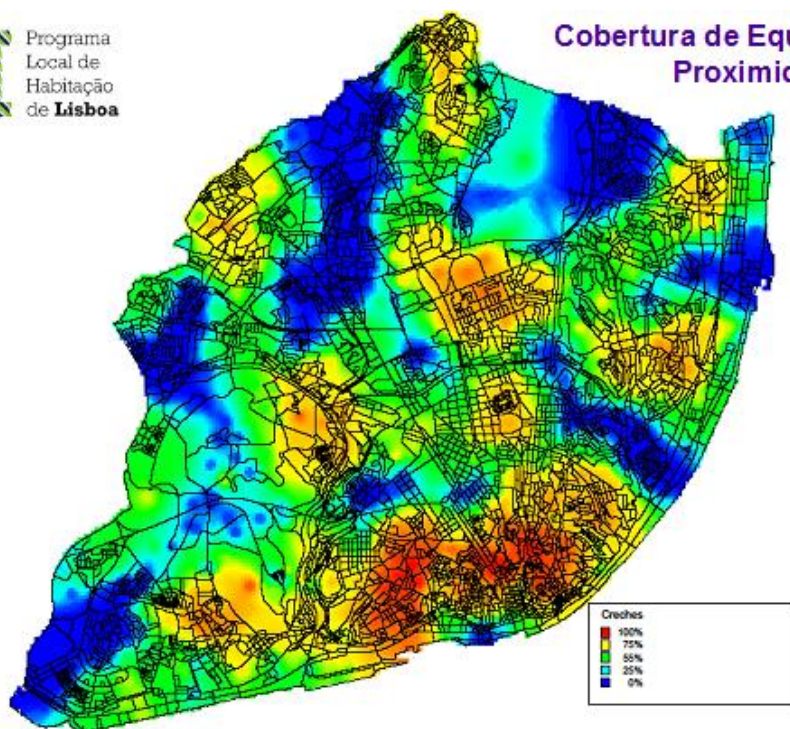
Carência de
cobertura da Rede
de Transportes
(Carris e Metro) em
11 freguesias, na
sua maioria,
periféricas e
coincidentes com
cerca de 15 Bairros
Municipais



Cobertura de Equipamentos de Proximidade - Pré-escolar

Mapa de Calor





A partir dos dados recolhidos tentou-se construir um índice urbano que pudesse, de certo modo, ~~representar a situação urbana~~ esforço de recuperação de edifícios, calculada de acordo com fórmula abaixo indicada, a concentração de alojamentos vagos e a idade média dos edifícios. Assim:

Indicadores considerados

Taxa de esforço
de recuperação
de edifícios

$$= \frac{\text{nec.de reparação média} + 2 \times \text{nec.de reparação grande} + 3 \times \text{edifícios muito degradados}}{\text{Total de edifícios clássicos de residência habitual}}$$

Concentração de
alojamentos vagos

$$= \frac{\text{Alojamentos vagos}}{\text{Total de Alojamentos}}$$

Idade média
dos edifícios

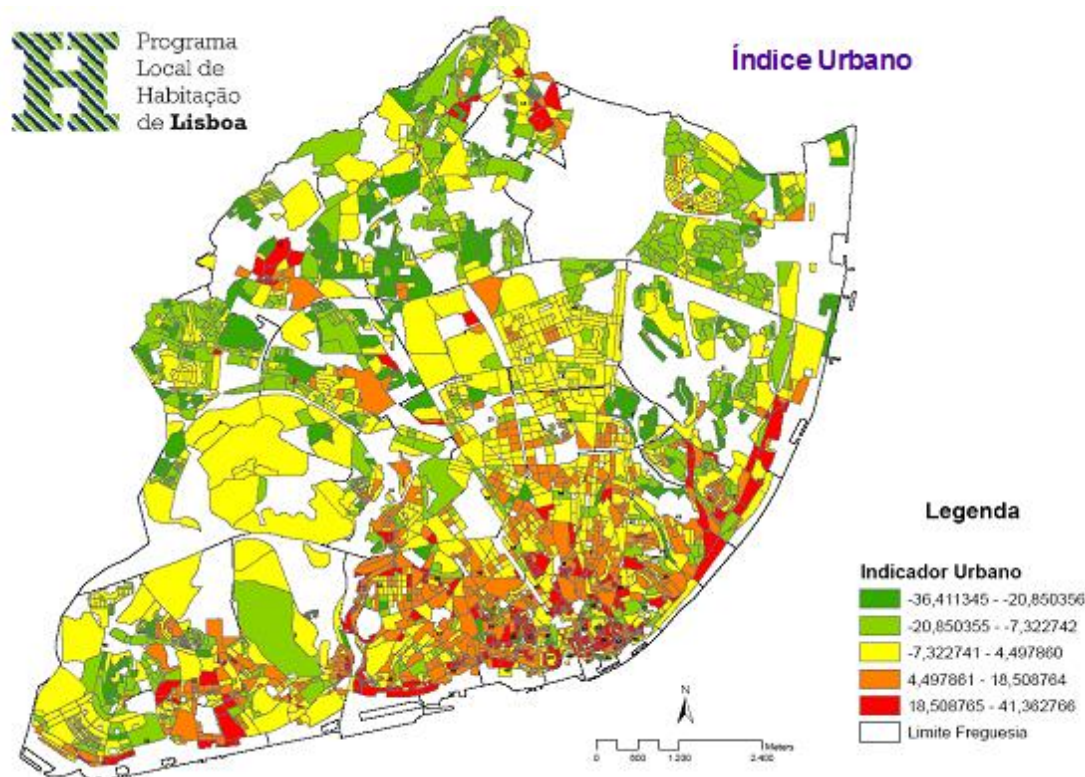
$$= \frac{E1919 \times (2010 - 1919) + E1945 \times (2010 - 1945) + (...) + E2001 \times (2010 - 2001)}{\text{Total de Edifícios}}$$

O **índice urbano** foi construído a partir destes indicadores, de acordo com a seguinte fórmula:

Construção do Índice urbano

$$\text{Taxa de Esforço Recuperação Edifícios} + \text{Concentração de Alojamentos Vagos} + \text{Idade Média Edifícios}$$

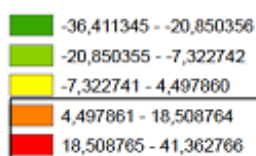
Para evitar distorções, procedeu-se a uma filtragem que eliminou todas as subsecções estatísticas com um total de edifícios inferior a 2 e com população residente inferior a 5. O resultado final cartografado do índice urbano, por subsecção estatística, é o que consta do mapa seguinte.



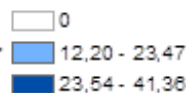
Para efeitos de delimitação dos BIP/ZIP (bairros ou zonas de intervenção prioritária) e dado que não se obtiveram dados suficientes para construir um índice ambiental, partiu-se dos índices social e urbano e filtraram-se os respectivos valores para apurar as zonas mais deficitárias, quer do ponto de vista socioeconómico, quer do ponto de vista urbanístico. Este exercício permitiu construir a construção de um índice composto, que traduz a fratura socio-territorial da cidade de Lisboa.

Índices

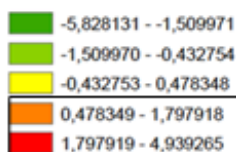
Índice Urbano



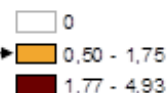
Filtro Índice Urbano

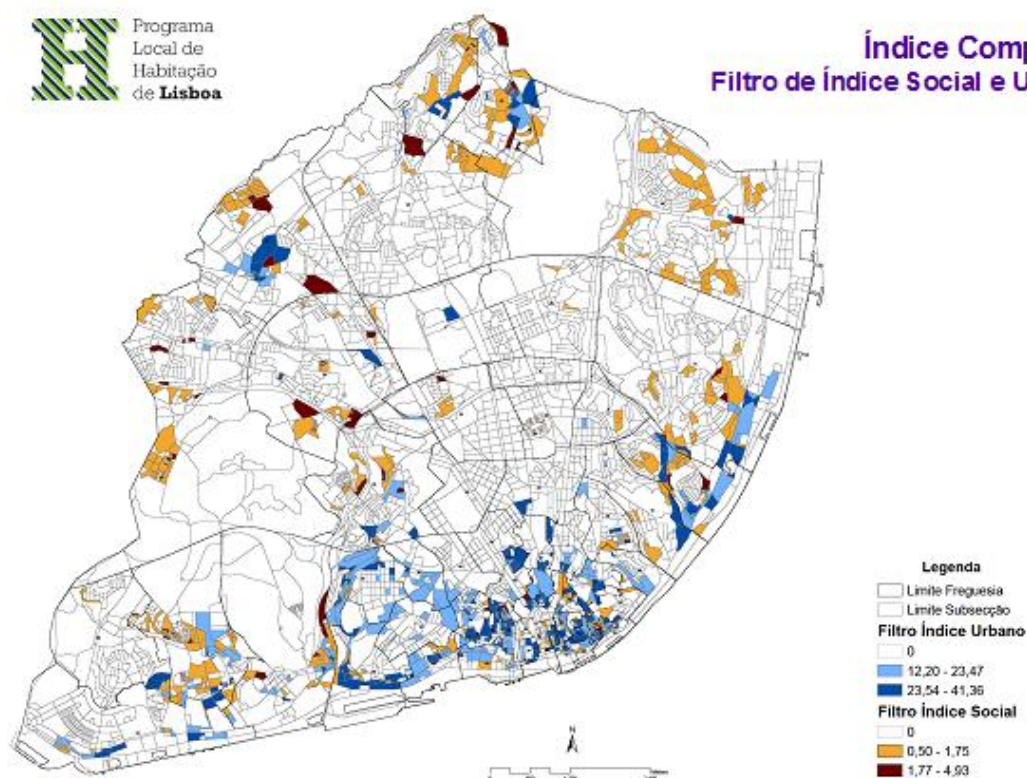


Índice Social

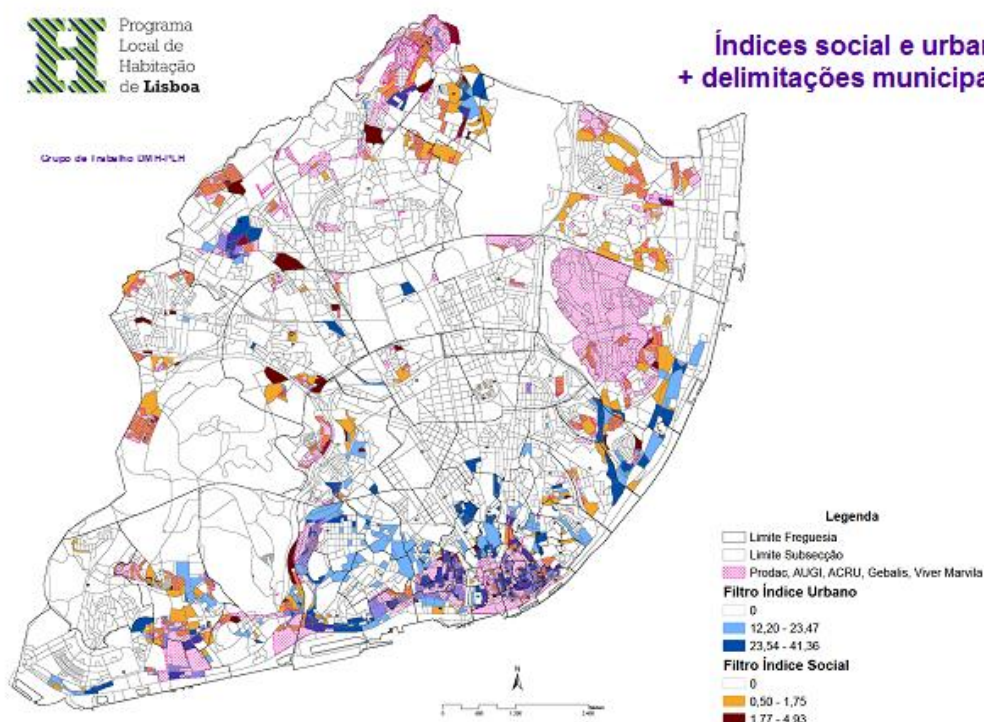


Filtro Índice Social

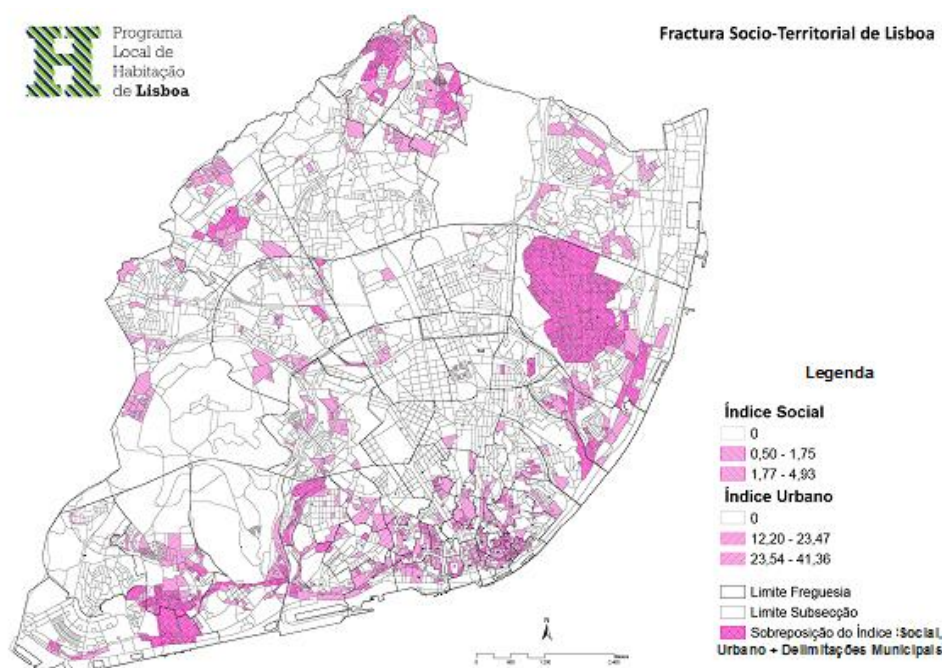




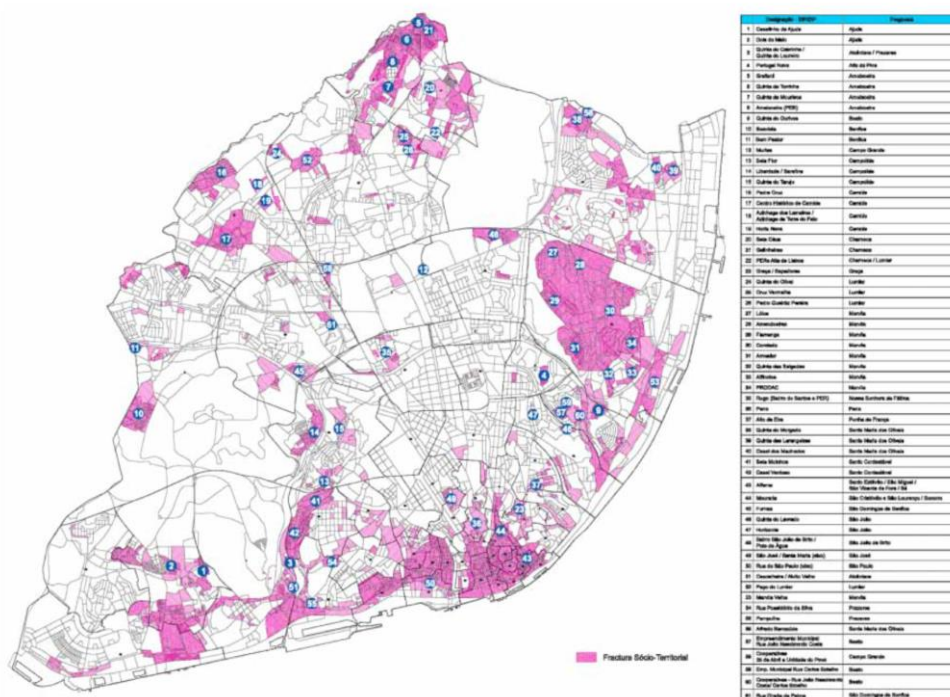
Sobrepondo esta carta com as delimitações municipais anteriormente referidas e expurgando o resultado, por filtragem manual, de subsecções (quarteirões) que não se enquadram na definição de Bairro de Intervenção Prioritária, obtém-se a carta seguinte:



Esta mancha representa a territorialização das áreas com maior prevalência de carências sociais, económicas e urbanísticas, definindo a área de fratura socio-territorial da cidade de Lisboa, ou seja, a zona onde com a mais alta probabilidade iremos encontrar os bairros ou zonas da cidade.



Tendo em conta a carta da fratura socio-territorial de Lisboa, foi identificado um primeiro conjunto de 50 Bairros de Intervenção Prioritária.

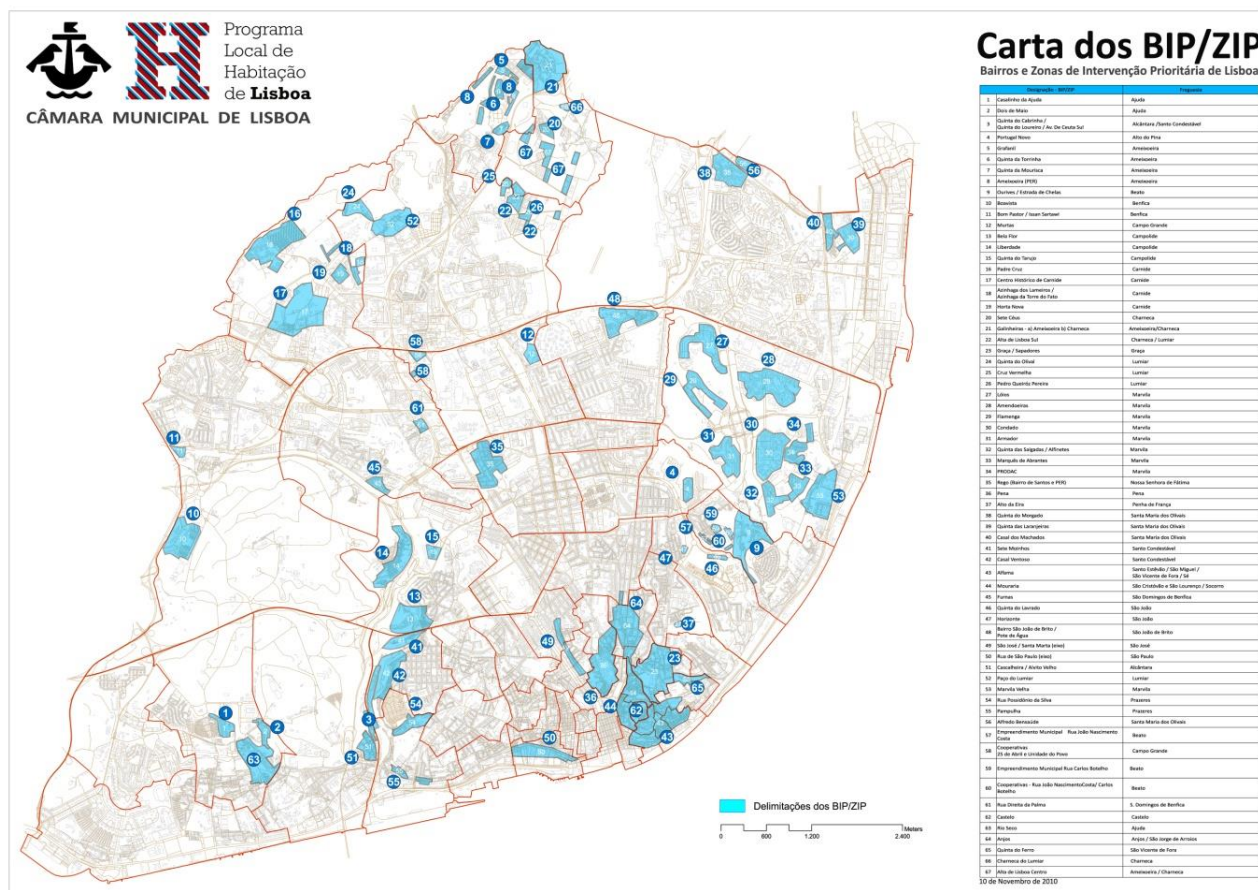


Esta carta foi submetida posteriormente a consulta pública que envolveu debates genéricos, debates especializados, divulgação de informação e recolha de opiniões. Considerámos três níveis distintos de

participação: divulgação massiva - sociedade civil, da forma mais abrangente possível divulgação direccionada a cidadãos e organizações com envolvimento local divulgação qualificada - especialistas das diversas áreas, universidades. Foi ainda preparado um inquérito para recolha das opiniões dos cidadãos. Este questionário visava medir a concordância ou discordância relativa à Carta dos BIP/ZIP, identificar os seus principais problemas.

A análise das respostas às perguntas do inquérito sobre os principais problemas dos BIP/ZIP permite dar uma imagem global das questões que os afetam. Estes valores gerais, confrontados com a expressão estatística de cada BIP/ZIP, permitem sustentar uma divisão dos BIP/ZIP em quatro grandes tipologias, com problemáticas afins e diferenciadas das restantes tipologias: Augis, Históricos, Municipais e Outros/Mistos. Estes dados, bem como a caracterização individual de cada BIP/ZIP, foram muito relevantes para preparar as regras de repartição da dotação orçamental do programa dos BIP/ZIP pelas diferentes operações locais a propor por Juntas de Freguesia, associações de moradores, colectividades e organizações não-governamentais e respectivas parcerias.

Deste processo, resultou a construção de diagnóstico participativo das principais carências dos bairros e respectivas tipologias (Histórico, Municipal, AUGI e Outro/Misto) e a versão final da Carta dos BIP/ZIP, com a identificação e delimitação de 67 Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP), com uma população estimada de 141.126 residentes em 2010.



Procurou-se fazer uma delimitação tão rigorosa quanto possível de cada um destes Bairros ou Zonas, a fim de lhes associar uma unidade territorial identificável, sendo sempre difícil estabelecer um limite que incluía todos os denominadores em causa.

Procurou-se que a delimitação contivesse um **carácter** que permitisse, ao mesmo tempo, estabelecer com alguma objetividade as áreas de actuação. A delimitação proposta para cada Bairro ou Zona de Intervenção Prioritária teve como base a unidade de território a tratar, tendo em conta a proposta de revisão do PDM. Esta delimitação ajustou-se de **modo**, com todos os actores locais. Ou seja, estamos perante um conceito dinâmico, que evolui no tempo.

O conceito BIP/ZIP foi introduzido no Regulamento do PDM, admitindo-se a possibilidade de criar unidades de execução para a regeneração destes territórios e assumindo-se a Carta dos BIP/ZIP como instrumento da política municipal de habitação, sendo fixado o quadro temporal de uma década para levar a cabo as diferentes operações.

Considerou-se que estas operações podem assumir naturezas distintas: a) de dinamização de parcerias e de pequenas intervenções locais (financiadas pelo programa dos BIP/ZIP), prevendo-se para 2011 uma dotação de 1 milhão de euros; b) de regeneração urbana, envolvendo intervenções estruturantes, financiadas e desenvolvidas no quadro normal da intervenção municipal. O que implica uma grande articulação entre pelouros e entre serviços, em especial no âmbito do urbanismo.

Paralelamente, estabeleceu-se o princípio da necessidade de monitorização e revisão sistemática da Carta dos BIP/ZIP, a atualizar com base em novos dados sociais, urbanos e ambientais.

Um dos momentos de atualização decorre da disponibilização dos resultados dos Censos 2011, que permitem a recolha de informação para a revisão dos vários índices que conduziram à delimitação da fractura socio-territorial, determinante na identificação e delimitação dos próprios BIP/ZIP. Por outro lado, estima-se que possa haver territórios BIP/ZIP que, com o decorrer do tempo e das próprias operações desenvolvidas, deixarão de o ser. Tal como poderá verificar-se a existência de situações que exijam a delimitação de novos BIP/ZIP. É a partir deste conceito aberto, flexível e dinâmico que se pretende prosseguir a aprofundar a estratégia inerente à Carta dos BIP/ZIP.

2. A evolução recente da situação socioeconómica nos territórios de intervenção

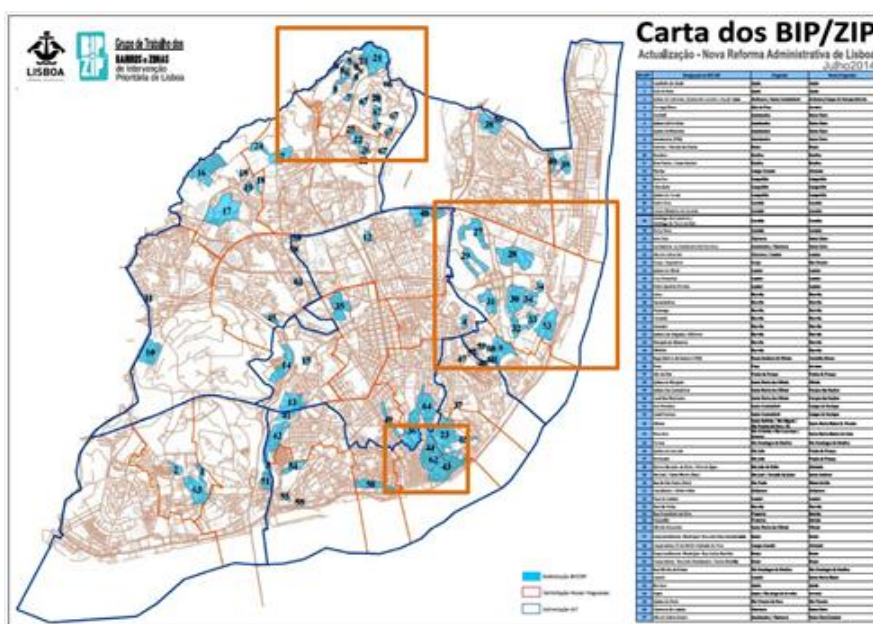
Os territórios BIP/ZIP constituem assim, unidades espaciais flexíveis cuja dimensão aponta para a escala do bairro ou de uma aglomeração de bairros. Essa circunstância torna difícil proceder a uma caracterização específica atualizada destes espaços urbanos, uma vez que a maioria dos dados mais

recentes disponíveis, em diferentes domínios, não se encontra desagregada a níveis que permitam proceder a essa mesma caracterização.

De facto, se mesmo à escala da freguesia o mapeamento da situação social se torna muitas vezes difícil, à escala do bairro tal só é possível no contexto de dados censitários decenais (por aproximação às secções e subsecções estatísticas) e, inclusive nesses casos, com um espectro de informação consideravelmente limitado.

Uma das formas para tentar contornar estes constrangimentos ao nível do diagnóstico, tendo em vista viabilizar uma caracterização dos territórios BIP/ZIP, no sentido de ilustrar a sua «desvantagem comparativa» face aos valores médios obtidos para a cidade de Lisboa, consiste em identificar freguesias em que as áreas urbanas correspondentes a territórios BIP/ZIP, no seu seio, assumem um significado relevante. Isto é o que se verifica no caso das freguesias de Santa Clara, Marvila e Santa Maria Maior.

Bairros ou Zonas de Intervenção prioritária de Lisboa (Freguesias de Santa Clara, Marvila e Santa Maria Maior)



Indicadores sociais e económicos, urbanísticos e ambientais (territórios BIP/ZIP)

Concelho	Freguesia	População (2011)		Rácio população %BIPZIP/Freguesia
		Freguesia	BIP/ZIP	
Lisboa	Marvila	37.793	34.474	91%
Lisboa	Santa Clara	22.480	13.899	62%
Lisboa	Santa Maria Maior	10.331	9.919	96%
TOTAIS		70.604	58.292	83%

No exercício que se segue, é a partir destes três exemplos que se procura analisar um conjunto de indicadores relevantes nos domínios da **educação, emprego e exclusão social** (que constituem os domínios privilegiados no âmbito das candidaturas a Projectos de Desenvolvimento Local de Base Comunitária), para testar a persistência da fratura socio-territorial na cidade de Lisboa que os territórios BIP/ZIP no seu conjunto configuram.

Educação

Ao nível das habilitações escolares, são bastante expressivas as diferenças entre as freguesias identificadas como ilustrativas dos territórios BIP/ZIP e os valores que se registam à escala da cidade de Lisboa. A percentagem de população que não concluiu nenhum nível de estudos, por exemplo, situa-se em 23% na freguesia de Santa Clara, em 21% na freguesia de Marvila e em 17% na freguesia de Santa Maria Maior. Considerando a cidade de Lisboa no seu conjunto, este indicador ronda os 15% em 2011.

Contudo, se considerarmos também a população que apenas concluiu o 1º ciclo do ensino básico, adicionando-a à população que não concluiu nenhum nível de ensino, as discrepâncias tendem a acentuar-se. Na freguesia de Santa Clara passa-se para um valor de 46%, na freguesia de Marvila para um valor na ordem dos 51% e em Santa Maria Maior de cerca de 42%. Na cidade de Lisboa, o peso relativo de residentes que não concluíram nenhum nível de ensino ou apenas concluíram o 1º ciclo do básico ronda os 35%. Ou seja, se cerca de um em cada dois residentes nas freguesias ilustrativas dos territórios BIP/ZIP apresenta baixos níveis de escolaridade, no caso de Lisboa estamos a falar de uma proporção de um em cada três residentes.

População que não concluiu nenhum nível de estudos (%)

	População que não concluiu nenhum nível de estudos (%)	População que apenas concluiu o 1º ciclo do ensino básico	População que não concluiu nenhum nível de estudos ou que apenas concluiu o 1º ciclo (%)
Freguesias «ilustrativas» dos territórios BIP/ZIP (média)	20%	26%	46%
• Santa Clara	23%	23%	46%
• Marvila	21%	30%	51%
• Santa Maria Maior	17%	25%	42%
Cidade de Lisboa	15%	20%	35%

Estes dados, reveladores de um défice social em termos de níveis de escolarização nas áreas urbanas desfavorecidas, por comparação com os valores que se obtém para a cidade de Lisboa no seu conjunto, são congruentes com as características das populações residentes nos territórios BIP/ZIP, nomeadamente nos que correspondem a zonas de realojamento. De facto, trata-se na maioria dos casos de populações e comunidades realojadas (que residiam anteriormente em bairros de barracas, áreas de

alojamento clandestino ou situações habitacionais precárias), nas quais as situações de analfabetismo, de insucesso e abandono escolar precoce, de desvalorização da escola assumem contornos culturais e geracionais, contribuindo para a reprodução dos ciclos de pobreza e desfavorecimento.

De facto, ao nível das taxas de analfabetismo estas discrepâncias socio-territoriais confirmam-se: A freguesia de Marvila surge no topo com 7% de analfabetos entre a população residente; Santa Clara atinge os 6% e Santa Maria Maior aproxima-se dos 5%. Na cidade de Lisboa, a taxa de analfabetismo ronda os 3% em 2011.

Desemprego

Quando se analisa a população desempregada, inscrita nos centros de emprego, por freguesia, as discrepâncias entre os territórios BIP/ZIP e os valores médios da cidade de Lisboa voltam a evidenciar-se. De facto, a estimativa da taxa de desemprego para a freguesia de Santa Clara ronda os 12% no quarto trimestre de 2014, cerca de 10% em Marvila e 9% em Santa Maria Maior. Para a cidade de Lisboa no seu conjunto, o número de desempregados inscritos nos centros de emprego no final de 2014, ponderado pela estimativa da população activa, ronda os 3%.

Numa perspectiva de evolução recente, considerando o período entre 2008 e 2014, que corresponde ao início da crise e ao processo de ajustamento, verifica-se, para o conjunto da cidade de Lisboa, um aumento do número de inscritos nos centros de emprego na ordem dos 62%. À escala das freguesias ilustrativas dos territórios BIP/ZIP, o aumento do número de desempregados inscritos situa-se nos 102% no caso da freguesia de Santa Clara e nos 73% no caso da freguesia de Marvila. Pela circunstância de se tratar de uma freguesia mais envelhecida, a variação do número de desempregados inscritos apenas é inferior ao valor médio da cidade na freguesia de Santa Maria Maior, com um aumento de 34%.

População desempregada (2008 e 2014)

	Taxa de Desemprego (Estimativa para o 4º Trimestre de 2014)	Número de desempregados inscritos 2008-2014 (4º Trimestre - Variação %)	Desempregados que não concluíram nenhum nível de estudos ou que apenas concluíram o 1º ciclo (4º Trimestre 2014)
Freguesias «ilustrativas» dos territórios BIP/ZIP (média)	10,3%	69,7%	40,8%
• Santa Clara	12,0%	101,9%	48,9%
• Marvila	9,9%	72,8%	42,4%
• Santa Maria Maior	8,9%	34,3%	31,0%
Cidade de Lisboa	3,1%	62,2%	26,6%

Cruzando os dados do desemprego com os níveis de qualificação escolar da população, constata-se que o peso de residentes que não concluíram nenhum nível de ensino ou que apenas concluíram o 1º ciclo

do básico na população total é de 49% em Santa Clara, 42% em Marvila e 31% em Santa Maria Maior. Isto é, os níveis de «desemprego desqualificado», que comportam maiores dificuldades de reinserção no mercado de trabalho, são superiores nas freguesias escolhidas para ilustrar a situação social dos territórios BIP/ZIP face à média obtida para a cidade de Lisboa.

Pobreza e exclusão social

No âmbito da pobreza e carência social, a comparação entre as freguesias ilustrativas dos territórios BIP/ZIP e a cidade de Lisboa pode ser feita através de três indicadores: o peso relativo de beneficiários de Subsídio de Desemprego, de beneficiários do Rendimento Social de Inserção e do Complemento Solidário para Idosos.

Os dados referentes ao Subsídio de Desemprego (2012) revelam nas três freguesias pesos relativos na população residente inferiores aos registados na cidade de Lisboa (4,7% em Santa Clara, 5,0% em Marvila e 4,5% em Santa Maria Maior, com um valor de quase 6% no conjunto da cidade). Podendo ser tomado como um indicador de menor relevância do desemprego nestes territórios, o que sucede porém é que, perante taxas de desemprego mais elevadas nestas freguesias, se verifica uma maior desprotecção social no desemprego, na perspectiva da atribuição do respectivo subsídio. Dito por outras palavras, a proporção de desempregados residentes nestas freguesias ilustrativas dos territórios BIP/ZIP que beneficiam de subsídio de desemprego é comparativamente menor que a proporção registada ao nível da cidade de Lisboa.

Subsídio de Desemprego e prestações sociais (RSI e CSI)

	Subsídio de Desemprego 2012 (% beneficiários na população residente)	Rendimento Social de Inserção 2012 (% beneficiários na população residente)	Complemento Solidário Idosos 2012 (% beneficiários na população residente)
Freguesias «ilustrativas» dos territórios BIP/ZIP	4,8%	10,4%	2,1%
• Santa Clara	4,7%	14,3%	1,9%
• Marvila	5,0%	9,2%	2,0%
• Santa Maria Maior	4,5%	7,2%	2,8%
Cidade de Lisboa	5,9%	4,7%	1,7%

Aliás, quando se procede à relação com os dados referentes ao peso percentual de beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), confirma-se a ideia de que os mecanismos de protecção social se encontram já \llcorner nestes territórios \llcorner muito mais ao nível das medidas de combate à pobreza (e não, por conseguinte, no patamar do apoio social no desemprego).

De facto, a proporção de beneficiários de RSI nas freguesias consideradas como ilustrativas da situação

social dos territórios BIP/ZIP, no conjunto da população residente, é superior em qualquer das situações analisadas ao valor obtido para a cidade de Lisboa. Na freguesia de Santa Clara essa proporção situa-se em cerca de 14,3%, na freguesia de Marvila em torno dos 9,2% e, na freguesia de Santa Maria Maior, em cerca de 7,2%. Para a cidade de Lisboa no seu conjunto, a proporção de beneficiários de RSI na população residente em 2012 é de apenas 4,7%.

Reflectindo diferentes realidades sociodemográficas, registam-se contudo diferenças sintomáticas entre a freguesia de Santa Maria Maior e as freguesias de Santa Clara e Marvila. Se no primeiro caso estamos perante populações desfavorecidas que residem no centro da cidade, revelando níveis de envelhecimento demográfico e uma maior diversidade de situações socioeconómicas (é nesta freguesia que, em regra, os indicadores mais se aproximam dos resultados médios obtidos para a cidade de Lisboa), nos casos de Santa Clara e de Marvila, os traços que caracterizam a situação social reflectem fundamentalmente a especificidade socioeconómica de contextos de realojamento social. Trata-se, de facto, de populações comparativamente menos envelhecidas e simultaneamente mais homogéneas de um ponto de vista social e económico: os desníveis em termos de habilitações escolares, de prevalência e severidade de situações de pobreza, etc. são nestes casos mais pronunciados.

Não surpreende por isso que, em matéria de Complemento Solidário para Idosos (CSI), o peso percentual dos beneficiários na população residente assuma uma preponderância distinta. De facto, é na freguesia de Santa Maria Maior que se atinge uma proporção comparativamente mais elevada (2,8%), sendo contudo o valor de referência de Lisboa (1,7%) ligeiramente inferior ao registado nas freguesias de Santa Clara (1,9%) e Marvila (2,0%).

Sublinhe-se ainda que, neste contexto, que as três freguesias consideradas como ilustrativas dos territórios BIP/ZIP acabam por espelhar, de alguma forma, as duas principais realidades na perspectiva do desfavorecimento que se associa à existência de uma «fractura socio-urbanística» na cidade de Lisboa. De um lado, o desnível social, económico e urbanístico que se associa inerente aos contextos do realojamento social. De outro, o desfavorecimento característico das áreas envelhecidas e degradadas do centro da cidade. Sendo contextos evidentemente muito distintos (inclusive na sua prevalência comparativa), a verdade é que configuram, de alguma forma, as duas faces de uma mesma realidade: a de um arquipélago de manchas de pobreza que se distribui na cidade de Lisboa e que reclama uma atenção específica.

3. A evolução recente da situação socioeconómica da cidade de Lisboa

Tendo sido identificadas as áreas urbanas desfavorecidas de Lisboa, que correspondem aos territórios BIP/ZIP e que confirmam a persistência de uma «fractura socio-urbanística» na cidade, importa situar este quadro de diagnóstico no contexto da recente evolução da situação social e económica de Lisboa.

Por outras palavras, importa enquadrar a premência de desenvolvimento de projectos de Desenvolvimento Local de Base Comunitária nas áreas urbanas desfavorecidas identificadas, tendo em conta não só a severidade do défice de desenvolvimento destes territórios (sobretudo ao nível da educação, da empregabilidade e da exclusão social) por comparação com a cidade no seu conjunto, mas também o agravamento da situação social e económica da cidade de Lisboa, ao longo dos últimos anos.⁴

Assim, verificou-se uma redução pronunciada da Taxa de Emprego na região de Lisboa, entre 2008 e 2012, na ordem dos sete pontos percentuais (de 56,1% em 2008 para 49,2% em 2012). Esta quebra de emprego revelar-se-ia, aliás, ligeiramente mais relevante que a registada no país, situada no mesmo período em cerca de seis pontos percentuais (de 57,8% em 2008 para 51,4% em 2012).

A taxa de desemprego evoluiu também de forma menos favorável na região de Lisboa, por comparação com o país. Em Lisboa, entre 2008 e 2012, a taxa de desemprego aumenta em nove pontos percentuais (de 8,2 para 17,6%), situando-se esse aumento à escala do país na ordem dos oito pontos percentuais (de 7,7 para 15,6%).

Não surpreende assim que o número de desempregados inscritos nos centros de emprego da cidade de Lisboa tenha passado de cerca de 17 mil para 30 mil entre 2008 e 2012, num aumento percentual próximo dos 77% (que compara com os 68% de acréscimo registados no continente). Os beneficiários de Subsídio de Desemprego, por seu turno, revelaram um ritmo de crescimento que é inferior ao do desemprego e que se situa, em Lisboa, na ordem dos 50% entre 2008 e 2013, rondando esse valor, no país, os cerca de 44%.

Se a estes dados juntarmos as quebras verificadas no valor do ganho médio mensal da população residente na cidade de Lisboa (que diminuiu cerca de 0,7% entre 2008 e 2012, e que contrasta com um aumento verificado à escala nacional no mesmo período, também relativo à média, na ordem de 1,3%), constatamos a existência de um processo de fragilização generalizada das condições sociais e económicas, que evidentemente não afecta todos os segmentos da população por igual.

Ou seja, assumindo que o impacto do desemprego é mais pronunciado nos segmentos da população mais vulneráveis e menos qualificados, importa analisar as transformações ao nível dos mecanismos de protecção social.

Os últimos anos são marcados por uma reconfiguração ao nível das políticas e medidas de protecção social. No que diz respeito ao Abono de Família, por exemplo, a redução no número de beneficiários situa-se entre 2008 e 2012 na ordem dos 36% na cidade de Lisboa, que compara com uma redução em

⁴ Os dados referidos nesta componente do diagnóstico integram, na generalidade dos casos, o Relatório Semestral (2014) produzido pelo Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, desenvolvido no âmbito do Referencial Estratégico do Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa, 2013-2015.

cerca de 30% no país. Os beneficiários do RSI, por seu turno, diminuem em quase 10% entre 2010 e 2012 na cidade de Lisboa, sendo menor a diminuição registada ao nível dos beneficiários do Complemento Solidário para Idosos (na ordem de 1%, no mesmo período, em Lisboa).

Em matéria de educação, alguns indicadores suscitam igualmente preocupação. A taxa bruta de escolarização, por exemplo, reduziu-se na cidade de Lisboa, entre 2008-09 e 2011-12, em cerca de 26 pontos percentuais no ensino básico e em cerca de 12 pontos percentuais no ensino secundário. No mesmo período, as taxas de retenção e desistência aumentaram em cerca de dois pontos percentuais no ensino básico e em cerca de 3 pontos percentuais no ensino secundário.

Ao nível da Acção Social Escolar, os apoios registaram reduções em todos os níveis de ensino. No pré-escolar, a percentagem de crianças abrangidas passa de 43% em 2010-11 para 38% em 2012-13, e no 1º ciclo do ensino básico, de 45 para 41% no mesmo período.

Num posterior aprofundamento do diagnóstico dos territórios BIP/ZIP, através do qual se procurará actualizar exaustivamente e detalhar a caracterização das áreas que configuram as manchas de desfavorecimento associadas à «fractura socio-urbanística» sobre a qual se pretende intervir, de forma transversal e integrada, ter-se-á em vista avaliar de modo mais preciso os impactos da deterioração da situação social e económica da cidade de Lisboa (em linha, como referido, com a situação do país) nestes territórios. O pressuposto de partida é o de que, pelo menos nos domínios centrais em que se foca a Associação DLBC, o impacto da crise terá sido mais pronunciado nas áreas urbanas que configuram o conjunto de territórios BIP/ZIP, justificando portanto que seja sobre os mesmos que se projectem intervenções específicas e globalmente coerentes.

4. Diagnóstico estratégico EDL – análise SWOT

Procede-se de seguida à análise de Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (Análise SWOT). No conjunto das **Oportunidades (O)** identificadas, destaca-se o desenvolvimento de respostas integradas nos três domínios considerados para efeitos da presente candidatura (educação, emprego e inclusão), que é consolidado por lógicas de intervenção que assumem a necessidade de articulação entre organismos do sector público, do sector privado e do Terceiro Sector. A capacidade e potencialidades que daqui decorrem são, por sua vez, favorecidas pela circunstância de estarmos perante um território heterogéneo nos seus contextos específicos, com dimensão, escala e massa crítica relevante. O que permite pensar em estratégias de intervenção que seria se tornaria difícil conceber, caso o território de intervenção assumisse uma natureza mais limitada e específica. E que, simultaneamente, não permitiriam à partida assegurar processos de partilha, replicabilidade e até economias de escala que, no quadro do conjunto dos territórios BIP/ZIP é efectivamente possível assumir.

Análise SWOT

OPORTUNIDADES (O):		PONTOS FORTES (S):	
	Escala populacional e territorial (27% população total / 6% território da cidade)		Elevado número de organizações locais activas nos territórios BIP/ZIP (342 entidades, 152 projectos, 742 actividades)
	Replicação do modelo de estrutura de co-governança local noutros territórios BIP/ZIP		Experiência adquirida em estruturas de co-governança local existentes (6 GABIPs, 14 territórios BIP/ZIP, 9 freguesias, 27000 habitantes)
	h e r a n s i m i d a d e s de n o v a s e s t r u t u r a s d e d e s e n v o l v i m e n t o l o c a i		Reconhecimento p o r o m u n i c i p a d a d e s e n v o l v i m e n t o l o c a i
	Participação dos 3 sectores (Público/ Privado/ Terceiro Sector) na mesma REDE		Experiência de planeamento e gestão de operações locais com financiamento por GABIPs
	Resposta integrada nas áreas do emprego, educação e inclusão		Proporção de jovens e população em idade activa superior à média da cidade
	Contaminação de experiências e boas-práticas		
	Optimização e partilha de recursos		
AMEAÇAS (T):		PONTOS FRACOS (W):	
	Incapacidade de resolução de deficiências estruturais		Nível de formação muito inferior à média da cidade
	Risco de ruptura social		Dependência de prestações sociais (Desemprego, RSI e CSI) muito superior à média
	Gestão e confronto de expectativas		Taxa de emprego muito inferior à média
	Falta de participação de entidades empregadoras		PIB muito inferior à média
	Incerteza de suporte a médio e longo prazo		Exclusão social e territorial
	Conjuntura económica e social adversa		Cobertura de transporte público deficiente
			Cobertura de equipamentos de proximidade inferior à média

No âmbito dos **Pontos fortes (S)**, deve relevar-se, entre outros aspectos, o número significativo de organizações locais envolvidas na presente candidatura e que estão presentes e desenvolvem actividade nos territórios BIP/ZIP. Ou seja, as dinâmicas locais já existentes, a reforçar e a complementar com dinâmicas a estabelecer em territórios em que ainda não existem, constitui um factor de sucesso dos projectos a desenvolver. Aliás, a própria experiência dos processos BIP/ZIP, reconhecida a nível nacional e internacional como instrumento inovador de desenvolvimento local, ao combinar a lógica das intervenções comunitárias com uma visão de conjunto, e ao estabelecer sinergias entre políticas municipais e o dinamismo das parcerias locais, constitui igualmente um ponto forte da parceria e do projecto que agora se apresenta.

Pelas características do próprio território de intervenção, constituído pelos bairros e zonas que definem a fractura socio-urbanística da cidade, os desafios que se colocam ao projecto da Rede DLBC Lisboa reflectem por seu turno a existência de fragilidades e ameaças, que devem ser assinaladas.

Entre os **Pontos fracos (W)**, destaque-se a circunstância de estarmos perante um território em que os indicadores de exclusão social e territorial se manifestam com particular evidência, sobretudo no que concerne a níveis de escolarização (inferiores aos registados para o conjunto da cidade) e aos elevados índices de desemprego registado nestes territórios, bem como a forte dependência de prestações sociais, reveladora de formas incrustadas de pobreza e exclusão. Isto é, um conjunto muito relevante de desafios que se coloca à parceria e aos projectos a desenvolver, implicando um empenho muito forte e consistente na concepção de soluções adequadas para os ultrapassar.

No âmbito das **Ameaças (T)**, sobressai o risco de ruptura social, que é reforçado pelas adversidades decorrentes da actual conjuntura económica, que poderá eventualmente limitar a plena consecução dos objectivos a atingir. Ao que acresce a persistência das carência e dos contornos da situação social e económica que caracteriza, há muito, estes territórios, bem como as eventuais incapacidades na resolução de défices estruturais, sobretudo em domínios onde os projectos não poderão intervir de forma directa (como sucede, por exemplo, em matéria de acessibilidades ou de qualificação urbana).

Os quadros seguintes procuram espelhar o exercício de relacionamento das Oportunidades e Ameaças com os Pontos fortes e os Pontos fracos identificados.

	PONTOS FORTES (S):	PONTOS FRACOS (W):
OPORTUNIDADES (O):	Reforçar a iniciativa de base local com a participação dos 3 sectores criando plataformas de incorporação de experiências e boas práticas	Promover a sinergia e concertação entre as estruturas de ensino locais e as entidades empregadoras, na concepção de respostas educativas profissionalizantes, de forma a aumentar as qualificações académicas, a empregabilidade e atractividade destas respostas à população jovem.
	Reforçar a resposta integrada nas áreas do emprego, educação e inclusão com base na experiência adquirida pelas estruturas de co-governança local existentes e futuras.	Assegurar respostas integradas nas componentes da educação, emprego e inclusão, que promovam a emancipação destes cidadãos face às causas de prevalência de dependência económica
	Reforçar a transposição da marca "BIP/ZIP" e dos modelos de intervenção reconhecidos para as novas estruturas e iniciativas de desenvolvimento local	Promover a criação de infraestruturas orientadas para intervenções integradas na área da formação e do emprego
	Reforçar a eficácia dos modelos de co-governança na concepção de novas respostas integradas (Emprego/ Educação/Inclusão e Público/Privado/ONG's)	Promover a sediação de actividades económicas nestes territórios vulneráveis, e fomentar a exportação de produtos e serviços locais para o exterior e importar receita.
	Reforçar a incidência das acções/iniciativas na população jovem nas áreas do emprego, educação e inclusão de forma a potenciar os resultados em linha com as metas 2020 para Portugal	Diminuir a exclusão socio-territorial através da partilha e cooperação entre as comunidades e as estruturas locais nestes territórios, potenciado também a sua mobilidade e inclusão nas redes da cidade.
		Utilizar a rede de parceiros como mecanismo de sinalização e pressão sobre os diversos níveis da Administração do Estado nas responsabilidades de adequação da oferta de equipamentos de proximidade.

	PONTOS FORTES (S):	PONTOS FRACOS (W):
AMEAÇAS (T):	Assegurar a participação dos agentes económicos e empregadores bem como a inclusão das suas próprias necessidades na concepção e gestão das estruturas e iniciativas locais.	Evitar a todo o custo a ausência de alternativas ocupacionais e de projecto pessoal para os cidadãos que desistam dos percursos educativos de modo a evitar o risco de ruptura social.
	Assegurar o alinhamento e o comprometimento das entidades com recursos técnicos e financeiros (3 sectores) na prossecução das estruturas e iniciativas locais.	Evitar o predomínio das lógicas de mitigação da pobreza e da exclusão e de dependência sobre as lógicas de integração e emancipação
	Assegurar a permanente comunicação e transparência das estruturas locais para com a população, bem como promover a sua participação nos processos de decisão.	Evitar o afastamento dos agentes económicos destas populações e territórios.
	Assegurar a capacitação e o acompanhamento técnico das estruturas locais de forma a que estas possam conceber iniciativas de intervenção local sustentáveis a médio e longo prazo.	Evitar o desencontro entre a iniciativa empresarial e a procura de emprego, potenciando uma gradual melhoria dos rendimentos
	Assegurar que as respostas destinadas ao público jovem, designadamente nas áreas da educação e emprego, não se circunscrevam aos territórios de residência.	Contrariar lógicas de isolamento e segregação territorial
		Contrariar, através da melhoria da situação social e económica dos territórios, e do seu dinamismo, os défices de acessibilidade e efectiva integração no espaço urbano de Lisboa

E. PROPOSTA DE ESTRATÉGIA E RESULTADOS ESPERADOS

1. Enquadramento da candidatura em instrumentos de políticas e estratégias nacionais, regionais e sub-regionais

A visão da “Estratégia Regional Lisboa 2020” tem por ambição transformar a Região de Lisboa numa Euro-Região singular, ou seja, numa região competitiva, com uma forte identidade própria (2007/2011). Nestes termos, os objectivos da macro estratégia de Desenvolvimento Local proposta (Macro EDL) visam promover a inclusão social, informacional e territorial, uma vez que o desenho de intervenção local está fortemente ancorado em parcerias locais, sendo esta actuação baseada na gestão, na participação dos cidadãos, no controlo e avaliação dos resultados. Apostando fortemente, portanto, numa sinergia que comprovadamente estas trazem ao desenvolvimento local integrado e sustentável.

As prioridades estratégicas a que esta proposta de Macro EDL dá resposta enquadram-se no domínio dos 2007/2011. Considerando que a atractividade e a competitividade, nas suas vertentes física, social e económica, a Estratégia Regional Lisboa 2020 conduzem à inclusão de comunidades com dificuldades especiais, particularmente centradas nos eixos estratégicos, é possível identificar importantes contributos da Macro EDL Dinâmica Social- Uma Região centrada nas pessoas e na oferta de oportunidades que permitam processos de mobilidade social, de aumento de qualidade de vida e da equidade social e da governabilidade e a governança como uma nova cultura de governo e de administração da Região.

Segundo o “Programa Operacional de Lisboa 2020”, a privação material é apontado pelas Redes Sociais da Região como um problema emergente. Esta situação é especialmente evidente no acréscimo, em cerca de 66%, do número de beneficiários do Re Social de Inserção (RSI), no período 2007/2011. Este aumento situa-se acima do registado à

escala nacional (21%) e elevou o número de beneficiários deste apoio para 3,9% da população residente.

A forma diferenciada de incidência do **desemprego** no território penaliza mais acentuadamente os indivíduos com menores níveis de qualificação e conduz a um aumento significativo da **pobreza e da exclusão social** em determinadas áreas urbanas, onde se concentram grupos populacionais mais vulneráveis.

No âmbito do “Programa Operacional da Região de Lisboa” (2007-2013), das dez orientações

estratégicas do PO, a

orientação

implementação da “Macro EDL” proposta identifica

o seguinte quadro de prioridades:

“Esbater a

diversidade de

estratégias

estratégias participativas e integradas, capazes de combater a elevada concentração de problemas

urbanos. Os objectivos gerais do PO são:

Programa Operacional e especificamente o seguinte:

- Qualificar os

recursos humanos e incentivar a coesão social por via do encontro harmonioso de culturas e da

diversidade

“Macro EDL” proposta

e das suas linhas de orientação principais.

Em relação aos eixos prioritários, a implementação da “Macro EDL” contribui maioritariamente para a

segunda

- “Esbater a

diversidade

sócio territorial

-se no desenvolvimento e criação de medidas

de discriminação positiva para garantir a coesão social e territorial, quer através de parcerias para a

regeneração urbana quer através de apoios à criação e desenvolvimento de serviços de proximidade em

diversas áreas

- “Esbater a

Concretamente no que diz respeito ao Objectivo Geral n.º1, a “Macro EDL” contribuirá para o Objectivo

Específico n.º 5 “Promoção da qualificação urbana, nomeadamente

decisões em co-gestão com os agentes económicos, parceiros institucionais, locais e a própria comunidade no seio da grande dinâmica de parcerias locais já instaladas nos territórios BIP/ZIP.

A “Macro EDL” proposta contribuirá de forma inequívoca para o cumprimento de um dos objectivos

fundamentais do “Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

(PROTAML)”: “promoção da qualificação urbana, nomeadamente das áreas urbanas degradadas ou

degradadas

“Esbater a

- “Esbater a

mais concretamente no subdomínio

“Estimular a vida de Proximidade / D.2.4 “Respostas

/VÁRIAS/VOZES/DO/COMUNICADO/DO/

DE/DE/DE/DE/DE/DE/DE/DE/DE/DE/

ano e

comunitário em bairros com grande vulnerabilidade social, que contenham projectos inovadores, com impacte estrutural e de capacitação dos indivíduos e das suas associações, com forte participação dos actores locais e centrados na durabilidade dos res

locais para que estas possam contribuir para a capacitação dos indivíduos e das famílias, para a dinamização sociocultural

O território de intervenção da presente candidatura é composto pelo conjunto de Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa (BIP/ZIP), que segundo o Plano Director Municipal de Lisboa (art.4ª)

■ bairros ou zonas, públicos, privados ou mistos, onde se concentram carenças sociais degradada, falta de equipamentos e transportes ou outras carências urbanísticas e ambientais e q isso precisam de uma intervenção prioritária do Município. Este território de intervenção espelha a fractura sócio-territorial da cidade de Lisboa tal como foi referido anteriormente no capítulo do diagnóstico da presente candidatura.

O conceito e a metodologia de actuação nos de Bairros de Intervenção Prioritária de Lisboa (BIP) inspiraram-se na **Resolução do Conselho de Ministros (RCM) 143/2005**, de 7 de Setembro, que aprovou a Iniciativa **“Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos”**, consideradas

concentração de problemas sociais, pelo desfavorecimento e menor capacitação das suas populações, pela concentração de grupos mais vulneráveis às diferentes formas de discriminação, pelo estigma

urgente desafio

componente social, uma componente urbanística e parcerias entre a administração pública e a sociedade civil para as desejáveis operações de regeneração. Também a mesma Recomendação do

problemas imediatos e, ao mesmo tempo, estimular a criação de novas oportunidades a partir das potencialidades existentes, através de soluções desenvolvidas à luz de princípios orientadores, entre os quais se incluem a natureza exemplar, inovadora e experimental das intervenções, a viabilidade dos projectos a concretizar, a reabilitação e qualificação habitacional, urbanística e ambiental, a

Em 2008, é elaborado o **“PLH-Programa Local de Habitação de Lisboa”** (aprovado pela Câmara Municipal a 11 de Novembro de 2009 e pela Assembleia Municipal a 12 Janeiro de 2010), instrumento que define localmente uma visão estratégica que cruza diversas políticas pertinentes no âmbito da reabilitação e reconversão urbana e que fixa os objectivos da política de habitação e desenvolvimento

dado que o agravamento da fractura socio-territorial é um fenómeno que o Município deve combater e que é no quadro de políticas de proximidade bem articuladas com Juntas de Freguesia e iniciativa local que se podem viabilizar respostas integradas e sustentáveis a situações de emergência social e urbanística que são um desafio para o bem-estar de toda a comunidade.

A Carta Municipal dos BIP/ZIP surge assim no âmbito dos objectivos gerais do PLH (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**

■ Melhorar a qualidade de

vida urbana e a coesão territo

-

Zonas de Intervenção Prioritária

- a

■

■ Identificação dos Bairros de Intervenção Prioritária e concretização de programas

■

2. Estratégia de intervenção e resultados esperados

O objectivo central da presente candidatura, a que a Rede DLBC se submete, no âmbito da fase de pré-qualificação de parcerias tendo em vista a apresentação posterior de Projectos de Desenvolvimento Local de Base Comunitária, pode ser expresso como pretendendo **contribuir para a redução da fractura socio-urbanística da cidade de Lisboa**, identificada como correspondendo ao conjunto de Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária, os designados territórios BIP/ZIP.

Tendo presentes as áreas de actuação estabelecidas pelas orientações de candidatura e financiamento inerentes ao instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária, integrado na implementação do «Portugal 2020», e que apontam para «a promoção da inclusão social, através do combate a problemas de pobreza, de exclusão social e de abandono escolar», assume-se que o objectivo central da presente candidatura, anteriormente referido, é alcançado a partir de três vectores: **a) o da elevação dos níveis de qualificação escolar; b) o do aumento dos níveis de emprego; e c) o da erradicação da pobreza**. Um conjunto de dimensões que, face ao diagnóstico de partida efectuado, se revelam essenciais em qualquer estratégia, dirigida a estes territórios, que pretenda implementar processos conducentes à sua maior integração socio-urbanística na cidade de Lisboa.

Tendo justamente por base esse mesmo diagnóstico de partida, considera-se nesta fase que a **elevação dos níveis de qualificação escolar** aponta por exemplo para definição de estratégias locais e em parceria que conduzam à diminuição do abandono escolar precoce e ao aumento das taxas de escolarização e do sucesso educativo. No âmbito do **aumento dos níveis de emprego**, sublinhem-se, entre outras, as estratégias orientadas para a elevação dos níveis de qualificação profissional; para o reforço das competências pessoais e sociais; para a dinamização dos tecidos económicos locais; para a agilização de mecanismos que propiciem o encontro entre necessidades das entidades empregadoras e a procura de

trabalho; ou para o fomento de condições favoráveis à criação de negócios e ao empreendedorismo. Estas são linhas de orientação dos projectos a desenvolver que se relacionam igualmente com o objectivo de **erradicação da pobreza**, no âmbito do qual as acções deverão necessariamente ser orientadas para o desenvolvimento de processos de capacitação e emancipação de indivíduos, famílias, grupos e das próprias comunidades locais.

A prossecução destas estratégias, no contexto de uma candidatura que valoriza e procura maximizar os benefícios que decorrem da articulação entre as **intervenções comunitárias específicas** e a sua inserção numa **visão de conjunto**, favorável a um enquadramento técnico, metodológico e de recursos capaz de ampliar e reforçar as potencialidades dessas mesmas intervenções locais de base comunitária, é amplamente assegurada pela circunstância de a parceria de projecto fomentar o relacionamento entre as organizações que integram os **tecidos institucionais locais** e as **entidades de nível intermédio**, nas diferentes áreas sectoriais. Aliás, sublinhe-se igualmente o potencial que decorre da articulação e enquadramento das estratégias de desenvolvimento local com as **políticas públicas municipais**, nos seus diferentes domínios.

Por outro lado, a **natureza integrada das intervenções** encontra-se igualmente beneficiada pelo facto de a parceria de projectos – isto é, a Rede DLBC Lisboa – integrar um numeroso e diverso espectro de entidades, que do ponto de vista da sua natureza jurídica incluem organizações da **administração pública**, do **sector privado** e do **Terceiro Sector**. Esta diversidade de entidades e organizações encontra-se já claramente espelhada na actual lista de entidades parceiras (ver ponto 2 da parte C), sendo expectável que mais entidades e organizações venham entretanto a aderir à Rede DLBC Lisboa – Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária.

Uma vez obtida a pré-qualificação da Rede DLBC Lisboa, enquanto entidade elegível para submeter projectos de Desenvolvimento Local de Base Comunitária, uma das tarefas essenciais a concretizar é a da **actualização sistemática do diagnóstico socio-territorial e económico dos territórios de intervenção** (os territórios BIP/ZIP), processo que envolverá as parcerias e comunidades dos contextos locais.

Partindo dos diagnósticos locais participados, pretende-se de seguida começar a conceber as **estratégias de desenvolvimento integradas** a prosseguir em cada território, consolidando parcerias e identificando metodologias, abordagens e recursos. Estas estratégias serão posteriormente objecto de **partilha e análise no quadro da própria Rede DLBC**, tendo em vista uma reflexão que identifique e partilhe boas práticas, conceba mecanismos de transversalidade e maximização de potencialidades, a par da articulação com a definição de políticas à escala municipal, e que proceda a uma apreciação de conjunto, tendente a reforçar a **estratégia comum de resolução dos problemas diagnosticados**,

permitindo acrescidamente, identificar e actuar sobre os factores estruturais que estão na base da génese e segregação de territórios de exclusão social e urbanística.

Nas diferentes áreas de actuação (educação, emprego e pobreza e exclusão social), serão estabelecidas ***metas e objectivos mensuráveis***, relativos às diferentes intervenções e que, no seu conjunto, permitirão concretizar e estabelecer os compromissos de cumprimento da meta central do projecto, relativa ao seu contributo para a ***redução dos desníveis de desenvolvimento social, económico e urbanístico, face aos valores médios observados na cidade de Lisboa***, registados nestes territórios.

F. PROCESSO DE ENVOLVIMENTO COM AS COMUNIDADES LOCAIS.

O envolvimento das organizações e das comunidades locais no diagnóstico das suas próprias carências, bem como no planeamento, na gestão e na monitorização dos planos e intervenções que lhes sejam dirigidas foi e continua a ser entendida pela rede das organizações que representam e trabalham nos territórios desfavorecidos da cidade de Lisboa.

A estratégia iniciada pelo município de Lisboa, com a aprovação e inclusão da Carta BIP/ZIP, elaborada ela própria com base num processo e diagnóstico amplamente participado, e que integra o Plano Director Municipal de Lisboa, assentou, como referido anteriormente (ver ponto 4 da parte C), em dois eixos distintos: o Eixo 1 – Parcerias e Intervenções Locais e o Eixo II – Estruturas de Desenvolvimento Local. Trata-se, em ambos os casos, de estruturas que procuram estimular e consagrar formas de participação das populações, dos tecidos institucionais locais e das próprias comunidades, nos processos de desenvolvimento local de base comunitária.

Relativamente aos GABIP, por exemplo, os princípios do envolvimento e participação das comunidades estão plasmados no modelo de governação destes gabinetes, tendo sido estabelecida uma Estrutura de Coordenação, uma Comissão Executiva e uma Comissão Alargada.

A Estrutura de Coordenação é constituída pelos representantes dos técnicos designados e tem como função a articulação das iniciativas a desenvolver no território, nomeadamente, na relação diferentes níveis de resposta.

A colaboração dos representantes da Estrutura de Coordenação tem uma natureza permanente e prioritária, em detrimento das funções desempenhadas pelos mesmos no âmbito das suas entidades.

As estruturas locais

se articulam

(como por exemplo as Juntas de Freguesia, as Associações de Moradores, etc.) e tem como função o desenvolvimento local dos projectos e iniciativas de forma a garantir a concertação dos diferentes níveis

A Comissão Alargada é constituída pela Comissão Executiva e integra os representantes das entidades locais parceiras.

Compete à Comissão Alargada proceder à reflexão e avaliação sistemática do desenvolvimento dos processos em causa, realizando reuniões que se mostrem necessárias com a estrutura coordenadora, a estrutura de apoio e ligação e a própria comunidade.



A proposta para o **envolvimento das comunidades na Rede DLBC Lisboa** assenta em quatro vertentes:

1. Dispositivos de participação dos parceiros na elaboração e execução da EDL

Na **elaboração da EDL** em que a Rede DLBC Lisboa convoca e anima sessões públicas com atores das várias zonas de intervenção prioritária da cidade com os seguintes objectivos:

- Definição de prioridades e **outcomes**
- Recolha de dados sociográficos e **Afinar estratégias/**

Na **execução da EDL** procede-se à abertura de período de candidatura das operações às comunidades locais:

- Constituição de equipas locais para intervenção comunitária (animação socioterritorial).
 - Facilitar diagnósticos, plano, execução.
 - Definição de prioridades e **outcomes**
 - Apresentação e discussão das operações propostas em grupo alargado à Cidade (Comunidade de parceiros) para **peer review** (verificação e validação)
 - Convocação de **zonas de intervenção** componentes de intervenção.
 - Definição de prioridades e **outcomes**

000

2. Organização da parceria para assegurar as atividades de animação e de acompanhamento da EDL

Nas **atividades de** animação, as propostas que se seguem serão apresentadas às parcerias das iniciativas de base local (seus atores) e negociadas para adequação às realidades dos locais:

- a) Constituição de equipas locais comunitárias interinstituições e intersectorais, tendo em vista facilitar a animação socio-territorial da comunidade local, de modo a:
1. Facilitar a relação e as interações de proximidade entre múltiplos e diferentes atores/setores da comunidade:
 1. Fomentar relações de confiança que promovam o garante da exequibilidade da formalidade dos acordos que venham a desenhar-se.
 2. Desenvolver estratégias de comunicação
 2. Promover a autonomia das iniciativas de base local na gestão estratégica, técnica e financeira das operações próprias.

No acompanhamento da EDL, propõe-se:

- a) [REDACTED] organizações da sociedade civil e de base local, profissionais/técnicos e agentes económicos para [REDACTED] hamento da implementação das [REDACTED] animação socioterritorial e comunitária, à participação e capacitação da Comunidade, entre outros.
- b) [REDACTED] participação dos representantes/membros das operações, entre [REDACTED] desenvolvimento local de base comunitária em contexto urbano.

3. Ações e instrumentos previstos para o acompanhamento da EDL, em particular a monitorização dos projetos aprovados e sua aderência aos objetivos e metas definidos.

ପ୍ରାଥମିକ ପରୀକ୍ଷା

- a) Protocolar ou acordar os processos autonómicos de gestão estratégica, técnica e financeira das várias operações a ter lugar.
- b) Criar bateria de indicadores associados às componentes a desenvolver pelas iniciativas de base local.
- c) **Realizar a avaliação de impacto social**

4. Modalidade e instrumentos previstos para a avaliação interna da EDL

Será desenvolvido um sistema de monitorização e avaliação qualitativo e quantitativo do processo dos produtos e resultados, que será divulgado (local e publicamente) as suas aprendizagens e outcomes

5. Ações de animação e promoção do território

Além das já mencionadas mais acima **está prevista a criação de uma estratégia de comunicação local (comunitária) que divulgue as ações (presentes e/ou futuras); que mobilize e envolva a Comunidade para operações de iniciativa local/comunitária; que informe periodicamente a todos, sobretudo os que se encontram mais distantes ou ausentes dos processos colaborativos sobre a dinâmica na comunidade local.**

Está prevista igualmente desenvolver uma estratégia de comunicação mais ampla, pública, de massas,

que será desenvolvida em parceria com a comunidade local e com a comunidade envolvente.

Está prevista igualmente desenvolver uma estratégia de comunicação mais ampla, pública, de massas, que será desenvolvida em parceria com a comunidade local e com a comunidade envolvente.

6. Ações a realizar e meios a utilizar para publicitar a EDL dentro do território e para difundir os seus resultados

Web site da EDL

Redes sociais

Lisboa

Far-se-á recurso dos meios de comunicação locais (revista/boletim da administração pública local e central; sites e outras ferramentas sociais) para publicitação e divulgação de ações, atividades e outcomes. Incentivar-se-á o recurso às TIC para produção de notícias locais online (vídeos, radio, textos, etc.)

ANEXOS

Anexo I – População por Freguesia, ruralidade e integração em território litorâneo

Concelho	Freguesia	Pop. (2011)	Rural (S/N)	Litorâneo (S/N)
Lisboa	Todas	547.733	N	N

Anexo II – Relação de Associados do GAL

	Designação	Sector de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social	*Observações
1	Projecto Alcantara - Associação de Luta Contra a Exclusão Social	94995	59	Associação	Bairro do Cabrinha, Lojas 2 e 4A 1300-906 Lisboa	
2	Município de Lisboa*	84113	- não aplicável -	Autarquia	Praça do Município - Lisboa	Aguarda conclusão dos procedimentos a que está obrigada para a formalização da adesão
3	Jovens Seguros - Associação para o Desenvolvimento Ocupacional	88990	43	Associação	Largo do Intendente Pina Manique, n.º 35 1100-285 Lisboa	
4	Freguesia de Alvalade*	84113	- não aplicável -	Autarquia	Rua Ernesto de Vasconcelos 8 1700-162 Lisboa	Aguarda conclusão dos procedimentos a que está obrigada para a formalização da adesão
5	ASARSO - Associação de Arquitectura Social	94995	77	Associação	Rua Augusto Rosa, n.º 7 - 2.º Dir. 1100-058 Lisboa	
6	Fundação Aga Khan Portugal*	88990	- não aplicável -	Fundação	Centro Ismaili, sito à Avenida Lusíada 1600-001 Lisboa	Aguarda conclusão dos procedimentos a que está obrigada para a formalização da adesão
7	Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa	85420	50	Instituição de Ensino Superior Público	Avenida Padre Cruz 1600-552 Lisboa	
8	Freguesia de Santa Maria Maior*	84113	- não aplicável -	Autarquia	Rua dos Fanqueiros, 170-178 1100-232 Lisboa	Aguarda conclusão dos procedimentos a que está obrigada para a formalização da adesão
9	Associação Desportiva e Cultural Encarnação Olivais (Centro Popular)	94991	--	Associação	Rua Quinta Santa Maria, 7 1800-325 Lisboa	
10	Associação Portuguesa de Ética Empresarial	94120	--	Associação	Rua Dr. João de Moura, n.º 47 3810-157 Aveiro	
11	Crescer na Maior - Associação de Intervenção Comunitária	94995	23	Associação	Avenida Dom Dinis, n.º 49 - 2.º Dto. 2675-333 Odivelas	
12	Freguesia do Lumiar*	84113	- não aplicável -	Autarquia	Estrada da Torre, n.º 19 1750-293 Lisboa	Aguarda conclusão dos procedimentos a que está obrigada para a formalização da adesão
13	Instituto de Apoio à Criança	88990	788	Associação	Largo da Memória, n.º 14 1349-045 Lisboa	
14	Associação para o Estudo e Integração Psicossocial	88102	80	Associação	Av. António José de Almeida, n.º 26 1000-043 Lisboa	
15	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*	88990	- não aplicável -	Pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública	Largo Trindade Coelho 1200-470 Lisboa	Aguarda conclusão dos procedimentos a que está obrigada para a formalização da adesão
16	Questão de Igualdade - Associação para a Inovação Social	94995	12	Associação	Rua Cândido Oliveira, n.º 23 - 3.º Esq. 2650-353 Amadora	
17	Associação Auxílio e Amizade	88990	150	Associação	Rua da Saudade, n.º 8 - 1.º andar 1100-583 Lisboa	
18	Associação REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza - Portugal	94995	1437	Associação	Rua de Costa Cabral, n.º 2368 4200-218 Porto	
19	Conselho Português para os Refugiados (CPR)	88990	--	Associação	Quinta do Pombeiro, Casa Senhorial Norte Azinhaga do Pombeiro	
20	Sou Largo CRL	90010	--	Cooperativa	Largo do Intendente, n.º 19 - 3.º Esq. 1100-285 Lisboa	
21	Ateliernob - Arquitectura, Design e Urbanismo, Lda	71110	- não aplicável -	Empresa	Rua dos Fanqueiros, n.º 235 - 4.º Esq. 1100-229 Lisboa	
22	Dress for Success Lisboa	94995	80	Associação	Calçada Moínho Vento, n.º 3 1169-114 Lisboa	
23	GEOTA - Grupo Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente	94995	2646	Associação	Travessa Moínho de Vento, n.º 17 - c/v Dta. 1200-727 Lisboa	
24	Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres	94995	12 organizações	Associação	Rua Luciano Cordeiro, n.º 24 - 6.º A 1150-215 Lisboa	
25	Associação Mulheres contra a Violência	94995	--	Associação	Alameda Dom Afonso Henriques, n.º 78 - 1.º andar 1000-125 Lisboa	
26	CESIS - Centro de Estudos para Intervenção Social	72200	28	Associação	Avenida 5 de Outubro, n.º 12 - 4.º Esq. 1050-056 Lisboa	
27	APSI - Associação para a Promoção da Segurança Infantil	94995	866	Associação	Vila Berta, n.º 7 - r/c Esq. 1170-400 Lisboa	
28	FOS - Associação de Fotografia e Vídeo Participativo	94995	12	Associação	Av. Duque De Ávila n.º 127 - 3.º andar 1050-081 Lisboa	
29	Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa	85420	- não aplicável -	Instituição de Ensino Superior Público	Rua Sá Nogueira Pólo Universitário Alto da Ajuda	
30	ACI - Associação Centro Interculturalidade	94995	--	Associação	Rua dos Poiais de São Bento, n.º 73 1200-346 Lisboa	
31	ISPA - Instituto Superior de Psicologia Aplicada	85420	57 cooperantes	Instituição de Ensino Superior Particular	Rua do Jardim do Tabaco, n.º 34 1149-041 Lisboa	
32	Rute - Associação de Solidariedade Social	88990	--	Associação	Rua Ernesto da Silva, n.º 52 A 1500-269 Lisboa	
33	Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes	94995	38	Associação	Av. João Paulo II, Lote 528 - 1.º A 1950-430 Lisboa	

	Designação	Sector de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social	*Observações
34	Clube Internacional Europeu	?	--	Associação	Praceta do Comércio, n.º 10 - 3.º Dto 2610-042 Amadora	
35	Nuclisol - Jean Piaget - Associação para o desenvolvimento da criança, a integração e a solidariedade	88910	31	Associação	Av. João Paulo II, Lote 544 - 1.º andar 1800-726 Lisboa	
36	Fundação Benfica	88990	10	Fundação	(VW)GURGRG/%R UW D Av. Eusébio da Silva Ferreira 1500-313 Lisboa	
37	Boutique de Cultura - Associação Cultural sem fins lucrativos	90010	--	Associação	Largo das Pimenteiras, 6 1600-576 Lisboa	
38	ACCL - Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa	94995	--	Associação	Rua Saraiva de Carvalho, n.º 8 - 2.º Esq. 1250-234 Lisboa	
39	UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta	88990	841	Associação	Rua da Cozinha Económica, Bloco D, 30 M-N 1300-149 Lisboa	
40	Palco de Sombras Lda	59110	- não aplicável -	Empresa	Largo Rafael Bordalo Pinheiro, n.º 16 1220-369 Lisboa	
41	Movimento de Defesa da Vida MDV	94993	268	Associação	Rua da Beneficência, n.º 7 1050-034 Lisboa	
42	Freguesia de Marvila	84113	- não aplicável -	Autarquia	Avenida João Paulo, II, Lote 526, 1.º A 1950-159 Lisboa	
43	Freguesia do Beato	84113	- não aplicável -	Autarquia	Rua de Xabregas, n.º 67 - 1.º andar 1900-439 Lisboa	
44	Freguesia de Campolide	84113	- não aplicável -	Autarquia	Rua de Campolide, n.º 24 B 1070-036	
45	CON.PRO Consultoria e Projectos Lda	70220	- não aplicável -	Empresa	Rua Andrade Corvo, n.º 27 - 3.º Dto. 1050-008 Lisboa	
46	AGIR XXI - Associação para a Inclusão Social	94995	20	Associação	Rua Palmira, n.º 62 - 2.º Dto. 1170-289 Lisboa	
47	Associação Lusofonia Cultura e Cidadania	94995	--	Associação	Rua Varela Silva, Lote 3 - Loja A 1750-403 Lisboa	
48	Associação ILGA Portugal	94995	1500	Associação	Rua dos Fanqueiros, n.º 38 - 3.º Esq. 1100-231 Lisboa	
49	Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local	94995	--	Associação	Rua do Engenho, n.º 10 7600-337 Messejana - Aljustrel	
50	Seacoop - Social Entrepreneurs Agency, C.R.L.	88990	5 cooperantes	Cooperativa	Rua Piaget, n.º 47, Loja 150 - r/c. Esq. Adroana 2645-626 Alcabideche	
51	PROSAUDESC - Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio-Cultural	88990	--	Associação	Urbanização Terraços da Ponte, Lote 20, Bloco 2 RJC	
52	Associação Tempo de Mudar para o Desenvolvimento do Bairro dos Loios	94995	240	Associação	Rua Pedro José Pezerat, Lote 13 Edifício Azul	
53	CEPAC - Centro Padre Alves Correia	88990	- não aplicável -	Associação	Rua Santo Amaro à Estrela, n.º 43 1200-801 Lisboa	
54	O Companheiro associação de fraternidade cristã	88990	36	Associação	Rua Manuela Porto, n.º 8B 1600-422 Lisboa	
55	Associação Dianova Portugal - Intervenção em Toxicodependências e Desenvolvimento Social	94995	16	Associação	Quinta das Lapas Monte Redondo 2565-517 Torres Vedras	
56	Associação Industrial Portuguesa - Câmara de Comércio e Indústria (AIP-CCI)	94110	54692	Associação	Praça das Indústrias 1301-965 Lisboa	
57	Associação Guineense de Solidariedade Social - Aguiense	94995	2877	Associação	Av. João Paulo II, lote 528 - 2.º A 1950-430 Lisboa	
58	Clube de Rugby São Miguel	93192	--	Associação	Parque de Jogos 1.º de Maio Av. Rio de Janeiro 1700-330 Lisboa	
59	TESE - Associação para o Desenvolvimento pela Tecnologia, Engenharia, Saúde e Educação	94120	--	Associação	Rua S. Filipe Nery, n.º 25 B 1250-225 Lisboa	
60	A.D.M. Estrela - Associação de Desenvolvimento e Melhoramentos	87301	106	Associação	Rua do Ribeiro 6300-230 Guarda	
61	Associação Localsapproach	94995	--	Associação	Rua do Jardim Botânico, n.º 13 - 1.º Dto 1300-309 Lisboa	
62	Mil Pés, Cooperativa Cultural e de Solidariedade Social, CRL	94991	--	Cooperativa	Rua Cavaleiro de Oliveira, n.º 55 - 4.º Esq. 1170-086 Lisboa	
63	Associação de Moradores do Bairro 2 de Maio	85593	--	Associação	Rua Alexandre Vieira, n.º 32 - 1.º Dto. 1300-038 Lisboa	
64	EPAR - Desenvolvimento, Ensino e Formação, CRL	85593	--	Cooperativa	Rua do Paraíso, n.º 1 - 1.º andar 1000-037 Lisboa	
65	Passo a Passo com a criança e a família - Associação de ajuda psicosocial	88990	--	Associação	Avenida de Ceuta, Lote 8A - R/C - Loja 2 1300-254 Lisboa	
66	Associação CLIPRD	94995	--	Associação	Rua Luis Pizarra, n.º 12A 1750-101 Lisboa	
67	Associação Socio Cultural e Recreativa de Melhoramentos da Penha de França - Os Fidalgos da	94991	150	Associação	R. Martins Sarmiento, n.º 62 - r/c Dto. 1170-233 Lisboa	
68	CulturFaceis - Associação Cultural para o Desenvolvimento	94991	--	Associação	Rua Amélia Rey Colaço, n.º 3 - 8.º Ft. 2675-543 Odivelas	
69	Caixa de Mitos, Lda	82990	- não aplicável -	Empresa	Rua Pero Alenquer, n.º 81 3885-607 Esmoriz	
70	Associação de Jardins Escolas João de Deus	85100	171	Associação	Avenida Pedro Álvares Cabral, n.º 69 1250-017 Lisboa	
71	Milacessos - Cooperativa de Serviços e Solidariedade Social, CRL	94995	--	Cooperativa	Rua Dom Francisco D' Eça, n.º 17 1800-187 Lisboa	

	Designação	Sector de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social	*Observações
72	Freguesia da Estrela*	84113	- não aplicável -	Autarquia	Rua das Trinas, n.º 131 1200-857 Lisboa	Aguarda conclusão dos procedimentos a que está obrigada para a formalização da adesão
73	Procur.Arte Associação Cultural e Social	94991	--	Associação	Rua Frei Francisco Foreiro, n.º 5 - 4.º andar 150-166 Lisboa	
74	Arisco - Instituição para a Promoção Social e da Saúde	94995	--	Associação	Avenida Valbom, n.º 21- 2.º andar 2750-508 Cascais	
75	Associação Viver Telheiras - Centro de Convergência de Telheiras	94995	--	Associação	Rua Professor Mário Chicó, Edifício 1- 1º 1600-643 Lisboa	
76	Grupo de Acção Comunitária - GAC	88102	50	Associação	Rua Vitor Santos, Lote R8 - Loja A 1600-785 Lisboa	
77	Instituto Padre António Vieira - IPAV	94995	--	Associação	Travessa das Pedras Negras, n.º 1- 4.º andar 1100-404 Lisboa	
78	Menos 60 Mais - Associação de Desenvolvimento Social	94995	15	Associação	Rua da Ilha de São Tomé, n.º 6 - r/c Esq. 1170-195 Lisboa	
79	BADL Bairros - Associação de Desenvolvimento Local	94995	--	Associação	Rua Enfermeiras da Grande Guerra, n.º 2 - 3.º Dto. 1170-119 Lisboa	
80	Os Filhos de Lumière - Associação Cultural	59110	9	Associação	Rua das Gaivotas, n.º 2 1200-202 Lisboa	
81	Associação SAPANA	88990	9	Associação	Rua dos Soeiros, n.º 311A - Cv 1500-580 Lisboa	
82	Freguesia de Benfica	84113	- não aplicável -	Autarquia	Avenida Gomes Pereira, n.º 17 1549-019 Lisboa	
83	ARIA - Associação de Reabilitação e Integração Ajuda	94995	247	Associação	Rua Pedro Sintra, n.º 23 1400-277 Lisboa	
84	ATLA - Associação de Tempos Livres de Alfama	88990	--	Associação	Rua dos Remédios, 57-A-2 1100-442 Lisboa	
85	Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária	94995	46	Associação	Travessa do Possolo, n.º 11- 3.º andar 1350-252 Lisboa	
86	Associação Humanidades	94995	34	Associação	Avenida do Brasil, 53 Apartado 50109 1703-001 Lisboa	
87	G.E.I.C - Grupo Experimental de Intervenção Cultural	94995	198	Associação	Rua de Campolide n.º 27 A 1026-070 Lisboa	
88	Casa das Cenas - Associação Juvenil	94995	--	Associação	Travessa de São José Pero Pinheiro	
89	Freguesia de São Domingos de Benfica	84113	- não aplicável -	Autarquia	Rua Raúl Carapinha 1500-542 Lisboa	
90	ABRAÇO, Associação de apoio a pessoas com VIH/SIDA	94995	--	Associação	Largo José Luis Champalimaud, n.º 4 A 1600-110 Lisboa	
91	Fundação Portuguesa "A Comunidade contra a Sida"	94995	- não aplicável -	Fundação	Rua Andrade Corvo, n.º 16 - 1.º Esq. 1050-009 Lisboa	
92	Associação Casa da Achada - Centro Mário Dionísio	94991	--	Associação	Rua da Achada, n.º 11r/c e n.º 11 B 1100-004 Lisboa	
93	Team Mais Unipessoal, Lda.	85591	- não aplicável -	Empresa	Avenida François Mitterrand, n.º 48 - 3.º Dto. 1950-342 Lisboa	
94	Freguesia de Carnide	84113	- não aplicável -	Autarquia	Largo das Pimenteiras, 6 1600-576 Lisboa	
95	Wakeseed - Associação	94991	--	Associação	Avenida Infante Dom Henrique, n.º 107 - c/v Dta. 2730-100 Oeiras	
96	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa	85420	--	Instituição de Ensino Superior Público	Quinta da Torre Campus Universitário 2829-516 Caparica	
97	FAMALIS - Federação das Associações de Moradores da Área Metropolitana de Lisboa	94995	--	Associação	Rua Fernando Sylvan, Lote 36, cv 1500-273 Lisboa	
98	Centro de Estudos Sociais (Laboratório Associado, Universidade de Coimbra)	72200	- não aplicável -	Instituição de Ensino Superior Público	Praça Dom Dinis 3000-143 Coimbra	
99	Freguesia dos Olivais	84113	- não aplicável -	Autarquia	Rua General Silva Freire, Lote C 1849-029 Lisboa	
100	ASCULP - Associação Cultura e Cidadania de Língua Portuguesa	94995	--	Associação	Rua dos Soeiros, 336 - 2.º Esq 1500-585 Lisboa	
101	CAIS - Associação de Solidariedade Social	94995	203	Associação	Rua do Vale Formoso de Cima, 49-55 1950-265 Lisboa	
102	MSV Movimento ao Serviço da Vida	94995	--	Associação	Rua da Assunção, n.º 7, 4.º andar 1100-042 Lisboa	
103	Freguesia de Arroios	84113	- não aplicável -	Autarquia	Largo Intendente Pina Manique 1100-285 Lisboa	
104	CERCI - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados CRL	87302	--	Cooperativa	Rua Tomás Alcaide, Lote 62 A 1900-822 Lisboa	
105	Associação Terra dos Sonhos	94993	--	Associação	Rua Tomás Ribeiro, n.º 10 - r/c Dto. 1050-229 Lisboa	
106	Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - DECO	94995	400 000	Associação	Rua Artilharia Um, n.º 79 - 4.º andar 1250-038	
107	PCI - Paramédicos de catástrofe Internacional - ONGD	94995	150	Associação	Rua Pedro Álvares Cabral, 1675-151 Pontinha	
108	Raízes - Associação de Apoio à Criança e ao Jovem	87901	152	Associação	Rua Leopoldo de Almeida, n.º 9 A-B 1750-137 Lisboa	
109	Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (REDE)	94995	--	Associação	Rua dos Soeiros, n. 335 - 7.º Dto. 1500-580 Lisboa	

